

# Ética e Responsabilidade Social



Airton Pozo de Mattos  
André Luiz Joanilho



Airton Pozo de Mattos  
André Luiz Joanilho

# Ética e Responsabilidade Social

2.<sup>a</sup> edição  
Edição revisada

IESDE BRASIL S/A  
Curitiba  
2013

Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.,  
mais informações [www.iesde.com.br](http://www.iesde.com.br)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

M389e

Mattos, Airton Pozo de

Ética e responsabilidade social / Airton Pozo de Mattos, André Luiz Joanielho. - 2. ed.,  
rev. - Curitiba, PR : IESDE BRASIL, 2013.

204 p. : 24 cm

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-387-3605-9

1. Ética. 2. Ética profissional. I. Joanielho, Andre Luiz, 1958-. II. Título.

13-1064.

CDD: 174  
CDU: 174

19.02.13 21.02.13

042891

---

Capa: IESDE BRASIL S/A

Imagem da capa: Shutterstock

*Todos os direitos reservados.*



**IESDE BRASIL S/A**

Al. Dr. Carlos de Carvalho, 1.482. CEP: 80730-200

Batel – Curitiba – PR

0800 708 88 88 – [www.iesde.com.br](http://www.iesde.com.br)

## Airton Pozo de Mattos

---

Doutor e Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em Linguística Aplicada pela PUCRS. Licenciado em Letras Português–Inglês pela PUCRS.

## André Luiz Joanilho

---

Pós-doutor pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (França) e pela Universidade Lumière (Lyon, França). Doutor pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Mestre pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Graduado em História pela Unicamp.



# Sumário

O nascimento da ética: ética e história .....	11
A ética e os gregos .....	11
Ética cristã medieval .....	14
A ética segundo a religião .....	14
A ética cristã filosófica .....	15
A ética moderna .....	15
Ética contemporânea .....	17
Existencialismo .....	17
Pragmatismo .....	18
Psicanálise e ética .....	19
Marxismo .....	19
Neopositivismo e Filosofia Analítica .....	20
Ética do discurso .....	20
A religião ética .....	21
Os valores, decisões e ações que nos tornam humanos .....	31
A universalidade da ética e os conflitos morais .....	41
Práticas sociais, morais, éticas e o cidadão .....	57
Contextos de Educação e formação moral e ética .....	57
O conceito de “prática” .....	57
Prática moral .....	58
Estado, sociedade e luta de classes .....	69
Mentalidades e sociedade na Baixa Idade Média .....	69
O surgimento do capitalismo .....	72
O papel da burguesia na formação dos Estados nacionais .....	73
Poder político e poder econômico .....	76
Industrialização e movimentos sociais .....	78

A expansão dos Estados nacionais .....	87
Mercantilismo .....	87
As grandes navegações.....	89
As viagens do descobrimento .....	91
O eu e o outro.....	94
A exploração colonial .....	97
Governar na Era Moderna.....	105
Poder e sociedade na Baixa Idade Média .....	105
Conselhos aos príncipes .....	108
A governamentalidade e o nascimento da biopolítica .....	111
A micropolítica .....	113
Poder e disciplina .....	114
Governo e formas políticas.....	121
Indivíduo e sociedade .....	121
Democracia e liberalismo.....	124
Nacionalismo e socialismo.....	126
Imperialismo e Estado .....	128
Totalitarismo .....	130
O Iluminismo e a era das revoluções .....	139
As revoluções científicas dos séculos XVII e XVIII .....	139
A crise da consciência europeia.....	142
O Iluminismo.....	143
A Revolução Francesa .....	145
A Revolução Industrial.....	147
Movimentos sociais nos séculos XVIII e XIX .....	155
Temporalidades sociais .....	155
Industrialização e a formação do operariado .....	158
Disciplina fabril e movimentos sociais .....	160
Organização do operariado.....	162
Teorias sociais .....	163



Formas políticas do século XX.....	171
Nacionalismo .....	171
Socialismo .....	173
Comunismo .....	175
Totalitarismo .....	177
Ditadura.....	179
Globalização, neoliberalismo e o indivíduo .....	187
O mundo pós-guerra .....	187
Primeiro Mundo, Segundo Mundo e Terceiro Mundo .....	189
Desenvolvimento e subdesenvolvimento .....	192
Sociedade global.....	194
Tecnologia e dominação .....	195
Anotações.....	203



# Apresentação

---

Somos parte de um todo. Dependemos de outros seres humanos para sobrevivermos. Não conseguimos viver isoladamente. Nosso desenvolvimento é atingido a partir das interações com o meio e com a cultura em uma construção sociocultural com os outros seres humanos. É nessa convivência que aprendemos a respeitar o outro, a construir nossa personalidade moral, a refletir sobre os princípios de nossa sociedade e sobre nosso papel como cidadãos na construção de uma sociedade mais justa.

Não é fácil traduzir em poucas palavras os conceitos de ética, moral, História e o seu papel nas sociedades contemporâneas. Há muita coisa a dizer, porém podemos pensar esses conceitos basicamente como um estudo etnográfico de nós mesmos, uma forma de “estranhamento” do que somos. O fato de estarmos imersos no nosso universo cultural nos leva a crer que tudo o que nos cerca é normal, uma sensação de que “é assim que tem de ser”. É justamente o questionamento dessa normalidade que essas reflexões sobre ética, moral e História podem proporcionar.

A proposta básica deste trabalho é refletir sobre a ética e a responsabilidade social, funcionando como uma introdução ao tema para pessoas que desejam conhecer as ideias sobre ética e moralidade dentro da sociedade.

É um trabalho expositivo e de compilação de ideias, de diálogo com autores, de aceitação de suas ideias, de assumir muitos pensamentos, de organização de ideias já apresentadas e reflexão sobre os temas.

Por essa razão, a linguagem utilizada é simples e, sempre que possível, mantendo as contribuições dos autores, das pesquisas e dos exemplos mais utilizados na literatura de base.

Grande parte das ideias expressas são temas de importância fundamental na educação, formação, capacitação de profissionais para a transformação da sociedade em um mundo melhor, mais humano e de maior autonomia. Para tanto, foram utilizados muitos textos de autores de nome e prestígio na construção da moral e da ética profissional.

Com este trabalho buscamos contribuir para o debate sobre a construção da moral e para a reflexão sobre a sociedade, sua estrutura, as profissões e suas contribuições para uma sociedade mais justa.

Esperamos que o trabalho seja útil para os interessados na temática.

# O nascimento da ética: ética e história

Os princípios éticos surgem das relações sociais entre os homens com o objetivo de construir a própria sociedade. O desenvolvimento humano está diretamente ligado aos conceitos morais e à forma como a sociedade se constitui historicamente. Portanto, os fundamentos éticos devem ser interpretados historicamente e culturalmente, mas dentro de um processo de mudança e de sucessão que constitui sua história.

Pode-se concluir que quando a vida social muda, a vida moral também muda e isso gera uma nova ética, pois quando princípios, regras e valores de uma época entram em crise, ou seja, quando não conseguem mais explicar as ações da comunidade naquele momento, há necessidade de substituí-los por outros. Dessa forma, pode-se compreender o surgimento e o desenvolvimento de novos princípios morais.

Chauí (2003, p. 310) expressa que “cada sociedade institui uma moral, isto é, valores concernentes ao bem e ao mal, ao permitido e ao proibido e à conduta correta e à incorreta, válidos para todos os seus membros”. A filosofia moral ou a disciplina denominada ética nasce quando se passa a indagar o que são, de onde vêm e o que valem os costumes.

## A ética e os gregos

### Os sofistas

Vázquez (1998, p. 237) explica que os sofistas

constituem um movimento intelectual na Grécia. A palavra sofista originalmente significa mestre ou sábio, como mostra sua semelhança com a palavra grega *sofia* (sabedoria). O sofista reage contra o saber a respeito do mundo porque considera estéril e se sente atraído especialmente por um saber a respeito do homem, particularmente político e jurídico.

Segundo o autor, os sofistas “se transformam em mestres que ensinam principalmente a arte de convencer, ou retórica” (VÁZQUEZ, 1998, p. 237), pois, em uma sociedade em que o cidadão intervém ativamente, é muito importante a arte de expor, argumentar ou discutir. Aranha e Martins (2003) acreditam que os sofistas “rejeitam a tradição mítica ao admitir que os princípios morais resultam em convenções humanas”.

## Sócrates

Para esse filósofo, que nasceu em Atenas em 470 a.C., o saber fundamental é o saber a respeito do homem, que se caracteriza pelos seguintes fundamentos: é um conhecimento universalmente válido, ao contrário do que sustentam os sofistas; é, antes de tudo, conhecimento moral; é um conhecimento prático (conhecer para agir retamente). Essa teoria ficou famosa por sua máxima: “conhece-te a ti mesmo.”

Logo, a ética socrática é racionalista e nela encontramos, segundo Vázquez (1998, p. 238), uma concepção do bem como felicidade da alma e do bom como útil para a felicidade. Também encontramos a tese da virtude (do grego *areté*, capacidade radical e última do homem) como conhecimento e do vício como ignorância (quem age mal é porque ignora o bem e, por conseguinte, ninguém faz o mal voluntariamente) e finalmente a tese da origem sofista, segundo a qual a virtude pode ser transmitida e ensinada.

Assim, para Sócrates, bondade, conhecimento e felicidade se entrelaçam estreitamente. O homem age retamente quando conhece o bem e, conhecendo-o, não pode deixar de praticá-lo; por outro lado, aspirando ao bem, sente-se dono de si mesmo e é feliz.

Para Chauí (2003, p. 311), “as questões socráticas inauguram a ética ou filosofia moral porque definem o campo no qual valores e obrigações morais podem ser estabelecidas pela determinação de seu ponto de partida: consciência do agente moral”. A autora define sujeito ético ou moral como “aquele que sabe o que faz, conhece as causas e os fins de sua ação, o significado de suas intenções e de suas atitudes e a essência dos valores morais”.

## Platão

Discípulo de Sócrates, Platão nasceu em Atenas em 427 a.C. e morreu em 347 a.C. Para ele, a moral tem relação fundamental com a *pólis* (palavra grega que significa cidade), enquanto a ética estabelece uma relação com a política (termo derivado da palavra grega *pólis*). Ética e política dependem da concepção metafísica, isto é, dualismo do mundo das ideias permanentes, eternas, perfeitas e imutáveis, que constituem a verdadeira realidade e que se consolidam na ideia do bem, da divindade, e de sua doutrina da alma (princípio que anima o mundo ou move o homem). Essa doutrina constitui-se de três partes: razão, vontade e apetite. A razão é considerada superior, pois é por meio dela que a alma se eleva ao mundo das ideias. O objetivo final é purificar-se ou libertar-se da matéria para contemplar o que realmente é o fim: a ideia do bem. Para tanto, é necessário agir de forma a atingir esse bem, praticar várias virtudes de acordo com as três partes citadas. A virtude da razão é a prudência; a da vontade ou

ânimo, a fortaleza; e a do apetite, a temperança. A virtude da justiça se alcança com a harmonia das partes.

O homem é bom na medida em que sua cidadania se realiza na comunidade, no grupo, na cidade. Aranha e Martins (2003, p. 353) enfatizam que para Platão “o sábio é o único capaz de se soltar das amarras que o obrigam a ver apenas sombras e, dirigindo-se para fora, contempla o sol, que representa a ideia do bem”.

## Aristóteles

Nasceu em Estagira, Macedônia, em 384 a.C. e foi discípulo de Platão em Atenas. Para Aristóteles, a ideia não existe separada dos indivíduos concretos, ela existe somente nos seres individuais. No ser individual existe o ato (o que é) e a potência (o que tende a ser). A mudança é a passagem da potência ao ato. Existe somente um ser que é ato puro, sem potência: Deus. O homem, portanto, é atividade, passagem da potência ao ato. Para Aristóteles, o fim último do homem não é a felicidade (*eudaimonia*) nem o prazer (*hedoné*) e, sim, a vida teórica ou contemplação, a razão.

Para alcançar esse fim, certos hábitos devem ser adquiridos: as virtudes que, apesar de não serem inatas, podem ser obtidas com exercício. Há virtudes intelectuais (razão) e práticas (ou éticas – operam no irracional). O homem é racional e irracional ao mesmo tempo: seu lado irracional é composto pelas paixões, apetites, que devem ser tornados racionais. A virtude, portanto, consiste em ser o termo médio, ou seja, o equilíbrio entre o racional e o irracional.

A virtude nos leva à felicidade. Atingir a felicidade requer certas condições, tais como: ter maturidade, liberdade pessoal e saúde. Portanto, dispor dessas condições isoladamente não nos leva à felicidade. O homem só pode viver na cidade ou pólis, pois é por natureza um ser político ou social, isto é, que não pode viver isoladamente. Ele é membro de uma comunidade. A vida moral é um meio para atingir o fim fundamental: o humano, a vida teórica, a felicidade. A vida teórica pressupõe a vida em comum (sem exclusão). O homem (o sábio) deve ser um bom cidadão (VÁZQUEZ, 1998).

## Estoicos e epicuristas

Surgem, de acordo com Vázquez (1998), no processo de decadência e de ruína do mundo antigo greco-romano. O estoicismo tem como principais representantes: Zinco de Cedeu, Ceninha, Epíteto e Marco Aurélio (Roma). O Epicurismo é representado por Epicuro, Tito Lucrecio Caro. Para essas duas correntes a moral não está relacionada à pólis, mas ao universo. Esse problema está relacionado à necessidade física, natural do mundo. A física é o fundamento ético.

Na percepção dos estoicos, o mundo (cosmos) é um único grande ser que tem Deus como princípio, alma ou razão. Deus é o animador, o coordenador. No mundo só se realiza o que Deus quer. Não existe liberdade nem acaso. O homem deve aceitar o seu destino e agir consciente dele. Vázquez (1998) afirma que o bem supremo é viver de acordo com a natureza, com a consciência de nosso destino. Não deixar que as paixões nos conduzam. O homem sábio se firma contra as suas paixões.

Já para o epicuristas, tudo é formado por átomos materiais que possuem certo grau de liberdade. Não há envolvimento divino nos fenômenos físicos, nem na vida do homem. O homem busca o bem, pois o bem é o prazer. Para eles, também é importante seguir em busca dos prazeres estáveis, os prazeres do espírito, que trazem a paz da alma.

Martins e Aranha (2003) afirmam que Epicuro (347-270 a.C.) considerava os prazeres do corpo causadores da ansiedade e do sofrimento. Para permanecer imperturbável, a alma precisa desprezar os prazeres materiais, o que leva Epicuro a privilegiar os prazeres espirituais, sobretudo os que dizem respeito à amizade.

Vázquez (1998) conclui que o epicurista alcança o bem retirando-o da vida social, sem cair no sobrenatural, rodeado por um pequeno círculo de amigos, em tranquilidade e satisfeito. Nesse período, a ética epicurista e estoica se distanciam da política.

## Ética cristã medieval

Para Vázquez (1998, p. 243), “o cristianismo se eleva sobre as ruínas da sociedade antiga; depois de uma longa e sofrida luta, transforma-se na religião oficial de Roma (século IV) e termina por impor seu domínio durante dez séculos”. A moral e a ética passam a refletir o conteúdo religioso em todas as manifestações da vida medieval.

## A ética segundo a religião

A ética cristã, segundo Vázquez (1998), tem como base as verdades reveladas a respeito de Deus, as relações do homem com o seu criador e o modo de vida prático que o homem deve seguir para obter a salvação no outro mundo. Deus é um ser bom, onisciente e todo-poderoso. Deus exige a obediência e a sujeição a seus mandamentos. O homem vem de Deus e deve orientar-se para ele. A essência da felicidade é a contemplação de Deus.



Sobre isso, Vázquez (1998, p. 244) escreve que

o cristianismo pretende elevar o homem de uma ordem terrestre para uma ordem sobrenatural, na qual possa viver uma vida plena, feliz, e verdadeira, sem as imperfeições, as desigualdades e injustiças terrenas. Propondo a solução de problemas graves do mundo num mais além, o cristianismo introduz uma ideia de enorme riqueza mortal: a da igualdade dos homens. Todos os homens, sem distinção – escravos e livres, cultos e ignorantes –, são iguais diante de Deus e são chamados a alcançar a perfeição e a justiça num mundo sobrenatural.

Segundo Vázquez (1998, p. 244), “a mensagem cristã da igualdade é lançada num mundo social em que os homens conhecem a mais espantosa desigualdade: a divisão entre os escravos e homens livres, ou entre servos e senhores feudais”. Para ele, “a ética cristã medieval não condena essa desigualdade social e chega, inclusive, a justificá-la”, pois “a igualdade e a justiça são transferidas para um mundo ideal, enquanto aqui se mantém e se sanciona a desigualdade social”.

Nesse contexto, a ética cristã regula o comportamento dos homens na perspectiva do “outro mundo” (sobrenatural), com Deus. A realização moral só é alcançada quando o homem se eleva ao sobrenatural, seguindo os mandamentos que derivam todas as regras de conduta. A ética cristã, portanto, nos traz uma inovação moral: a ideia do dever. O dever não se relaciona apenas às coisas visíveis, mas também aos desejos, às intenções invisíveis.

## A ética cristã filosófica

No campo filosófico, verifica-se também uma ética limitada e influenciada pela matriz religiosa e dogmática.

Em Santo Agostinho (*apud* VÁZQUEZ, 1998) ocorre na elevação ascética até Deus. Felicidade máxima que não pode ser alcançada nesse mundo. Santo Tomás (*apud* VÁZQUEZ, 1998) afirma que Deus é o bem e o objetivo supremo. Ele é a felicidade. A contemplação e o conhecimento são meios mais adequados para atingir esse fim.

## A ética moderna

### A ética antropocêntrica no mundo moderno

A ética moderna surge no século XVI e se estende até o XIX. Assume uma tendência antropocêntrica, em oposição à ética teocêntrica da Idade Média. A ética moderna acompanha um conjunto de modificações no mundo nos mais diferentes campos:

- **Economia** – incremento nas forças produtivas, desenvolvimento científico, desenvolvimento das relações capitalistas de produção.
- **Social** – surgimento e fortalecimento da burguesia com o objetivo de aumentar seu poder econômico e político.
- **Estado** – surgem os grandes estados modernos, centralizados. Essa transformação social não é planejada nem uniforme, gerando diferenças e exclusões.
- **Espiritual** – a religião deixa de ser um guia. A razão separa-se da fé; a natureza de Deus; o Estado da Igreja; o Homem de Deus.

Vázquez (1998) afirma que o homem adquire um valor pessoal, espiritual, corpóreo, racional e possui vontade, desejo. O homem não apenas contempla, ele age. O homem passa a ser o centro do universo. A nova ética, agora livre do jugo religioso, tem como fundamento o homem, o seu desejo de agir e de transformar as coisas.

## A ética em Kant

Para Kant, o homem é o sujeito cognoscente (ou moral ativo), é o criador e está no centro da moral e do conhecimento. O homem sente-se responsável pelos seus atos e tem consciência do seu dever. Essa consciência, por conseguinte, supõe a necessidade de o homem de ser livre.

A ação moral é baseada na razão. A lei moral descoberta pela razão deve ser universal, pois não é uma atividade subjetiva (MARTINS; ARANHA, 2003). Para Kant (*apud* MARTINS; ARANHA, 2003), é necessário que o ser humano “aja de tal modo que a máxima de sua ação possa sempre valer como princípio universal de conduta”. Kant considera esse mandamento um imperativo categórico.

A partir da questão da moralidade é possível postular que o homem age de acordo com o bem. Deve-se agir com bondade. A vontade boa ocorre quando se age por puro respeito ao dever.

Vázquez (1998, p. 250) afirma que:

Se o homem age por puro respeito ao dever e não obedece a outra lei a não ser a que lhe dita a sua consciência moral, é – como ser racional puro ou pessoa moral – legislador de si mesmo. Por isso, *tomar o homem como meio parece a Kant profundamente imoral, porque todos os homens são fins em si mesmos* [grifo do autor] e, como tais – isto é, como pessoas morais –, formam parte do mundo da liberdade ou do reino dos fins.

Martins e Aranha (2003, p. 354) acreditam que o homem deve agir “sempre de tal modo que trate a humanidade, tanto na sua pessoa como na do outro, como fim e não apenas como meio”.

# Ética contemporânea

Segundo Vázquez (1998), a ética contemporânea surge em uma época de grande progresso científico, tecnológico e de desenvolvimento das forças do trabalho. Surgem os sistemas políticos, destacando-se o socialismo. Ocorre também o processo de descolonização, mudanças sociais e uma reavaliação dos princípios, regras e valores da sociedade moderna.

## Existencialismo

O filósofo Kierkegaard (1813-1855) é considerado o pai do existencialismo. Para ele, o que vale é o homem concreto, o indivíduo como tal, isto é, a sua subjetividade. O indivíduo existe somente no campo plenamente subjetivo. Para esse pensador, há três estágios na existência do indivíduo: estético, ético e religioso. O estágio superior é o religioso em que sua relação de fé com Deus é subjetiva. No estágio ético, o indivíduo pauta seu comportamento por normas gerais e, nesse momento, perde sua subjetividade em autenticidade. O estágio estético é o último estágio.

Max Stirner (1806-1856), considerado o precursor do anarquismo moderno, acredita ser necessário recuperar o homem concreto no eu, na vontade individual, no único, que ele chama de *egoísmo integral*.

Heidegger (1984) elabora a Teoria do Ser, na qual o ser humano é um ser-no-mundo, aquele ser que mora no mundo, mas não está tenuamente ligado a ele, ou seja, o ser apenas “estoura”, “eclode” no mundo. Martins e Aranha (2003) explicam que, para Heidegger, o “ser-aí não é consciência separada do mundo, mas está numa situação dada, toma conhecimento do mundo que ele próprio não criou e ao qual se acha submetido em um primeiro instante: a facticidade”.

Segundo Martins e Aranha, a partir do ser-aí, o indivíduo é lançado no mundo de maneira passiva, mas pode tomar a iniciativa de descobrir o sentido da existência e orientar suas ações nas mais diversas direções (transcendência). Martins e Aranha afirmam que, nesse processo, o ser humano descobre a temporalidade, pois, ao tentar compreender o seu ser, dá sentido ao passado e projeta o futuro. Dessa relação surge a angústia da tensão entre o que ele é e aquilo que virá a ser, como dono do seu próprio destino. As autoras concluem que a autenticidade ou a inautenticidade da vida derivam do sentido que o ser humano imprime à sua ação. Para elas,

o indivíduo inautêntico é o que se degrada vivendo de acordo com verdades e normas dadas; a despersonalização o faz mergulhar no anonimato, que anula qualquer originalidade. É o que Heidegger chama mundo do *man* (em alemão, *man* significa se) e que designa a impessoalidade:

come-se, vive-se, bebe-se, como todos comem, bebem, vivem. Ao contrário, a pessoa autêntica é aquela que se projeta no tempo, sempre em direção ao futuro. A existência é o lançar-se contínuo às possibilidades sempre renovadas. (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 357)

Jean-Paul Sartre, filósofo nascido em Paris no século XX, considera o homem fundamento sem fundamento (sem razão de ser) dos valores. Para ele, o homem é liberdade, sua única fonte de valor. Para Sartre, a existência precede a essência. Isso significa que o homem primeiramente existe, se descobre, surge no mundo e só depois se define. Então, não há natureza humana, visto que não há Deus para concebê-la. O homem não é apenas como ele se concebe, ele é como ele se concebe depois da existência, como ele se deseja após esse impulso para a existência; o homem não é mais que aquilo que ele faz (ARANHA; MARTINS, 2003). Sartre acredita que não há valores objetivamente fundados, cada um deve criar ou inventar os valores ou as normas que guiam seu comportamento.

Sartre (*apud* ARANHA; MARTINS, 2003, p. 359) adverte:

Mas se verdadeiramente a existência precede a essência, o homem é responsável por aquilo que é. Assim, o primeiro esforço do existencialismo é o de pôr todo o homem no domínio do que ele é e de lhe atribuir a total responsabilidade de sua existência [...] o homem é responsável por todos os homens. [...] o que escolhemos é sempre o bem, e nada pode ser bom pra nós sem que o seja para todos. Se a existência, por outro lado, precede a essência e se quisermos existir, esta imagem é válida para todos e para toda a nossa época. Assim, a nossa responsabilidade é muito maior do que poderíamos supor, porque ela envolve toda a humanidade.

## Pragmatismo

Em meados do século XIX, surgiu nos Estados Unidos uma corrente filosófica chamada Pragmatismo, que teve como principais pesquisadores Charles S. Peirce, William James e J. Dewey.

Com o progresso e o desenvolvimento tecnológico, surgiu o desenvolvimento do comércio e os negócios mercantis passaram a ter uma nova postura em relação aos seres humanos, visando ao “espírito de empresa”. Esse espírito se afastava das questões contemplativas e abstratas e se direcionava para as coisas práticas e úteis. Uma identificação com a ideia da verdade como algo útil. O útil nos ajuda a viver e a conviver melhor.

No campo ético, isso significa que algo é bom quando nos leva a obter um fim, um resultado, um êxito. Logo, os valores, regras e princípios são reconsiderados e seus conteúdos foram redirecionados para o valor de utilidade, que varia de acordo com as situações. Valoriza-se o individualismo, o egoísmo e o êxito pessoal.

# Psicanálise e ética

Sigmund Freud (1856-1939) foi o pai da Psicanálise, uma ciência cujo pressuposto básico é o estudo do inconsciente. No inconsciente são armazenadas recordações, desejos, impulsos reprimidos que lutam para se tornar conscientes. Para Freud, o inconsciente é algo dinâmico e que influencia o comportamento do sujeito.

Vázquez (1998, p. 256) descreve as três zonas da personalidade para Freud: o *id*, conjunto de forças, impulsos ou tendências inconscientes; o *ego*, a consciência em sentido próprio; o *superego*, que tem a função de ser um vigilante dos valores e normas morais adquiridas no período da educação. Sendo parte do inconsciente, o *superego* entra em conflito com o consciente, reprimindo-o.

Fromm (*apud* VÁZQUEZ, 1998, p. 257) não crê que o comportamento do homem possa ser explicado somente pela força dos instintos (explicação mecânico-naturalista), mas também pelas relações do homem (relações abertas e não instintivamente determinadas) com o mundo externo: processo de assimilação de objetos e processos de socialização ou de relações com outras pessoas ou consigo mesmo.

## Marxismo

Marx (*apud* VÁZQUEZ, 1998, p. 258) deseja recuperar o homem concreto. O homem é real, um ser indissolúvel, espiritual, sensível, natural e humano, teórico e prático, objetivo e subjetivo. O homem é práxis, um ser produtor, transformador, criador; mediante seu trabalho, transforma a natureza externa, nela se plasma e, ao mesmo tempo, cria um mundo à sua medida, isto é, à medida de sua natureza humana. Essa objetivação do homem no mundo externo, pela qual produz um mundo de objetos úteis, corresponde à sua natureza de ser produtor, que também se manifesta na arte e em outras atividades.

Para Marx, o homem é um ser social e histórico que produz e cria, com isso, relações sociais, chamadas de relações de produção. As mudanças que ele provoca na base econômica geram mudanças nas concepções morais. Algumas das suas principais teses são:

- ▶ a moral, como toda forma de superestrutura ideológica, cumpre uma função social, que pode ser a de sancionar as relações e condições de existência de acordo com os interesses da classe dominante;

- existem diferentes morais de classe e em uma mesma sociedade podem coexistir várias morais;
- a moral de cada sociedade, ou de cada classe, tem um caráter relativo;
- a história está sujeita a uma necessidade objetiva e é nesse processo que as morais surgem;
- uma nova moral torna-se necessária para regular as relações dos indivíduos, tanto em vista da transformação da velha sociedade, como em vista de garantir a unidade e a harmonia entre os membros da nova sociedade socialista;
- a necessidade da moral na transformação radical da sociedade não significa cair em um moralismo;
- o homem deve intervir na transformação da sociedade porque, se não o fizer, pode ocorrer um retorno à barbárie ou, até mesmo, à extinção da sua espécie.

## Neopositivismo e Filosofia Analítica

A Filosofia Analítica é uma corrente no âmbito do Neopositivismo que reduz a tarefa da reflexão ética a uma análise das proposições morais ou da linguagem, declaram-se neutros no terreno moral e não tomam posições nas grandes questões morais. Nela, os conceitos éticos não descrevem nem representam alguma coisa. Conceitos como bom e dever não existem, são somente expressões das emoções do sujeito.

## Ética do discurso

A situação das questões morais no mundo contemporâneo, para Aranha e Martins (2003), nos conduz a dois polos:

- o prevalecimento da ordem subjetiva das vivências, emoções, a anarquia dos princípios ou a simples ausência deles;
- a razão dominadora, instrumento de repressão.

Jürgen Habermas (*apud* ARANHA; MARTINS, 2003), examinando a questão da moral na contemporaneidade, desenvolve a teoria da ação comunicativa, com o objetivo de compreender a ética do discurso. Essa ética recorre à razão para a sua fundamentação: a razão comunicativa, que se apoia no diálogo, na interação entre os indivíduos do grupo e é mediada pela linguagem, pelo discurso.

A validade das normas, para Aranha e Martins (2003, p. 360), “não deriva de uma razão abstrata e universal nem depende da subjetividade narcísica de cada um, mas do consenso encontrado a partir do grupo, do conjunto dos indivíduos”. As autoras acreditam que toda a subjetividade se transforma em intersubjetividade e escrevem que

a interação entre os sujeitos precisa se fazer sem as pressões típicas do sistema econômico (força do dinheiro), ou do sistema político (exercício do poder). A ação comunicativa supõe o entendimento entre os indivíduos que procuram, pelo uso de argumentos racionais, convencer o outro (ou se deixar convencer) a respeito da validade da norma: instaura-se aí o mundo da sociabilidade, da espontaneidade, da solidariedade, da cooperação. (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 360)

## A religação ética

Ao final do século XIX, várias foram as críticas feitas à razão – considerada uma maneira de abafar as emoções, os sentimentos, a instintividade e os valores da vida – por diferentes grupos (jovens, seitas religiosas, movimentos ecológicos, pacifistas, feministas, homossexuais, entre outros) que buscavam expressar suas insatisfações, gerando diversas morais, evidenciando o problema da perda e da fragmentação do humano.

Morin (2005, p. 103) afirma que o “ser humano percebe o outro como um eu simultaneamente diferente e igual a ele”. Esse fato implica reconhecer que o “outro partilha, assim, uma identidade comigo, conservando a sua diferença”: quando aparece como semelhante, carrega um potencial de fraternidade; quando aparece como diferente, carrega um potencial de hostilidade.

O autor acredita que o sujeito humano “carrega um duplo programa, um egocêntrico, o outro altruísta; a rejeição do outro fora da identidade comum produz o fechamento egocêntrico e é produzida por este; a inclusão do outro em nós produz simultaneamente a abertura altruísta e é produzida por esta” (MORIN, 2005, p. 103). Ele também afirma que a civilização atual separa mais do que liga. Dessa forma, é necessário que haja religação, pois se presencia uma aventura desconhecida. Sentimentos como amizade, amor e fraternidade são necessários nesse momento. A religação passa a ser, então, um imperativo ético primordial.

O outro não pode ser tratado como objeto, não pode ser manipulado, desprezado, degradado. É necessário reconhecer o outro como ser humano na sua integridade. Para isso, faz-se necessário instituir a ética da tolerância, da amizade, do amor.

Nesse contexto, Boff (2003) afirma que a presente crise de valores, crise de uma visão mais humanitária e generosa da vida, nos leva a uma reflexão sobre “a crise de ótica que gera uma crise de ética”. O autor propõe alguns aspectos para essa religação ética na Pós-Modernidade:

- a ética que procura (a ética da razão) não consegue mais dar conta das necessidades que irrompem em nossa sociedade. Essa ética não desenvolveu ferramentas para responder aos desafios atuais que estão relacionados ao futuro da humanidade;
- o modelo ético que vivenciamos evidencia a dificuldade em aceitar o outro, pois o outro me “obriga a tomar uma atitude prática de acolhida, de indiferença, de rechaço, de destruição”. O outro significa uma “proposta que pede uma resposta com responsabilidade. O outro faz surgir em mim o *ethos* que ama, fundando assim um novo sentido de viver. Amar o outro é dar-lhe razão de existir. O amor é fonte dos valores;
- essa nova ética nos leva a reconhecer que quando amamos, passamos a exigir cuidado, categoria fundamental no novo paradigma. Para o autor, o cuidado reveste-se de dupla função: prevenção de danos futuros e regeneração de danos passados;
- nesse novo paradigma, precisamos dar respostas eficazes aos problemas que nos chegam da realidade complexa atual. De acordo com Boff (2003, p. 51), isso só será possível com amor, cuidado e responsabilidade. A responsabilidade emerge “quando nos damos conta das consequências de nossos atos sobre os outros e a natureza” (BOFF, 2003, p. 51). O mesmo autor cita Hans Jonas, o filósofo do Princípio da Responsabilidade que afirma: “aja de tal maneira que as consequências de suas ações não sejam destrutivas da natureza, da vida e da Terra”;
- para alguns pensadores, o momento atual é de barbárie. Para enfrentar esse desafio, Boff (2003, p. 53) acredita ser necessário uma “revolução ética, política, vale dizer, despertar um sentimento profundo de irmandade e de familiaridade que torne intolerável essa desumanização e impeça os vorazes dinossauros do consumismo de continuarem em seu vandalismo individualista”. Precisa-se de um *ethos* que se solidarize. A solidariedade encontra-se na raiz do processo de hominização;
- para que o ser possa realizar-se plenamente, ele precisa de compaixão, ou seja, de desapego, cuidado, altruísmo e amor;
- a ética deve levar à integração do eu, do nós, do(s) outro(s), da Terra, por meio da fraternidade, da união e do amor.



1. Como era a moral e a ética na Grécia antiga?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

2. Escreva sobre a ética medieval.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

3. Como era a moral e a ética moderna?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**4.** O que é existencialismo?

---

---

---

---

---

---

---

**5.** Qual é a característica fundamental da ética marxista?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**6.** De acordo com o texto da aula, o que é a ética da religião?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

7. Complete a frase a seguir com a alternativa correta. Os \_\_\_\_\_ rejeitam a tradição mítica e admitem que os princípios morais resultam de convenções humanas.
- a) platônicos.
  - b) sofistas.
  - c) aristotélicos.
  - d) hedonistas.
8. Quem é o autor do pensamento “conhece-te a ti mesmo”?
- a) Platão.
  - b) Marx.
  - c) Aristóteles.
  - d) Sócrates.
9. A doutrina de Platão constitui-se de:
- a) razão, vontade, apetite.
  - b) moral, sabedoria, desejo.
  - c) virtude, temperança, justiça.
  - d) valor, conhecimento, divindade.
10. Quem é o autor da seguinte frase: “O homem é passagem da potência ao ato”?
- a) Sócrates.
  - b) Aristóteles.
  - c) Descartes.
  - d) Platão.

## Ampliando conhecimentos

GLADIADOR. Direção de Ridley Scott. EUA: Columbia Tristar Pictures, 2000. 1 filme (150 min.): son., color.; 35mm.

O REI Artur. Direção de Antoine Fuqua. EUA: Touchstone Pictures: Buena Vista Pictures, 2004. 1 filme (130 min.): son., color.; 35mm.

TROIA. Direção de Wolfgang Petersen. EUA: Warner Bros, 2004. 1 filme (163 min.): son., color.; 35mm.

Esses filmes demonstram a evolução dos conceitos de moral e ética e os conceitos históricos em que se desenvolvem, mostrando a dinâmica da construção da moral do ser humano.

## Gabarito

1. O berço da civilização ocidental é a cultura da Grécia Antiga, sendo assim, as primeiras concepções de moral e ética que nortearam o pensamento ocidental são provenientes de pensadores gregos. Desse modo, os primeiros a tecerem reflexões sobre moral e ética foram os sofistas, para quem os princípios morais são resultado de convenções humanas. Em seguida, surge Sócrates com sua concepção racionalista de ética: a concepção do bem como felicidade da alma, do bom como útil para a felicidade, e por fim, a tese da virtude como conhecimento e do vício como ignorância. Seu discípulo, Platão, separava moral de ética, estabelecendo a primeira uma relação com a pólis, a cidade, e a segunda uma relação com a política. E no caso, ética e política, para Platão, são dependentes da concepção metafísica, relacionada ao plano das ideias, tido como o plano onde se estabelece a verdade. Outro discípulo de Sócrates, Aristóteles considera que a ideia não se separa do mundo concreto e que o homem deve buscar a razão por meio da virtude. Para Aristóteles, o homem é racional e irracional ao mesmo tempo, cabendo a ele, por meio do exercício prático, adquirir hábitos virtuosos, por meio do equilíbrio entre o racional e o irracional. Por fim, vieram os estoicos e epicuristas. Para os primeiros o bem supremo é viver de acordo com a natureza, pois eles acreditavam que o mundo é um único grande ser do qual o ser humano é parte, sendo Deus o princípio, alma ou razão que move esse mundo. Para os epicuristas, o mundo é composto por átomos materiais, os quais possuem certo grau de liberdade em relação a forças divinas. A ética do homem, para eles é a busca dos prazeres estáveis, prazeres do espírito, que trazem a paz da alma.

2. Durante o período medieval há formação da Igreja católica, sendo sua presença e influência muito forte em vários âmbitos da vida social. Sendo assim, a ética e a moral durante esse período reflete os preceitos religiosos cristãos em todas as manifestações da vida medieval. Desse modo, a ética e a moral cristã vigente durante a Idade Média baseavam-se nas verdades reveladas a respeito de Deus, presentes na Bíblia, sendo o objetivo maior do homem medieval buscar a salvação na outra vida.
3. A partir do século XVI, o homem passa a se considerar o centro do universo. Assim, a ética e a moral modernas, pautam-se em princípios antropocêntricos em oposição à ética teocêntrica da Idade Média. A nova ética, agora liberta do jugo religioso, tem como fundamento o homem, o seu desejo de agir e transformar as coisas.
4. A Igreja não aceitava a cobrança de juros porque interpretava a Bíblia à sua maneira e ali encontrava a condenação da cobrança de juros e também do enriquecimento.
5. O existencialismo é uma corrente filosófica inaugurada por Kierkegaard, e da qual fizeram parte ou contribuíram para sua formação pensadores como Max Stirner, Heidegger e Jean-Paul Sartre. Essa corrente fundamenta-se na existência humana, considerando que o indivíduo é que constrói a sua subjetividade e possui as rédeas de seu destino, e assim que cria seus valores de conduta em sociedade. Para Sartre, um dos principais pensadores existencialistas, a existência precede a essência, ou seja, o homem primeiramente existe, depois se descobre, surge no mundo e então se define. Para Sartre, não há valores externos ao homem, é este que cria ou inventa os valores e normas que guiam seu comportamento.
6. A característica fundamental da ética marxista é a concepção de homem como um ser concreto, um ser social e histórico que produz e cria, que intervém na natureza, transformando-a em seu favor. Essa objetivação do homem no mundo externo, pela qual produz um mundo de objetos úteis, corresponde à sua natureza de ser produtor, que também se manifesta na arte e em outras esferas de atividade. Dessa forma, as mudanças que o homem empreende na base econômica da sociedade geram mudanças nas concepções morais desta.
7. B
8. D
9. A
10. B

## Referências

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 2003.
- BOFF, Leonardo. **Ética e Moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CHANGEAUX, J. P.; RICOUER, Paul. **O que nos Faz Pensar**. Lisboa: Edições 70, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.
- COHEN, Cláudio; SEGRE, Marco. **Breve Discurso sobre Valores, Eticidade e Ética**. Disponível em: <[www.etica.edu.br](http://www.etica.edu.br)>. Acesso em: 20 out. 2005.
- COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno Tratado das Grandes Virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CORDI, Cassiano *et al.* **Para Filosofar**. São Paulo: Scipione, 1995.
- GLOCK, R. S.; GOLDIM, J.R. **Ética Profissional é Compromisso Social**. Disponível em: <[www.bioetica.ufrgs.br/eticprof.htm](http://www.bioetica.ufrgs.br/eticprof.htm)>. Acesso em: 24 nov. 2005.
- HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HEIDEGGER, M. **El Ser y el Tiempo**. México: Fondo de Cultura, 1984.
- HUME, David. **Tratado da Natureza Humana**. São Paulo: Unesp, 2001.
- LA TAILLE, Yves. **Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- MORIN, Edgar. Epistemologia da complexidade. *In*: SCHNITMAN, Doris Fried. **Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade**. Porto Alegre: Artmed. 1994.
- \_\_\_\_\_. **O Método 6: ética**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- PEREIRA, Otaviano. **O que É Moral**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- VALLS, Álvaro L. M. **O que É Ética**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

Blank lined area for writing or notes.





# Os valores, decisões e ações que nos tornam humanos

---

A crise de valores, que atualmente expõe a sociedade e desampara o homem, está relacionada à forma como é feita a gestão dos princípios, dos valores e às regras que servem de base para a ação do homem. Esses princípios enfatizam a ação do sujeito para tornar-se humano.

A necessidade de ser competente para atuar em um mercado disputado leva as pessoas a desenvolverem estratégias competitivas, classificatórias, meritocráticas. O sujeito precisa transformar-se e adaptar-se aos mandamentos do mercado. Como consequência dessa corrida pela superação diária, constata-se o fim das virtudes, o desaparecimento dos princípios, levando à “corrosão do caráter” e causando o afastamento das pessoas. Para evitar que isso aconteça, é preciso procurar religar as contradições entre aceitar o mercado e sua forma de impor-se sobre as pessoas e manter os princípios humanos.

Santos (2003, p. 98) afirma que a crise de valores que paira sobre a sociedade atinge todas as áreas do saber humano. Para a autora, no século XVIII

a casa separou-se do local de trabalho, hoje a moral familiar é que se aparta da moral do trabalho. A flexibilização, como recurso das empresas, transfere-se para a flexibilidade moral. O homem terá que se adaptar, abandonando os valores outrora seguros. Ele terá que construir um “sistema aberto” e habitar a desordem, mostrando a capacidade de administrar os riscos. O termo “emprego” é substituído por projetos temporários e o remanejamento do pessoal é constante, resultando em convivência efêmera. Estas relações de trabalho afetam os indivíduos com novos requerimentos, demandando valores comportamentais, tais como: flexibilidade no ser, abertura à mudança, metas em curto prazo, superficialidade, subjetividade narcisista, “parecer” é mais importante que “ser”, capacidade de assumir riscos, espírito de competição, estar sempre à deriva; caráter não conta; não há papel fixo; não há regra definida nem autoridade; aptidão social, sorriso cativante, arte de fingir na equipe, sobrevivência a todo custo.

Santos (2003, p. 98) também declara que

o homem é um ser adaptável, mas, ao mesmo tempo, um ser ansiógeno em contínua busca de mais conhecimento e de uma vivência plena. Um ser de vida comunitária, que acumula, recicla e transmite conhecimentos históricos. A necessidade da convivência tem-lhe desenvolvido o amor, sentimento este que se desdobra em solidariedade, cooperação, amizade, confiança, as quais, por sua vez, possibilitam a vida social e identidade em relação a outros seres do planeta, tornando prazerosa a existência em grupo.

Para Maturana (1999), desde o ângulo biológico, o amor, sentimento de aceitação do outro, contrário à competição, que é negação deste outro, é construtivo da vida humana e fundamento do social.

O que acontece, no entanto, “é um domínio da lógica da exclusão. Os valores tradicionais como solidariedade, cooperação, respeito mútuo, lealdade, compromisso, ajuda mútua, amizade, confiança, autonomia, independência, honestidade e integridade são colocados em função da produtividade” (SANTOS, 2003, p. 99). O sentimento solidário, cooperativo e participativo não é algo inato, mas uma construção psicossociocultural.

Com a crise dos valores expressa claramente na ação das pessoas e com a influência do mercado, as normas de atuação do sujeito começam a passar por modificações representativas. Conseqüentemente, a ética também precisou modificar-se, acompanhando a crise ou a evolução do mercado. Devido a tudo isso, a ética expandiu-se e começou a ser usada na área médica, na economia, na política, na comunicação, visando a uma normatização das ações das áreas. Essa atuação passou a ser conhecida como *ética aplicada*, que compreende a bioética, a ética da informação, a ética econômica e empresarial, a ética dos negócios, a ética da ciência e da tecnologia e a *ética das profissões*.

A internalização de padrões morais é o conceito orientador da maioria das pesquisas sobre o desenvolvimento moral, principalmente no que se refere à internalização de proibições e ordens socialmente sancionadas. Essa visão é um legado de Freud e Durkheim (*apud* HOFFMAN, 1978). Para eles, o indivíduo não passa toda a sua vida considerando as normas centrais da sociedade como pressões externas e coercitivamente impostas, às quais ele deve se submeter (HOFFMAN, 1978).

Leia a situação a seguir e reflita sobre como o sujeito deveria agir para que os princípios estudados até o momento fossem respeitados.

A mulher de Heinz estava à morte, pois tinha câncer. Somente um remédio, que o farmacêutico da cidade tinha descoberto, poderia salvá-la. Mas o farmacêutico estava cobrando uma fortuna pelo remédio, que estava dez vezes acima do seu preço de custo. Heinz, o marido da mulher enferma, pediu dinheiro a todos os amigos, mas só conseguiu juntar a metade do que solicitava o farmacêutico pelo remédio. Explicou então a este a situação. Contou-lhe que a mulher estava morrendo e pediu que vendesse o remédio pela quantia que obtivera ou que permitisse pagar o restante mais tarde. Mas o farmacêutico foi implacável, não se dispondo a vender o remédio senão pelo preço inicialmente estipulado. Heinz, desesperado, resolveu arrombar a farmácia e levar o remédio para a mulher. Heinz estaria agindo corretamente? (COLBY; KOHLBERG, 1984)

Na situação apresentada, o principal fator a ser levado em consideração é o valor da vida. É certo deixar que alguém morra por falta de recursos ou auxílio médico? O profissional que produz algo tem o direito de obter vantagem de seu conhecimento? A questão do mercado, da oferta e do direito legal devem ser mais relevantes do que a vida em risco? O desespero do marido justifica o fato de o sujeito ter invadido e roubado uma propriedade para obter o remédio? Até que ponto os fins justificam os meios?

A cooperação e a solidariedade também são princípios que precisam ser considerados nessa situação. As pessoas pedem auxílio, mas ninguém pode ajudar, pois estamos tão afastados uns dos outros, mesmo estando tão próximos fisicamente. O dinheiro passou a ser fundamental para viver, para sobreviver. Então, o dinheiro passou a ter valor maior do que a vida?

Todos pensam que a vida sempre tem valor bem maior. A decisão tomada pelo marido foi justa (pois sua esposa morreria se ele não tomasse aquela atitude), mas desrespeita um outro princípio fundamental: não roubar. Como resolver esses dilemas em nossas vidas de forma ética? As decisões tomadas nessas situações sempre exigem um equacionamento, pois envolvem uma série de outros eventos ao mesmo tempo. É preciso ter sensibilidade moral para que a decisão mais adequada seja feita.

As crianças, quando analisam essa situação, apresentam soluções que levam em consideração a moral da autoridade, isto é, a moral do dever e da obediência. No entanto, a ideia do justo e não atendido leva a uma confusão com o conteúdo da norma estabelecida e o medo da sanção possível na possível decisão contrária.

Para Durkheim (1947),

toda a sociedade consiste em um conjunto de crenças e sentimentos solidários que procuramos salvar. Toda a moral é imposta pelo grupo ao indivíduo e pelo adulto à criança. Os princípios lógicos ou morais são exteriores ao indivíduo, no sentido de que a consciência individual sozinha não bastaria para elaborá-los.

A moral, dessa forma, é obra da sociedade e deve variar de acordo com as sociedades e o tempo. Os sentimentos morais são estabelecidos pela interação dos seres humanos nas mais diferentes situações e contextos. Os contatos entre os indivíduos estão baseados em normas, princípios e valores gerados a partir do respeito. É o respeito que faz com que as normas emanadas da relação entre os seres humanos adquiram força de lei na consciência das pessoas.

Piaget (1994) em suas pesquisas declara haver já um sentimento moral presente na sociedade, pois esse sentimento já existe em cada indivíduo, permitindo assim a construção de uma sociedade por meio de interações interpessoais.

Logo, parece que a moral prescrita ao indivíduo pela sociedade não é totalmente homogênea como consideravam os pensadores, pois a própria sociedade não é única, nem é homogênea. A sociedade ou as sociedades formam um conjunto de relações sociais. Essas relações vão desde a coação – imposição de um conjunto de regras e normas – a relações de cooperação – gerar regras e normas que sejam resultado da sensibilidade, da racionalidade, da consciência, da solidariedade, da cooperação do agir humano, para seres humanos em benefício da sociedade humana. Portanto, é possível construir-se como um sujeito ético.

1. Qual é a reflexão feita entre a família e o trabalho?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

2. Existe diferença entre relações de trabalho e relações de amigos?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

3. Quais são os elementos mais importantes para a constituição do ser humano?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

4. De que forma o mercado influenciou na crise dos valores?

---

---

---

---

---

---

5. Qual é o papel da ética e da crise de valores?

---

---

---

---

---

6. A moral é uma construção externa ou interna ao ser humano?

---

---

---

---

---

---

---

7. A ética deve:

- a) ser única e permanente.
- b) ser o substrato da sociedade moderna.
- c) acompanhar as modificações da sociedade.
- d) ser um reflexo dos interesses da maioria.

8. A \_\_\_\_\_ é o processo de atuação de acordo com os princípios da profissão.
- a) ética religiosa.
  - b) ética profissional.
  - c) ética psicanalítica.
  - d) ética das sociedades.

## Para refletir

Os sentimentos morais são estabelecidos pela interação que ocorrem entre os seres humanos nas mais diferentes situações e contextos.

## Ampliando conhecimentos

O SORRISO de Mona Lisa. Direção de Mike Newell. EUA: Columbia Pictures, 2003. 1 filme (125 min.): son., color; 35mm.

O filme apresenta a personagem em situações dramáticas em que deve tomar decisões baseadas em princípios e valores, mas os valores de sua sociedade não são os mesmos do grupo no qual está convivendo no momento.

## Gabarito

1. A partir do século XVIII, houve uma separação entre a casa e o local de trabalho, o que acarretou algumas mudanças nas relações sociais. Atualmente é a moral familiar que se separa da moral do trabalho, fazendo com que a flexibilização outrora reservada às relações em âmbito profissional passasse a reger também para a moral. Há assim uma relativização da noção do que é certo ou errado nas relações sociais em prol da adaptação do homem às situações que ele enfrenta no dia a dia profissional, o que faz com que ele assuma valores comportamentais, como: flexibilidade no ser, abertura à mudança, cumprimento de metas em curto prazo, superficialidade, subjetividade narcisista, “parecer” é mais importante que “ser”, capacidade de assumir riscos, espírito de competição, estar sempre à deriva; caráter não conta; não há papel fixo; não há regra definida nem autoridade; aptidão social, sorriso cativante, arte de fingir na equipe, sobrevivência a todo custo.

2. Num primeiro momento existe diferença entre essas duas formas de relação, porém há uma aproximação devido à necessidade humana de estabelecer vínculos. O homem é um ser adaptável, porém está em constante busca de conhecimento e de vivência plena. Essa necessidade de convivência faz com que o homem desenvolva o amor, sentimento que se desdobra em solidariedade, cooperação, amizade e confiança, sentimentos próprios das relações entre amigos.
3. Em primeiro lugar, segundo Maturana, o amor, o sentimento de aceitação do outro, contrário à competição, é construtivo da vida humana e fundamento do social. Além do amor, a solidariedade, que não é algo inato, mas sim um sentimento construído psicossocioculturalmente.
4. O mercado influenciou para a crise dos valores por conta de seu caráter competitivo, que é contrário ao sentimento de solidariedade que deveria reger sempre as relações humanas. Como as normas de atuação das pessoas passaram por modificações por influência do mercado, também foi necessário que a ética se modificasse, acompanhando a crise ou a evolução do mercado. Por conta disso, a ética passou a ser pensada e usada em diferentes áreas profissionais como a medicina, a economia, a política e a de comunicações, amoldando-se às suas peculiaridades.
5. Com a crise dos valores e a influência do mercado nas relações sociais a ética passou a reger as normas de atuação das pessoas nos diferentes âmbitos profissionais. Por conta disso, ela ética passou por modificações ajustando-se às necessidades e características das diferentes profissões que ela passou a nortear. Essa atuação da ética passou a ser conhecida como ética aplicada, que compreende a bioética, a ética da informação, a ética econômica e empresarial, a ética dos negócios, a ética da ciência e da tecnologia e a ética das profissões.
6. A moral é uma construção externa ao ser humano. Ela não é inata, não nasce com a pessoa, mas sim é adquirida e construída em sociedade, o que faz com que ela varie de acordo com a sociedade e com a época. O contato entre os indivíduos é calcado em normas, princípios e valores gerados a partir do respeito, e é este que faz com que as normas adquiram força de lei na consciência das pessoas.

7. C

8. B

## Referências

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 2003.
- BIOÉTICA. Disponível em: <[www.bioetica.ufrgs.br/eticprof.html](http://www.bioetica.ufrgs.br/eticprof.html)>. Acesso em: 23 ago. 2006.
- BOFF, Leonardo. **Ética e Moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CHANGEAUX, J. P.; RICOUER, Paul. **O que nos Faz Pensar**. Lisboa: Edições 70, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.
- COLBY, A.; KOHLBERG, L. Invariant sequence and internal consistency in moral judgement stages. *In*: KURINES, W.; GEWIRTS, J. (eds). **Morality, Moral Behavior, and Moral Development**. New York: Wiley, 1984.
- COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno Tratado das Grandes Virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CORDI, Cassiano *et al.* **Para Filosofar**. São Paulo: Scipione, 1995.
- CORTINA, Adela. **O Fazer Ético: guia para a educação moral**. São Paulo: Moderna, 2003.
- DURKHEIM, E. **La Educación Moral**. Buenos Aires: Losada, 1947.
- GLOCK, R. S.; GOLDIM, J.R. **Ética Profissional É Compromisso Social**. Disponível em: <[www.bioetica.ufrgs.br/eticprof.htm](http://www.bioetica.ufrgs.br/eticprof.htm)>. Acesso em: 24.nov.2005.
- HOFFMAN, Martin L. Desenvolvimento moral. *In*: MUSSEN, P. H. **Psicologia da Criança** (Carmichael). Socialização II. São Paulo: EPU, 1978.
- HUME, David. **Tratado da Natureza Humana**. São Paulo: UNESP, 2001.
- KOHLBERG, L. Moral development and identification. *In*: STEVENSON, H. **Child Psychology**. 62nd Yearbook of the National Society for the Study of Education, Part I. Chicago: University of Chicago Press, 1963.
- LA TAILLE, Yves. **Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- MATURANA, Humberto. **Emoções e Linguagem na Educação e na Política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A Ontologia da Realidade**. Belo Horizonte: UNB, 1999.



PIAGET, Jean. **O Juízo Moral na Criança**. São Paulo: Summus, 1994.

SANTOS, Akiko. **Didática sob a Ótica do Pensamento Sistemico**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

VALLS, Álvaro L. M. **O que É Ética**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.



# A universalidade da ética e os conflitos morais

No decurso da evolução, a seleção natural trabalhou sobre a variabilidade aleatória do genoma, estabilizando disposições que talvez retomem as nossas opções normativas (CHANGEAUX; RICOUER, 1998). A seleção natural, segundo os autores, tornou-se sinônimo de uma competição cega e brutal: o homem é um lobo para o homem e a vida na natureza é um combate de gladiadores.

A moral revelada por Deus no Sinai foi dada aos homens, como disse Calvino, para domar a sua natureza intrinsecamente má. Se seguirmos essas fases, temos dificuldade em compreender como uma moral da benevolência e da amizade, ou mesmo do amor, pode derivar tanto da seleção natural como de uma evolução “neutra”, em que prevalece o acaso (CHANGEAUX, 1998, p. 186-187).

Darwin (1871) encontrava o sentido da moral nas origens do animal sob certas condições: por exemplo, pela simpatia; a memória: “se o animal conserva no cérebro a imagem de todas as ações passadas”, e “os motivos que o levam a agir como agiu” e se “experimenta um sentimento de pena quando se apercebe de que o instinto social deu lugar a qualquer outro instinto”. A faculdade de linguagem é igualmente uma condição de existência do sentido moral: por fim, também são necessários hábitos, pois a simpatia e o instinto social fortificam-se consideravelmente com o hábito.

Para Darwin (*apud* CHANGEAUX, 1998, p. 189),

o desenvolvimento das normas morais produziu-se a partir dos “instintos do homem num estado muito grosseiro”. À medida que o autodomínio, os sentimentos de afeto e de simpatia se tornam mais lúcidos, à medida que o poder do raciocínio se torna mais lúcido e permite apreciar de forma mais saudável a justiça, o julgamento dos seus semelhantes, o homem sente-se levado a adotar certas regras de conduta, independentemente do prazer ou da pena que sente no momento. Rejeitando as filosofias morais que assentam no egoísmo, como as de Hobbes ou Spencer, bem como as baseadas no princípio da felicidade suprema (Mill), Darwin propõe uma teoria segundo a qual o homem está sujeito a uma “força impulsiva absolutamente independente da procura do prazer ou da felicidade, que parece ser o instinto social de que está profundamente impregnados”. Em vez de procurar a “felicidade geral”, o homem tem em vista o bem geral, ou a prosperidade da comunidade a que pertence.

Changeaux (1998, p. 189) continua:

À medida que o homem entra em civilização e que as pequenas tribos se reúnem em comunidades mais numerosas [...] a simples razão indica a qualquer um que ele deve alargar os seus instintos sociais e a sua simpatia a todos os membros da mesma nação, embora não os conheça pessoalmente. À medida que se foi tornando capaz de compreender todas as consequências das suas ações, e

de exprimi-las pela faculdade da linguagem, o homem desenvolveu as suas simpatias a ponto de estendê-las aos homens de todas as raças, aos enfermos, aos idiotas, aos outros membros inúteis da sociedade, enfim, aos próprios animais; o nível da moralidade desenvolveu-se cada vez mais. O que, naturalmente, o conduziu à regra: “Faz aos homens o que gostarias que fizessem a ti” [grifo nosso].

Os trabalhos de Wilson e Sober, citados por Changeaux e Ricouer (1998), apresentam um mecanismo alternativo, ou pelo menos complementar, da seleção que incide sobre o indivíduo, reintroduzindo uma seleção de grupo, que favorece a cooperação no seio do grupo social mais elevado nível de organização. A ideia foi seguida por Bohm que mostrou que é possível desenvolver comportamentos altruístas, benéficos para o grupo, a despeito do fato de diminuírem a aptidão relativa dos indivíduos altruístas no grupo.

A evolução para Changeaux (1998, p. 189) oferece um homem que possui não só o “sentido moral”, mas todas as predisposições da avaliação moral necessária para que possa tomar suas decisões de ética, essas predisposições envolvem a capacidade de representação, a função de atribuição respeitante ao outro e a si mesmo ou, para empregar os seus termos, “ao outro como a si mesmo”, ou ainda a função de avaliação.

Para Paul Ricouer (1998) “um dos problemas novos da ética contemporânea em relação à ética antiga é colocar em sinergia as predisposições favoráveis e as normas”. Existe também a necessidade de introduzir o normativo e de colocá-lo em sinergia com a ordem do desejo. As normas orientam as condutas humanas e facilitam de algum modo a vida do grupo social e servem de “utensílios de conduta” de uso rápido.

Ricouer fala também sobre a sobrevivência, a luta contra o sofrimento e a procura do prazer. Para Epicuro, atingir a felicidade pelo prazer é o “bem principal e inato”, “o princípio e o fim da vida humana”. Mas, nem todo prazer deve ser procurado. Epicuro estabelece uma hierarquia dos desejos: os naturais e os necessários. “O prazer caracteriza-se pela ausência de sofrimento do corpo e de perturbações da alma.” (CHANGEAUX; RICOUER, 1998).

O projeto último da vida moral, com o qual, segundo Kant, se confunde a religião, consiste em liberar o que pode ser chamado “fundo de bondade”, que se encontra obscurecido, encoberto, renegado pelo que Kant chama a “propensão” ou a tendência, para o mal. A bondade tem de ser libertada, ela é mantida cativa por uma decisão livre.

Changeaux (1998) escreve que a espécie humana é igualmente uma espécie social, e já mencionei entre as predisposições para o elo social atribuição, inibição de violência, empatia, simpatia – o que, no plano evolutivo, singulariza a espécie humana e muito precisamente a disposição para a cooperação.

KROPTKINE (*apud* CHANGEAUX, 1998) afirma que “quanto mais os indivíduos se unem, mais se apoiam mutuamente e maiores são, para a espécie, as hipóteses de

sobrevivência e de progresso no desenvolvimento intelectual”. Para ele, os animais, mesmo as feras, nunca matam uns aos outros. As práticas instintivas de “simpatia mútua” servem de ponto de partida de todos os sentimentos superiores de justiça, de equidade e de igualdade, de abnegação e conduzem ao progresso moral. Esse sentimento de obrigação moral de que o homem tem consciência não é de origem divina, mas encontra-se na natureza, por outro, com a imitação do que o homem primitivo observa na natureza.

Todavia, o conhecimento do sofrimento do outro, dos seus desejos, mesmo havendo simpatia, não provoca sistematicamente uma ação com o fim de avaliá-lo. A crueldade intencional é, de fato, possível. A violência pode instalar-se, desestabilizando progressivamente o grupo social e colocando em perigo a sobrevivência dos indivíduos e o seu “equilíbrio afetivo”.

De um modo geral, Atlan (*apud* CHANGEAUX, 1998) afirma que “a procura imediata do prazer ou a eliminação rápida do sofrimento podem gerar violência, e importa adiá-las em benefício de um bem comum”. A elaboração das normas de vida coletiva torna-se, então, indispensável.

Confúcio diz: “o que não desejas que te façam, não o faças ao outro”. Mò-Tseu afirma: “quem amar o outro será amado por sua vez; quem fizer o bem recebê-lo-á por sua vez”. No Ocidente: “não faças ao teu próximo o que detestarias que te fosse feito”; a forma positiva está presente no Evangelho, “o que quiseres que os homens façam por ti, fá-lo por eles” (MATEUS 22:39).

Paul Ricœur (1998, p. 233) sustenta que “é preciso completar aquilo que chamo, como Aristóteles, o desejo de *viver bem* com o desejo de viver com os outros e, apressadamente a acrescentar em instituições justas”. No nível da humanidade, Changeaux (1998, p. 234) afirma que “assistimos a uma espécie de universalização da comunicação, a despeito de diferenças culturais capitais, diferenças culturais cujos sistemas simbólicos que mencionamos e que, como reconhece, são transmitidos de forma epigenética, mas fiel, de geração em geração num grupo social definido”.

Ricœur (1998) escreve o que ele chama de “minha pequena ética” em três capítulos: um nível aristotélico, do querer-viver, da vida boa; um nível Kantiano, o das normas de alcance universal e, enfim, o da sabedoria prática, no qual a deliberação e a decisão têm de responder a situações inéditas.

Concluindo a reflexão sobre a ética universal, Changeaux e Ricœur (1998, p. 308) escrevem:

Os conflitos que o nosso planeta sofre não têm com certeza uma causa única: rivalidades econômicas, relações de forças entre poderes políticos, sujeição a mercados cada vez mais mundializados. Mas estes choques entre culturas, a impenetrabilidade e a aparente incompatibilidade das doutrinas morais, filosóficas e religiosas parecem pôr constantemente em causa a própria existência e a

perpetuação de uma sociedade justa e estável, constituída por cidadãos livres e iguais. A não ser que! A não ser que, em vez de se confrontarem fisicamente, os parceiros em presença aceitem ter em conta o ensino de todas as sabedorias humanas a fim de construir um projeto comum – projeto de paz, projeto de civilização universal, livre, justa, e sobre a ordem da alegria.

Tendo em vista as reflexões feitas até aqui, é possível pensar em éticas, no plural, pois também pensamos em sociedades. É necessário articular, então, as pessoas ao mesmo tempo iguais e diferentes. Os seres humanos podem ser individualistas, cooperativos e solidários ao mesmo tempo.

Para atingir a autonomia e a sociedade igualitária, é preciso, como diz Demo (2005, p. 60), “superar o capitalismo, não o capital.” Toda a sociedade, segundo o mesmo autor, possui capital (recursos físicos, intelectuais, culturais, terra, produtos), não sendo este, segundo Demo, o problema; o problema é o capitalismo, a lógica abstrata da mercadoria, a mais-valia, que alienam o trabalho humano tornando o trabalhador valor de troca.

Assim como os seres humanos são incompletos, estão sempre em processo de vir a ser, de tornar-se, as culturas também são incompletas. Essa incompletude está relacionada com a ideia de se impor para satisfazer sua pretensão como sujeito, e, ao mesmo tempo, conviver, para satisfazer a vida possível (DEMO, 2005). Demo coloca, então, que é preciso aceitar que a ética é plural.

## Atividades

### 1. O que é universalidade da ética?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**2. Qual é a relação entre seleção natural e conflito na ética?**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**3. Qual é a importância da cooperação, da solidariedade e do altruísmo?**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**4. Quais são os problemas da nova ética?**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

5. O que são éticas plurais?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

6. Como Darwin explica o desenvolvimento das normas morais?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

7. O que é um comportamento altruísta? Você observa esse comportamento em seu meio?

---

---

---

---

---

---

---

---





**10.** Qual é a relação entre prazer, moral e ética?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**11.** Analise a posição de Confúcio, Mò-Tseu, Mateus e compare-as com o nosso mundo.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**12.** Relendo a reflexão final de Changeaux e Ricouer, faça uma reflexão por escrito.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

- 13.** A moral revelada por Deus tinha como objetivo evitar que o homem:
- a) mostrasse sua natureza simples.
  - b) libertasse sua natureza intrinsecamente má.
  - c) aproveitasse sua inteligência única.
  - d) fosse individualista e competitivo.
- 14.** Darwin propõe que o indivíduo está sujeito a uma força impulsiva absolutamente independente da procura do prazer ou da felicidade. Essa força é:
- a) o instinto.
  - b) o idealismo.
  - c) o instinto social.
  - d) o hedonismo.
- 15.** Sobre o processo evolutivo, podemos afirmar que:
- a) o homem possui o sentido moral, a avaliação moral, a representação, o respeito a si e aos outros.
  - b) apresenta um homem que desenvolve o instinto e produz competição em busca do mais apto.
  - c) apresenta o homem que possui maldade e busca superar o seu próximo a partir da luta.
  - d) apresenta os homens como seres transformadores em constante busca da superioridade.
- 16.** A ética contemporânea precisa colocar em sinergia:
- a) as normas, os princípios e as culpas.

- b) as normas, as regras e os mandamentos.
- c) as regras, os sentimentos e os objetivos.
- d) as normas, os desejos e os princípios.

**17.** O projeto máximo da vida moral consiste em:

- a) fazer cumprir regras aos homens de má índole.
- b) apresentar para os homens conviverem em igualdade.
- c) libertar o fundo de bondade do homem.
- d) fazer regras cabíveis para a sociedade.

**18.** Changeaux caracteriza o homem como uma espécie direcionada à:

- a) cooperação.
- b) disputa.
- c) luta por alimento.
- d) sofisticação.

### Para refletir

Como poderíamos construir nossa “pequena ética”?

### Ampliando conhecimentos

PATCH Adams. Direção de Tom Shadyac. EUA: Universal Pictures, 1998. 1 filme (114 min.): son., color; 35mm.

SOCIEDADE dos poetas mortos. Direção de Peter Weir. EUA: Touchstone Pictures, 1989. 1 filme (129 min.): son., color; 35mm.

Os dois filmes apresentam a construção do sujeito biográfico, ou seja, sua história, seu eu.

1. A universalidade da ética é o fato de esta estar presente em todas as sociedades e de ser caracterizada por cada uma delas, o que nos leva a pensar na pluralidade da ética, ou seja, no fato de ela não ser só uma, mas várias.
2. A relação entre seleção natural e conflito na ética é o fato de a primeira ter sido considerada por muito tempo sinônimo de competição cega e brutal, gerando a última no sentido de mero combate de forças, considerando-se o homem como um lobo para o homem e a vida na natureza um combate de gladiadores. Após anos de estudos, sendo os de Darwin bastante representativos, percebeu-se que a seleção natural e o conflito são resultados de uma “força impulsiva” a que o homem está sujeito, mas que é mediada em sociedade pela noção da busca pelo bem e prosperidade da comunidade à qual pertence.
3. A importância da cooperação, da solidariedade e do altruísmo é a construção sólida das relações sociais, o que propicia ao grupo social um nível mais elevado de organização. Dentro de um grupo social formado com base na cooperação e na solidariedade, o indivíduo possui todas as predisposições da avaliação moral necessária para que possa tomar suas decisões de ética. É dessa forma que se chega ao pensamento e ao comportamento altruísta, de respeito ao outro.
4. Os problemas da nova ética, segundo Paul Ricouer, é “colocar em sinergia as predisposições favoráveis e as normas”. Há também a necessidade de introduzir o normativo e de colocá-lo em sinergia com a ordem do desejo. As normas orientam as condutas humanas e facilitam de algum modo a vida do grupo social, porém elas devem ser conciliadas à busca natural do ser humano pelo prazer.
5. A existência de éticas plurais é a constatação de que não existe apenas uma ética que sirva a toda e qualquer sociedade. O fato de haver diferentes sociedades, com culturas também diferentes entre si, nos leva a essa constatação de que há também diferentes éticas a nortear os princípios e a conduta dos indivíduos pertencentes a esses grupos sociais.
6. Segundo Darwin, o desenvolvimento das normas morais produziu-se a partir dos “instintos do homem num estado muito grosseiro”. À medida que o autodomínio, os sentimentos de afeto e de simpatia se tornam mais lúcidos, à medida

que o poder do raciocínio se torna mais lúcido e permite apreciar de forma mais saudável a justiça, o julgamento dos seus semelhantes, o homem sente-se levado a adotar certas regras de conduta, independentemente do prazer ou da pena que sente no momento.

7. Espera-se que o aluno perceba que um comportamento altruísta é aquele que se opõe ao comportamento egoísta. Ele resulta de ações que não visem ao bem-estar de si próprio em primeiro lugar, mas o bem-estar do outro, o que se reflete no meio e na sociedade. A segunda parte da resposta é de caráter pessoal, na qual o aluno deve expressar se percebe o comportamento altruísta do meio em que vive e espera-se que ele justifique sua resposta, amparando-se de preferência em exemplos para comprovar o que diz.
8. Os problemas da ética para Ricouer é colocar em sinergia as predisposições favoráveis e as normas. Para ele há também a necessidade de introduzir o normativo e de colocá-lo em sinergia com a ordem do desejo. As normas orientam as condutas humanas e facilitam de algum modo a vida dos grupos sociais e servem de “utensílios de conduta” de uso rápido.
9. Kropotkin afirma que quanto mais os indivíduos pertencentes a um grupo se unirem, mais fortes ficarão e maiores serão as chances, para a espécie, de sobrevivência e de progresso no desenvolvimento intelectual. Ele observa que mesmo os animais não matam outros da mesma espécie, e que práticas de “simpatia mútua” são o ponto de partida de todos os sentimentos superiores de justiça, equidade e abnegação que conduzem ao progresso moral.
10. Segundo Epicuro, alcançar a felicidade por meio do prazer é o “bem principal e inato”, ou seja, é fundamentalmente o que o indivíduo busca de forma consciente e inconsciente por ser uma característica com a qual já nasce, é o que ele chama de “o princípio e o fim da vida humana”. Porém, ele cria uma hierarquia dos desejos, dividindo-os em naturais e necessários. A relação do prazer com a ética, então, se dá pelo fato de a felicidade ser um objetivo e que acaba por nortejar os princípios, que, por sua vez, norteiam a conduta moral dos indivíduos.
11. Confúcio afirma que “o que não desejas que te façam, não o faças ao outro”, já Mò-Tseu diz que “quem amar o outro será amado por sua vez; quem fizer o bem recebê-lo-á por sua vez” e Mateus na Bíblia afirma “o que quiseres que os homens façam por ti, fá-lo por eles”. Tais afirmações foram feitas em épocas e

culturas diferentes e comprovam a universalidade da ética. A relação que se pode estabelecer entre essas afirmações e o nosso mundo atual é que se deve sempre agir em prol do outro, todas as escolhas e atitudes que tomamos com base nessas escolhas devem ter como princípio a atenção com a alteridade.

12. Espera-se que o aluno compreenda a reflexão tecida por Changeaux e Ricoeur na qual os autores mostram que os conflitos que ocorrem no nosso planeta não têm causa única, e que apesar desses conflitos há possibilidade de se construir um projeto comum, que privilegie o respeito entre as diferenças entre as culturas dos países.

13. B

14. A

15. B

16. D

17. C

18. A

## Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 2003.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de responsabilidade da Editora Vozes. Petrópolis: Vozes, 1982.

BOFF, Leonardo. **Ética e Moral**: a busca dos fundamentos. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHANGEAUX, J. P.; RICOUER, Paul. **O que nos Faz Pensar**. Lisboa: Edições 70, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno Tratado das Grandes Virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CORDI, Cassiano *et al.* **Para Filosofar**. São Paulo: Scipione, 1995.

CORTINA, Adela. **O Fazer Ético**: guia para a educação moral. São Paulo: Moderna, 2003.

DARWIN, Charles. **A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais** (1871). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DEMO, Pedro. **Éticas Multiculturais**: sobrevivência humana possível. Petrópolis: Vozes, 2005.

GLOCK, R. S.; GOLDIM, J.R. **Ética Profissional É Compromisso Social**. Disponível em: <[www.bioetica.ufrgs.br/eticprof.htm](http://www.bioetica.ufrgs.br/eticprof.htm)>. Acesso em: 24 nov.2005.

LA TAILLE, Yves. **Moral e Ética**: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PEREIRA, Otaviano. **O que É Moral**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

VALLS, Álvaro L. M. **O que É Ética**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.







# Práticas sociais, morais, éticas e o cidadão

## Contextos de Educação e formação moral e ética

A construção da personalidade moral do indivíduo depende das vivências e experiências morais vividas em contextos educativos formais, informais, profissionais e familiares. A atuação profissional e suas circunstâncias se apresentam como momentos importantes de experiências morais que contribuem para a construção do cidadão. Essas situações não formais de aprendizagem são consideradas por Puig (1996, p. 241) um *practicum* moral, ou seja, “um tipo de experiência educativa que pretende contribuir conscientemente para a construção da personalidade moral”. Puig (1996, p. 241-242) afirma que:

Em um *practicum* moral realiza-se algum tipo de atividade social (profissional, familiar, de lazer), mas ao mesmo tempo com intenção e preocupação educativas. Trata-se, pois, de um meio excelente para iniciar-se na forma habitual de enfrentar os problemas morais que tem o grupo social ao qual se pertence e, além disso, é um meio para transmitir de modo muito contextualizado os guias culturais de valor e para treinar cada sujeito no uso dos procedimentos da consciência moral.

## O conceito de “prática”

Giddens (*apud* PUIG, 2004) enfatiza as formas ou conduta social, atividades sociais cotidianas dos seres humanos em momentos distintos enquanto realidade social.

A sociedade, logo, é o resultado de inúmeras ações e interações entre os sujeitos. As práticas sociais – o conjunto de procedimentos, métodos ou técnicas que apropriadamente realizam os agentes sociais. Para Giddens (1995) as práticas sociais “consideram-se situadas na raiz da constituição tanto do sujeito como do objeto social”. Para o mesmo autor “todos nós participamos na construção e na reconstrução da estrutura social no itinerário de nossas atividades cotidianas”.

Bourdieu (*apud* PUIG, 2004) utiliza para se referir às práticas sociais – as relações entre as estruturas e os agentes – os conceitos de campo e de *habitus*.

Puig (2004, p. 25), interpretando o pensamento de Bordieu, coloca que a sociedade:

Não é uma totalidade indiferenciada, mas uma entidade composta por um conjunto de campos relativamente autônomos. A escola, as universidades, a economia formam campos distintos e sobrepostos – campos que prescrevem valores que lhes são próprios: que têm princípios reguladores; que possuem um tipo de capital que, em seu interior, dá poder, que definem um conjunto de relações entre agentes, instituições.

Para o autor, os campos representam a face objetiva das estruturas da sociedade e o *habitus* representa a face interna ou corporal das estruturas sociais: as estruturas incorporadas com programas de compreensão e comportamento do agente. O autor cita Bourdieu ao escrever “o mundo social está no corpo”.

O *habitus*, segundo Bourdieu (1992, p. 24-25), “é o princípio gerador das estratégias que permitem aos agentes defrontarem-se com situações sociais muito diversas”. Além disso, o *habitus* é um conjunto de disposições preparadas para a ação, que concorda com as estruturas sociais e permite falar do sentido prático.

Para MacIntyre (*apud* PUIG, 2004) a reconstrução moral necessita da recuperação do conceito de *telos* (finalidade), possibilitando, assim, a construção de uma vida moral em circunstâncias sociais, históricas e culturais. Os papéis sociais que as pessoas desempenham estão vinculados à finalidade de realizar a natureza humana do ser humano. MacIntyre (*apud* PUIG, 2004, p. 33) afirma que:

[...] Entendemos por “prática” qualquer forma coerente e complexa de atividade humana cooperativa, estabelecida socialmente, mediante a qual se realizam os bens inerentes à mesma, enquanto se tenta realizar os modelos de excelência que são apropriados a essa forma de atividade e que a definem parcialmente, resultando que a capacidade humana de conseguir a excelência e os conceitos humanos dos fins e bens que ela comporta se propagam sistematicamente.

## Prática moral

Puig (2004, p. 56) escreve que as práticas admitem uma dupla abordagem teórica:

[...] a primeira, que tem a ver com suas manifestações diretamente observáveis e com o saber que requer sua utilização por parte dos sujeitos mais ou menos socializados; a segunda, que se refere a qualquer uma das elaborações conceituais que uma prática permite, e que buscam alcançar um nível de conhecimento não acessível de modo espontâneo ou quase espontâneo, não acessível nem mesmo para os membros com melhor nível de socialização na cultura na qual surgiram as práticas estudadas.

Para ele, a prática é

um curso de acontecimentos humanos, mais ou menos estabelecidos de antemão, do qual participam várias pessoas, em regime de coimplicação. Com a expressão “curso de acontecimentos” queremos sugerir um duplo significado: primeiro, como rota ou caminho já traçado de passos

que entrelaçam as ações dos diferentes participantes: uma senda trilhada de antemão que nos convida a percorrê-la novamente; segundo, como um sulco que não apenas estabelece a direção, mas também encaminha as ações para que não saiam facilmente do roteiro previsto: uma via que impede os descarrilamentos. Uma prática é um caminho que traça uma direção e um sulco que nos predispõe a segui-la de forma constante (PUIG, 2004, p. 58).

Percebe-se, dessa forma, que as práticas possuem uma organização e uma rotinização. Elas criam um cenário para a inovação e a criatividade no seio da vida social. As práticas como contextos formais ou informais exercem uma ação educativa sobre seus participantes. Uma prática moral é um curso de acontecimentos culturalmente estabelecido que permite enfrentar situações significativas, complexas ou conflitantes do ponto de vista moral (PUIG, 2004).

Para Josep Maria Puig (2004, p. 63),

os problemas pessoais ou sociais que enfrentamos ao longo de nossa biografia podem ser de dois tipos: problemas recorrentes e problemas novos [...] diante dos problemas recorrentes, o normal é que cada tradição cultural tenha concebido determinadas práticas que estabelecem modos eficazes de resolvê-los. Já com relação aos problemas novos, concebemos e ritualizamos um método para resolver do melhor modo possível as situações de novidade.

As práticas são meio e sujeito criando-se um ao outro (PUIG, 2004, p. 66). O meio cultural influencia o sujeito, na medida em que é atualizado pela ação do próprio sujeito, e o sujeito dá vida ao meio cultural e o transforma, à medida que se deixa orientar e adota seus padrões culturais. Assim, as práticas são as ações humanas e a cultura da comunidade, ou a ação dentro de uma comunidade culturalmente construída. As práticas existem na ação humana.

Ser ação humana implica dizer que ela existe a partir de um sujeito, sua personalidade, sua estrutura, sua constituição, um sujeito sistêmico. A ação humana busca fins estabelecidos, utiliza instrumentos, estratégias, comunicações. A ação humana, assim, é mediada por instrumentos socioculturais, conceitos, linguagens, princípios morais.

O caráter cultural e histórico das práticas implica que elas podem ser modificadas, alteradas de acordo com a reflexão e o seu tempo histórico. Isso acontece porque elas são ações tecidas junto com seus participantes, isto é, são coletivas. As práticas seguem objetivos, expressam valores e exigem o domínio de virtudes e, dessa forma, formam a personalidade moral.

No decorrer de uma prática, aprende-se como se comportar de acordo com os valores da comunidade e a dar sentido ao valor. Esse ato auxilia a compreender, a dar sentido, a ser capaz de generalizar, a evocar, imaginar, desejar, avaliar e dar valor moral à realidade. A prática faz com que o indivíduo sinta-se parte da comunidade.

Em resumo, as práticas morais levam o ser humano ao desenvolvimento de valores, virtudes, conceitos de valor, sentido de coletividade, identidade pessoal e ética.

## Tipos de práticas morais

As práticas, segundo Puig (2004), podem ser divididas em procedimentais e substantivas. As práticas procedimentais podem ser:

- de reflexividade – são aquelas que proporcionam meios para o autoconhecimento, a autoavaliação e a autoconstrução pessoal;
- de deliberação – são aquelas situações que convidam ao diálogo, à compreensão e ao intercâmbio construtivo de razões.

As substantivas podem ser:

- de virtude – englobam os acontecimentos que cristalizam valores em uma forma social estabelecida, ou seja, os modos de conduzir-se, os rituais e as rotinas que entrelaçam comportamentos que uma determinada tradição cultural considera desejável;
- normativas – têm relação com as ações levadas a efeito com o objetivo de transmitir normas, regimentos e funcionamentos.

### Práticas de reflexividade

A prática de reflexividade busca a consciência de si mesmo, colocar-se diante de si mesmo, tomar a si mesmo como interlocutor, buscar o autoconceito, elaborar uma descrição de si, mostrar-se diante dos demais membros da comunidade, buscar uma identidade, construir uma personalidade. Essa prática pode ter várias formas: autoavaliação, entrevistas pessoais, análise de ações.

As práticas de reflexividade fazem com que os indivíduos olhem para dentro de si mesmos, pensando em suas ações e nos resultados de seu modo de agir.

O objetivo dessa prática é tomar consciência da posição pessoal e do respeito ao coletivo. Os valores na prática da reflexividade são relacionados com autenticidade, autorrealização, coerência e busca da excelência.

### Práticas de deliberação

Essas práticas refletem na teoria ética os problemas relativos à melhor forma de viver com justiça e responsabilidade. Ela envolve julgar, compreender a realidade, dialogar e deliberar.

Puig (2004) sustenta que essa prática relaciona-se com a vontade de enfrentar questões morais racionalmente, com imparcialidade do juízo, por meio do diálogo e da compreensão. A forma dessa prática envolve sempre a resolução de conflitos pela discussão, avaliação, assembleia, reuniões, atividades coletivas em que a participação deve ocorrer.

O objetivo dessa prática é compreender melhor os problemas. Para tanto, necessita-se desenvolver as capacidades de escutar, de reconhecer os argumentos alheios, de compará-los com os seus, de elaborar mensagens claras, construtivas e valorizar o diálogo.

A deliberação enfatiza os valores de autorrenúncia aos próprios interesses e convicções, reconhecimentos dos pontos de vista dos demais participantes da prática, busca da verdade, busca de acordo, compreensão mútua para a deliberação.

## Práticas de virtude

Essa prática favorece a reflexão sobre as virtudes. A virtude se refere à força ou às qualidades de um ser ou de uma coisa. A virtude é uma capacidade que permite a cada um atuar de acordo com a sua função no momento adequado, de acordo com a sua finalidade.

As práticas de virtude exigem uma tarefa cooperativa realizada entre diversos indivíduos, ou seja, coletivamente. As práticas de virtude envolvem fazer e falar.

## Práticas normativas

As normas podem ser seguidas sem reflexão prévia ou podem ser construções coletivas conscientes. A reflexão moral nos fala de normas no sentido normativo, prescritivo. A ética acaba se colocando no papel de formuladora e aplicadora de normas. O sentido de norma pode ser avaliado levando em consideração o imperativo, o apreciativo e o descritivo. O imperativo nos coloca o que deve ser feito ou evitado, em nível prescritivo. No apreciativo, as normas definem o que se considera correto ou incorreto, bom ou mau, são prescrições valorativas. No nível descritivo, elas refletem as regularidades dos comportamentos de um grupo social.

Puig (2004, p. 171) sintetiza, assim, as práticas normativas: “as normas são prescrições que servem para regular a conduta humana; prescrições que expressam valores ou que permitem um juízo avaliativo; e, por último, as normas são prescrições avaliáveis, que costumam angariar amplo respeito social, ou, pelo menos, aspiram a isso”.

As normas são aprendidas quando são usadas (PUIG, 2004, p. 174). O autor também escreve que conhecer uma norma não garante saber usá-la, e saber usá-la exige ampliar a quantidade de informação que ela transmite, para poder adequá-la a cada situação particular.

As normas são aprendidas por imersão em espaços onde elas são usadas de modo implícito, quando se toma parte nas diversas atividades próprias de cada meio, e pela experiência – uma experiência que permite interpretar e compreender pouco a pouco cada um dos elementos normativos (PUIG, 2004, p. 176).

O próprio autor procura explicitar melhor a questão da aprendizagem das normas e assim se expressa:

Aprender normas é estar imerso em um contexto que acolhe e informa sem cessar; é participar em atividades e práticas próprias desse contexto – práticas que convidam a conduzir-se de certa maneira e que transmitem essa forma de se conduzir; é encontrar-se inúmeras vezes com seus iguais e com adultos, e receber em cada encontro alguma informação que deverá ser interpretada e encaixada no conjunto de coisas já conhecidas; finalmente, é também estabelecer uma relação calorosa com seus iguais e com os adultos, de maneira a ter motivos afetivos para esforçar-se no sentido de assimilar as normas da nova situação. [...] Contextos, práticas, encontros e afeto propiciam experiências que devem ser interpretadas para dar sentido a cada um dos elementos normativos de uma situação. (PUIG, 2004, p. 177)

É possível compreender, dessa forma, que as normas também podem ser aprendidas por meio da deliberação e da reflexividade.

## Atividades

### 1. Quais são os contextos de Educação e formação moral e ética?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



2. Quais são os conceitos de práticas?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

3. Defina *habitus* e *campo*.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

4. O que é prática moral?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**5. Quais são os tipos de práticas morais?**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**6. As situações de aprendizagem não formais são consideradas:**

- a) *practicum* moral.
- b) atividades morais.
- c) momento de reflexão.
- d) universidade aberta.

**7. Para Giddens, na interpretação de Puig (2004), a sociedade é:**

- a) um grupo de seres com interesses distintos.
- b) resultado de inúmeras ações e interações entre os sujeitos.
- c) forma de sobrevivência e construção dos grupos.
- d) resultado da evolução e luta entre as tribos.

8. Bourdieu utiliza os conceitos de \_\_\_\_\_ para explicar as práticas sociais.
- a) ética e moral.
  - b) valores e regras.
  - c) campo e *habitus*.
  - d) aprendizagem e educação.

### Para refletir

As normas são construções coletivas que servem para regular a conduta humana; expressam valores e permitem um juízo avaliativo, buscando respeito social.

### Ampliando conhecimentos

O DRAMA burguês/A ética das aparências. Série Ética. Cultura Marcas, 2005. (94 min.)

Com uma abordagem filosófica, literária, histórica, política, psicanalítica, a série Ética é o resultado de um diálogo lúcido, transparente e fascinante. Marilena Chauí e Gerd Bornheim falam em *O Drama Burguês*, José Miguel Wisnik e Nelson Bressac apresentam *Ética das Aparências*.

### Gabarito

1. Os contextos de Educação e formação moral e ética são os educativos formais, informais, profissionais e familiares. Esses contextos são, segundo Puig, tipos de experiências educativas que pretendem auxiliar na construção da personalidade moral do indivíduo.
2. As práticas sociais são o conjunto de procedimentos, métodos ou técnicas que apropriadamente realizam os agentes sociais. Elas, segundo Giddens, encontram-se situadas na raiz da constituição tanto do sujeito como do objeto social, e “todos nós participamos na construção e na reconstrução da estrutura social no itinerário de nossas atividades cotidianas”.

3. *Habitus* representa a face interna ou corporal das estruturas sociais. Segundo Bourdieu, “é o princípio gerador das estratégias que permitem aos agentes de-  
frentarem-se com situações sociais muito diversas”. É o conjunto de disposições  
preparadas para a ação, que concorda com as estruturas sociais e permite falar  
do sentido prático. Campos, por sua vez, são as esferas de atividade e intera-  
ção humana que representam a face objetiva das estruturas da sociedade, por  
exemplo, a escola, as universidades, a economia etc.
4. Prática moral é um curso de acontecimentos culturalmente estabelecido que  
permite enfrentar situações significativas, complexas ou conflitantes do ponto  
de vista moral. As práticas morais levam o ser humano ao desenvolvimento de  
valores, virtudes, conceitos de valor, sentido de coletividade, identidade pesso-  
al e ética.
5. Os tipos de práticas morais podem ser divididos em procedimentais e subs-  
tantivas. As procedimentais podem ser de reflexividade e de deliberação. As  
substantivas podem ser de virtude e normativas.
6. A
7. B
8. C

## Referências

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 2003.
- BOFF, Leonardo. **Ética e Moral**: a busca dos fundamentos. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, P. **Réponses**: pour une anthropologie réflexive. Paris: Seuil, 1992.
- CHANGEAUX, J. P.; RICOUER, Paul. **O que nos Faz Pensar**. Lisboa: Edições 70, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.
- GLOCK, R. S.; GOLDIM, J.R. **Ética Profissional É Compromisso Social**. Disponível em:  
<[www.bioetica.ufrgs.br/eticprof.htm](http://www.bioetica.ufrgs.br/eticprof.htm)>. Acesso em: 24 nov. 2005.

LA TAILLE, Yves. **Moral e Ética**: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PEREIRA, Otaviano. **O que É Moral**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PUIG, Josep M. **A Construção da Personalidade Moral**. São Paulo: Ática, 1996.

\_\_\_\_\_. **Práticas Morais**: uma abordagem sociocultural da educação moral. São Paulo: Moderna, 2004.

VALLS, Álvaro L. M. **O que É Ética**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.



# Estado, sociedade e luta de classes

## Mentalidades e sociedade na Baixa Idade Média

Muito se escreveu sobre as bases ideológicas e filosóficas do capitalismo, mas qualquer um sabe inconscientemente quais são, pois é tão óbvio, tão simples, que as ignoramos: elas são constituídas pelo *desejo*! É sobre esse fundamento que a sociedade capitalista se construiu.

Todos nós queremos ter o que consideramos necessário para a vida. Desejamos alimentos, moradia, saúde, mas também conforto e – por que não? – riqueza. Poderíamos dizer quais são as necessidades básicas de uma sociedade? Hoje, consideramos a inclusão digital como imprescindível para que o cidadão participe na sociedade brasileira. Há pouco tempo, porém, isso não fazia parte das nossas preocupações.

As sociedades mudam, as preocupações e os desejos mudam.

Quais seriam as necessidades das sociedades medievais? Seriam outras: uma boa tapeçaria, uma bela montaria, armas bem forjadas ou uma enxada de ferro, uma boa parrelha de bois, belas igrejas e muita comida.

Diferentes sociedades, diferentes necessidades.

Qual outra forma econômica pode prometer tudo isso a todo mundo (pelo menos a princípio)? Foi com base na utopia da abundância que a economia capitalista pôde se desenvolver no mundo todo.

O surgimento desse tipo de organização econômica e social ocorreu na Idade Média, mais ou menos por volta do século XI. A estabilização da sociedade e o fim das guerras internas favoreceram o florescimento do comércio. Os nobres, desejosos de produtos mais sofisticados, recorreram aos comerciantes. Estes, por sua vez, estabeleceram rotas comerciais através da Europa e da Europa com o Oriente.

O desenvolvimento do comércio permitiu o aparecimento de uma nova classe social: a burguesia. Até por volta do século XII, *burgueses* eram os habitantes dos *burgos*<sup>1</sup>, mas logo os comerciantes mais abastados passaram a ser assim chamados. Porém, a aceitação desses novos personagens sociais não foi muito fácil.

<sup>1</sup> Na Idade Média, o burgo era uma fortaleza ocupada por sua guarnição militar e também civis necessários à sua manutenção. Em caso de ataque inimigo, a fortaleza abrigava a população que vivia em volta de sua muralha.

A Igreja católica medieval interpretava a Bíblia à sua maneira e, no que diz respeito à riqueza, não havia muitas dúvidas: frequentemente a riqueza era associada a tabus.

O primeiro desses tabus aparece no Gênesis, quando Adão é expulso do Paraíso e Deus o condena a trabalhar com as próprias mãos:

Já que você deu ouvidos à sua mulher e comeu da árvore cujo fruto eu lhe tinha proibido comer, maldita seja a terra por sua causa. Enquanto você viver, você dela se alimentará com fadiga.

A terra produzirá para você espinhos e ervas daninhas, e você comerá a erva dos campos. Você comerá o pão com o suor do seu rosto até que volte para a terra, pois dela foi tirado. Você é pó, e ao pó voltará. (GÊNESIS, 3: 17-18)

Como sabemos, na Idade Média a Igreja era a principal instituição e por isso os textos sagrados eram seguidos quase cegamente. Na compreensão da Igreja, trabalhar foi uma punição recebida pelo homem por causa do pecado original. Além disso, a expressão encontrada no Evangelho de que “é mais fácil um camelo passar pelo buraco da agulha do que um rico entrar no reino de Deus” (MARCOS, 10: 25; LUCAS, 18: 25) também fornecia bases para se pensar a riqueza.

Portanto, em uma sociedade na qual o trabalho é desprezado pelas classes dominantes, ele também o é pelos menos abastados. Os nobres e o clero consideravam vil trabalhar com as mãos para garantir o sustento, mesmo porque, por ser uma punição dada ao homem, o trabalho era visto como uma forma de penitência. Mexer com a terra, suar para tirar o sustento, trabalhar com as próprias mãos era estar sujo todo o tempo.

Daí o segundo tabu: para as classes dominantes, o dinheiro obtido com o trabalho estava ligado à sujeira e portanto aqueles que o manuseavam como usurários eram muito malvistas:

A usura é um roubo, portanto, o usurário um ladrão. E antes de tudo como todos os ladrões, um ladrão de propriedade. Thomas de Chobham o diz bem: “O usurário comete um furto (*furtum*) ou uma usura (*usurum*) ou uma rapina (*rapinam*). Pois recebe um bem alheio (*rem alienam*) contra a vontade do ‘proprietário’ (*invito domino*), isto é, de Deus.” (*Tabula exemplorum*) O usurário é um ladrão particular; mesmo que não perturbe a ordem pública (*nec turba trem publica*), seu roubo é particularmente odioso na medida em que rouba a Deus. (LE GOFF, 1989, p. 39)

Também era muito comum a noção de que todas as riquezas haviam sido criadas por Deus no início do mundo, logo não se entenderia a possibilidade de alguém ficar rico trabalhando, pois se as riquezas são fixas e alguém ficou rico isso significa que alguém ficou pobre. Noções como poupança e acumulação não eram comuns na Idade Média.

A origem da palavra *trabalho* já indica o menosprezo pela atividade manual.



A palavra *labor*, por exemplo, origina-se do latim *laboris* e significa dor ou fadiga na realização de uma tarefa (LABOR, 1986).

Já o verbo *trabalhar* vem da palavra *tripaliare* (“torturar”), que por sua vez vem de *tripalium*, significando um instrumento de tortura (TRABALHAR, 1986).

Assim, para os romanos, o ato de trabalhar possuía uma conotação muito negativa e essa imagem chegou à Idade Média auxiliada pelos tabus adicionados pelo cristianismo. Por isso, ganhar dinheiro era muito malvisto.

Acrescente-se a isso a noção de tempo do mundo medieval: havia uma clara dissociação entre o tempo sagrado e o tempo profano. Podemos observar isso com o texto produzido por um franciscano:

Questão: podemos mercadores, para um mesmo negócio, fazer pagar mais àquele que não pagar imediatamente do que àquele que paga logo? Não por assim estava a vender tempo e cometeria usura, vendendo o que não lhe pertence. (*apud* LE GOFF, 1980, p. 43)

Para a Igreja medieval, o tempo pertence a Deus e, portanto, cobrar juros é cometer um pecado. Para ilustrar mais ainda essa questão, vamos acrescentar que

[...] o tabu do dinheiro [...] representou um papel importante na luta das sociedades que viviam num quadro de economia natural contra a invasão da economia monetária. Este terror perante a moeda de metal precioso anima as maldições contra o dinheiro dos teólogos medievais [...] e estimula a hostilidade para com os mercadores, sobretudo atacados como usurários ou cambistas e, mais geralmente, para com todos que lidam com dinheiro e para com todos os assalariados agrupados sob a designação de mercenários. (LE GOFF, 1980, p. 88)

Essa visão eclesiástica contrastava com as necessidades da vida. Os nobres queriam, cada vez mais, produtos para o seu *status*, precisavam do dinheiro que os mercadores possuíam, e por isso incentivavam o comércio, passando a ver suas propriedades de outra maneira, pensando mais em valor de troca do que em valor de uso.



Domínio público.

*A Morte e o Avaro.* Hieronymus Bosch. Washington. National Gallery of Art. Um avaro sendo disputado por anjos e demônios: o pequeno demônio junto ao leito oferece um saco de ouro pela alma do avaro enquanto o anjo o exorta à contrição mostrando-lhe o crucifixo.

# O surgimento do capitalismo

No entanto, não foi possível levar a efeito a mercantilização sem uma mudança nas formas de pensar a realidade. A mais importante mudança era na concepção do tempo. Como vimos, ele era dominado pela visão da Igreja. O calendário surgiu para marcar o tempo sagrado. Os dias e as horas existiam para lembrar os acontecimentos divinos e não os profanos. Por isso, foi tentado precisar o calendário o máximo possível com a reforma feita pelo papa Gregório XIII, em 1582. Desejava-se obter precisamente o ano em que Jesus nasceu, o tempo decorrido desde lá e marcar os grandes acontecimentos ligados à história da Igreja.

**Calendário 2010**

Domínio público.

Calendário gregoriano.

N.º	Mês	Dias
1	Januarius	31
2	Februarius	29 ou 30
3	Martius	31
4	Aprilis	30
5	Maius	31
6	Junius	30
7	Julius	31
8	Sextilis	30
9	September	31
10	October	30
11	November	31
12	December	30

IESDE Brasil S.A.

Calendário juliano.

Já o tempo do trabalho não sofria qualquer referência. Não existia um calendário para os eventos profanos, a não ser quando um rei tentava ligar um acontecimento ao sagrado – uma vitória milagrosa, uma intervenção divina no reino etc. Mesmo assim, não havia precisão. Enfim, as horas marcavam as horas canônicas, que eram momentos de recolhimento e oração, e o calendário marcava o tempo litúrgico, como os dias santos e manifestações do divino.

Porém, as mudanças anunciavam novos tempos. Os mercadores precisavam cada vez mais de produtos para trocar com o Oriente. Eles incentivavam as pequenas manu-

faturas de tecidos a produzirem mais. Logo, as excessivas horas de trabalho nas manufaturas fez os próprios trabalhadores exigirem horário para as tarefas, e as horas que marcavam o tempo do sagrado passaram a ser utilizadas para o tempo profano, assinalando o momento da entrada e da saída do trabalho. O tempo foi deixando de ser um domínio eclesiástico e se tornou cada vez mais profano com a sua utilização por laicos.

Ao mesmo tempo, a Igreja abrandou as condenações contra a usura. Uma das armas para a aceitação do usurário era o uso da confissão e da contrição – isso garantiria a salvação da alma, mas também há o reconhecimento da prática por parte daquele que se confessa e a Igreja só condena veementemente aqueles que abusaram da cobrança de juros, aparecendo, por volta do século XIII, a ideia de moderação.

Com o arrefecimento das condenações da usura, houve, ao longo de séculos, uma lenta expansão do comércio. Mas ainda havia muitos obstáculos: o dinheiro era considerado sujo, o trabalho era visto como uma forma de penitência e os comerciantes eram alvo de desconfiança e temor.

Por volta dos séculos XIV, XV e XVI, importantes mudanças ocorreram nas formas de pensar o trabalho. As horas marcavam cada vez mais o tempo profano e o comércio se expandia, tornando-se parte fundamental da manutenção dos nascentes Estados nacionais. Os reis precisavam organizar seus reinos e empreender a expansão de seus domínios, sendo que para isso foram buscar recursos junto aos comerciantes – muitos dos quais já tinham assumido importância social, mesmo com todos os tabus que ainda pesavam sobre a ideia de ganhar dinheiro e ficar rico.

Como nesse período os reinos só poderiam ser poderosos e ricos se expandindo, as grandes navegações permitiram abertura de novas fronteiras para essa expansão.

## O papel da burguesia na formação dos Estados nacionais

Logo, as figuras do banqueiro e do burguês tornam-se comuns no mundo do Renascimento. A burguesia é a única camada da população que considera o trabalho uma forma de enriquecimento – mas não sem problemas na consciência: ainda pesavam os tabus sobre o trabalho e a riqueza. Para superá-los, seriam necessários ainda muitos anos, e isso foi um poderoso obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo.

Em meio à desconfiança generalizada, muitos procuravam meios de valorizar as suas atividades adquirindo títulos de nobreza, ou casando seus filhos com nobres. Muitos recebiam títulos dos reis por serviços prestados e acabavam por auxiliar na administração dos reinos.

Ao mesmo tempo em que ocorria a expansão comercial, o poder dos reis estava se consolidando. Aos poucos, foi se dando a centralização dos reinos, em detrimento do poder dos nobres. No caso da França, o fim da chamada Guerra dos Cem Anos (1337-1453) marcou um aumento do poder do rei.

Desde o século XII, os reis franceses lutavam para impor o seu poder, mas encontravam resistência na nobreza, da qual eram oriundos. Os nobres consideravam-se pares dos reis e portanto não aceitavam obedecer a eles, a não ser em momentos de guerra, de acordo com o costume. Quando desconfiavam de algum soberano, aliavam-se a outro, e esse foi o caso da Guerra dos Cem anos: em 1328, morreu o rei francês Carlos IV e o rei Eduardo III, da Inglaterra, parente de Carlos, colocou-se como sucessor. Parte da nobreza da França não aceitou e deu seu apoio a Felipe de Valois, um outro pretendente ao trono, que assim foi escolhido como rei. Com isso foi iniciada uma guerra que duraria *mais de cem anos* – apesar do nome com que ficou conhecida. Em 1453, com a definitiva expulsão dos ingleses do território francês, finalmente foi possível dar unidade a esse território, que quase corresponde ao que a França é hoje. Porém, ao contrário do que desejava a nobreza, isso significou o fortalecimento do poder real.



Domínio público.

*Giovanni Arnolfini e sua Mulher.* Jan van Eyck. National Gallery. Nessa época, eram frequentes os retratos de burgueses, que assim procuravam se autovalorizar e se “enobrecer”.

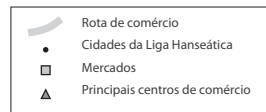
Outro exemplo de centralização política foi a Guerra de Reconquista na Península Ibérica. Desde o século VII, muçulmanos ocuparam grande parte da península. Houve enfrentamento ao longo dos séculos, até que, em 1492, os muçulmanos foram derrotados. Com a sua expulsão, o poder real pôde se impor e unificar o Reino da Espanha.

O burguês se tornou, então, uma figura imprescindível: os reis necessitavam de recursos para se impor face aos nobres e por isso recorriam cada vez mais aos comerciantes, principalmente os banqueiros. Surgiram grandes casas comerciais que dominaram o comércio por toda a Europa, como é o caso da Liga Hanseática.



IESDE Brasil S. A.

A Liga Hanseática.



O papel da burguesia não cessou de crescer junto com a centralização política. Até mesmo nobres poderosos que disputavam o poder com os reis favoreciam o comércio: eles estavam de olho não somente nos empréstimos, mas também nos impostos.

E as cidades ganharam importância. Até por volta do século XIV, elas eram simples locais de proteção e peregrinação, sendo que a principal atividade era desenvolvida na catedral, que era o centro da vida local, atraindo peregrinos e atividades ligadas à vida religiosa. Nas cidades, desenvolveu-se o comércio e logo elas se tornaram centros econômicos e também políticos, como é o caso de Paris, onde a corte se fixou, desenvolvendo uma antiga fortificação que ficará conhecida como Louvre.

# Poder político e poder econômico

O aumento do poder político dos reis e o aumento do poder econômico da burguesia mudaram a face da sociedade medieval. Pouco a pouco, o trabalho mudou de *status* – e para isso houve contribuição de novas práticas religiosas como o luteranismo e o calvinismo, duas religiões saídas do catolicismo, mas com alguns pontos de vista diferentes.

Martinho Lutero (1483-1546) era um frade católico que se rebelou contra a cobrança de indulgência pela Santa Sé e também contra o que ele julgava ser a decadência moral do clero. Excomungado em 1521, Lutero passou a pregar com o apoio de alguns príncipes alemães que queriam se livrar do domínio católico. Segundo Lutero, para salvar a alma não bastam as boas obras, pois também é necessária a fé e por isso o praticante deve ler e interpretar a Bíblia por si mesmo.

Inspirado pelo luteranismo, João Calvino (1509-1533) acrescentou novas ideias. Para ele, havia a predestinação da alma, sendo que Deus enviaria os sinais para que o fiel soubesse se seria salvo ou não. Um desses sinais era a possibilidade de adquirir riquezas pelo trabalho, e essa era uma tese muito interessante para grande parte da burguesia, que ainda estava sofrendo ataques por parte da Igreja.

Como vimos, para muitos era uma preocupação a vida após a morte, que, não podemos esquecer, era uma realidade muito presente para os homens da época. A ideia de trabalhar, enriquecer e ainda assim salvar a alma mudava completamente o cenário social.

Desse modo, os reis concentravam poder político e a burguesia, poder econômico. Os nobres perdiam o poder de aplicar a justiça e cobrar impostos, funções que passaram a ser papel do Estado, isto é, uma entidade política que não depende mais dos governantes. O rei ainda tem o poder, mas o Estado impõe, por sua estrutura, as formas de governar.

Muitas das posições políticas do governo eram ocupadas por nobres que se submetiam ao poder real, mas também surgiram funcionários contratados pelo Estado para o exercício do poder: várias profissões (cobradores de impostos, administradores, arquivistas, contadores etc.) passaram a ser exercidas por funcionários de carreira, muitos dos quais saíam das fileiras da burguesia.

Os reis também procuravam se livrar do poder da Igreja, submetendo-a ao seu controle. Esse foi o caso da Inglaterra, onde o rei Henrique VIII (1491-1547) desejava expandir o seu poder, porém encontrava obstáculos na presença do clero. O conflito entre o rei e o papa atingiu seu ponto máximo na recusa do pontífice em conceder divórcio a Henrique. A desculpa do rei era a de que a rainha Catarina (1485-1536) não lhe havia dado um herdeiro. Mesmo contra a vontade do papa, ele se casou com Ana

Bolena (1507-1536). Diante disso, o papa Clemente VII (1478-1534) excomungou o rei, que, em seguida, determinou que o Parlamento votasse os Estatutos da Supremacia, o qual fez do monarca o líder supremo da igreja na Inglaterra, que então recebeu o nome de Igreja anglicana.

Esse caso ilustra como a vontade dos reis era a de obter cada vez mais poder político. E eles também incentivavam os burgueses a expandirem os negócios. Além disso, teorias políticas surgiram como forma de explicar, justificar e aconselhar os reis. Um exemplo foi Maquiavel.

O italiano Nicolau Maquiavel (1469-1527) era funcionário de carreira da cidade de Florença, mas havia se aliado aos inimigos dos Médicis, família que dominou a política e a economia nessa cidade do século XIII ao XVI. Somente por um breve período eles estiveram fora dos negócios da cidade e com o seu retorno ao poder, em 1512, Maquiavel foi acusado de conspirar contra esses que eram novamente os senhores de Florença. Chegou a ser torturado, mas sua amizade juvenil com Juliano de Médici lhe garantiu um indulto e o exílio. Nos anos seguintes, por vários meios ele tentou obter as graças dos Médicis. Utilizando-se de intermediários, dedicou escritos aos senhores de Florença. Adulou Juliano enviando-lhe escritos sobre o governo e sobre a organização das milícias, dando conselhos. Em 1516, quando o poder foi assumido por Lourenço de Médici, sobrinho de Juliano, Maquiavel dedicou *O príncipe*, sua obra máxima, ao novo governante. Mas tudo isso foi em vão, pois, para seu desgosto, Nicolau Maquiavel permaneceu na cena política florentina e italiana como um personagem secundário e esquecido por muitos até a sua morte.

Porém, as suas proposições surpreenderam até mesmo os *condottieri* (senhores da guerra) da época. Considerando pormenorizadamente o poder e os meios para obtê-lo e mantê-lo, Maquiavel inovou ao apresentar a ação política como um cálculo. Não que isso não fosse praticado, mas era a primeira análise sistemática dessa ação. No entanto, Maquiavel não era *maquiavélico*<sup>2</sup>: ele queria instruir o príncipe da melhor maneira para manter o poder.

Para a época, século XVI, um bom príncipe não era aquele que administrava bem, mas aquele que proporcionava prosperidade e abundância ao reino por ser um rei bom, isto é, o simples fato de ser um rei temente a Deus proporcionaria um bom governo.

Maquiavel inovou por fazer a boa administração ser fruto de um cálculo político.

A sua fama posterior se deve às mudanças que ocorreram no campo da política, principalmente no século XVIII, quando passou a ser considerado um calculista, surgindo o adjetivo *maquiavélico*.

<sup>2</sup> Que ou aquele que é desleal, falso, pérfido, ardiloso, velhaco.

Além do pensamento de Maquiavel, outras teorias apareceram para ajudar no bom governo e procuraram favorecer a aliança entre o Estado e a burguesia. Com isso, as antigas relações feudais foram se extinguindo e novas formas de relação se estabeleceram, principalmente com relação ao trabalho: as manufaturas se expandiram e a necessidade de trabalhadores aumentou.

## Industrialização e movimentos sociais

Apesar de tudo, a ideia de trabalhar e receber um salário por isso era fortemente combatida pelas camadas mais simples das populações europeias. Havia grande resistência em aceitar o trabalho nas manufaturas e muitos desses trabalhadores eram antigos camponeses forçados a deixarem suas terras.

Isso ocorreu principalmente na Inglaterra, com os “cercamentos” dos campos, quer dizer, as terras que eram comuns aos camponeses foram tomadas por grandes proprietários para criarem ovelhas e assim alimentar a nascente indústria de tecidos. Assim, sem terras, muitos perambulavam pelas cidades em busca de trabalho, só o encontrando nas manufaturas, que impunham duras jornadas. Porém, esses trabalhadores não aceitaram passivamente essa nova situação na medida em que seus antigos costumes ainda pesavam nas suas formas de ver a realidade. Os donos das manufaturas encontravam inúmeros problemas para manter a produção. O absenteísmo era o primeiro. Os roubos e o trabalho descontínuo eram outros.

Como vimos, a ascensão da burguesia também foi a ascensão da ideia de que o trabalho é bom, “enobrece”, e essa atividade foi valorizada. Ditados do tipo “Deus ajuda quem cedo madruga” e “Tempo é dinheiro” apareceram nessa época, por volta dos séculos XVI e XVII.

Também apareceram, principalmente no século XVII, na Inglaterra, muitos pregadores oriundos do povo que viam no trabalho o bom emprego do tempo. Criticavam a ociosidade, os jogos e a bebida, conclamando as pessoas a irem em busca de atividades assalariadas. É o que Thompson chama de “disciplinarização da classe trabalhadora” (THOMPSON, 2003).

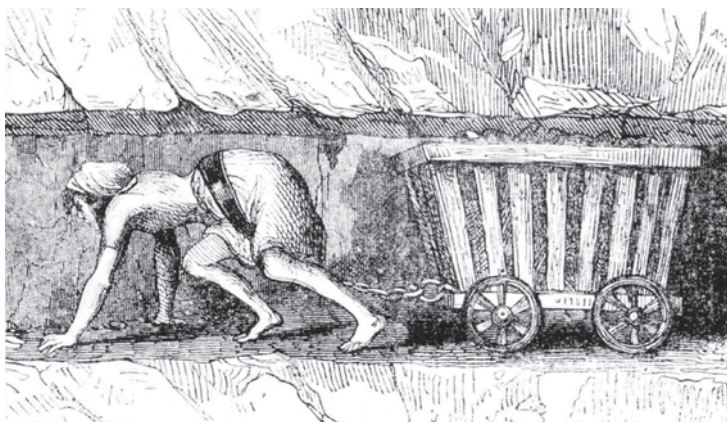
Ao mesmo tempo em que se procurava moralizar a classe trabalhadora, ela se organizava em novas bases. As suas primeiras associações surgiram em finais do século XVIII e início do século XIX. E nesse momento também surgiram as primeiras teorias sobre as formas de organização da sociedade e de questionamento da sociedade capitalista.

Tais teorias (muitas delas surgidas a partir da Revolução Francesa – 1789-1799) propunham o socialismo como um novo modo de organizar a sociedade. Saint-Simon



(1760-1825), Charles Fourier (1772-1837) e Robert Owen (1771-1858) foram alguns desses pensadores que foram chamados de *socialistas utópicos* por Karl Marx (1818-1883), que os considerava sem bases científicas para estudar a sociedade, coisa que ele acreditava ter feito. Outro pensador importante do período foi J. Proudhon (1809-1865), o primeiro a se dizer *anarquista*.

Essas teorias inspiraram o movimento operário e estavam por trás de várias revoltas e revoluções como a de 1848, que ocorreu em vários locais da Europa. As condições de trabalho e a exploração da mão de obra levaram os trabalhadores a tentarem tomar o poder por meio da força.



Domínio público.

Trabalho feminino nas minas de carvão na Inglaterra (ilustração extraída do *Magazine pitoresco*, 1843. Paris. BNF).

Em vários países da Europa, em finais do século XIX, surgiram partidos operários que pretendiam chegar ao poder por meio do voto. O Partido Social-Democrata alemão e o Partido Trabalhista inglês são alguns exemplos, mas o operariado também se organizou em sindicatos que formaram a base de federações sindicais. As principais reivindicações no final do século XIX eram jornada de trabalho de oito horas, descanso remunerado e proibição do trabalho noturno para menores e mulheres.

Os patrões resistiam às mudanças e o Estado utilizou o aparato repressivo para acabar com o movimento operário. Porém, as lutas se estenderam para vários locais, inclusive o Brasil. Elas acabaram modificando o cenário político do século XX, quando movimentos revolucionários tomaram o poder em vários países.

Fica uma constatação: se no início a noção de trabalho era acompanhada de várias imagens negativas, ao chegar ao século XX, ele passa a determinar até mesmo a existência humana, ou seja, o ser humano passa a ser compreendido como o ser que trabalha. "Trabalhar é cada vez mais associado ao processo natural, ou melhor, faz parte da natureza humana." (JOANILHO, 1996, p. 116). Hoje, o conceito de *cidadania* se confunde com

o do *consumidor*. Exigimos do Estado e das empresas o atendimento do nosso bem-estar, ou seja, exigimos nos sentir bem em nossas funções. A nossa relação com o mundo público é em busca do sentir-se bem. O exercício da política como algo compartilhado cede espaço para o conforto íntimo e o conforto corporal. Por isso, segundo Hannah Arendt (1981), estamos em uma sociedade de detentores de empregos e não uma sociedade de classes, e nessa sociedade em que estamos a única relação que devemos ter com o Estado é verificar se ele nos fornece conforto suficiente para vivermos bem.

## Texto complementar

Neste texto, Jacques Le Goff descreve a situação dos comerciantes no século XII e de como alguns clérigos tinham desprezo por eles.

### O grande impulso econômico do século XII

(LE GOFF, 1989, p. 38-39)

O grande impulso econômico do século XII multiplicou os usurários cristãos. A hostilidade deles contra os judeus era mais alimentada à medida que estes se tornavam às vezes temíveis concorrentes. [...] Em teoria, a Igreja os apresentava como sendo piores do que os judeus:

Hoje, os usurários são honrados e protegidos por causa de suas riquezas pelos senhores seculares, que dizem: "São nossos judeus" (isto é, nossos emprestadores que estão sob nossa proteção) embora sejam piores que os judeus. Pois os judeus não fazem empréstimos usurários a seus irmãos. Os nossos tornaram-se íntimos, criados de quarto não somente dos príncipes seculares mas também dos prelados a quem prestam serviço e emprestam dinheiro, para que estes engrandeam seus filhos com benefícios eclesiásticos. Quanto às suas filhas, eles as casam com cavaleiros e com nobres e tudo obedece a seu dinheiro. E enquanto hoje em dia os pobres são desprezados, eles são tratados com honra. (Sermão *ad status*)

Essas considerações de Jacques de Vitry são as de um pregador moralista e pessimista, inclinado a difamar a realidade. Não era tão honroso nem tão seguro ser usurário no século XIII. O que é preciso ver, por detrás dessa sombria pintura, é que a sociedade cristã de então está bem distante do quadro edificante com o qual certos hagiógrafos modernos da Idade Média nos brindam. No tempo de Francisco de Assis e da senhora Pobreza, a verdade é que os pobres são desprezados e a usura pode ser um meio de ascensão social que o espantinho do Inferno permite refrear. Não mais se invoca a roda da fortuna que desce e pode subir, mas a escada da qual



---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**2.** Para Martinho Lutero, a salvação da alma dependia

- a) da boa vontade dos fiéis e da indulgência de Deus.
- b) da absolvição na confissão.
- c) da fé e das boas obras.
- d) do perdão do papa.

**3.** Como os burgueses procuraram valorizar a si mesmo e também às suas atividades?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Gabarito

1. A Igreja não aceitava a cobrança de juros porque interpretava a Bíblia à sua maneira e ali encontrava a condenação da cobrança de juros e também do enriquecimento.
2. C
3. A burguesia procurava, em primeiro lugar, o casamento com nobres, assim podia se enobrecer; e também buscava adquirir títulos prestando serviços para os reis.

## Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 2003.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

\_\_\_\_\_. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

\_\_\_\_\_. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

BOFF, Leonardo. **Ética e Moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL dos direitos do homem. Disponível em: <[www.dhnet.org.br/inedex.htm](http://www.dhnet.org.br/inedex.htm)>. Acesso em: 19 dez. 2006.

ENCICLOPÉDIA DIGITAL Direitos Humanos. Disponível em: <[www.dhnet.org.br/direitos/codetica/index.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/codetica/index.html)>. Acesso em: 23 ago. 2006.

GLOCK, R. S.; GOLDIM, J.R. **Ética Profissional É Compromisso Social**. Disponível em: <[www.bioetica.ufrgs.br/eticprof.htm](http://www.bioetica.ufrgs.br/eticprof.htm)>. Acesso em: 24 nov. 2005.

JOANILHO, André Luiz. **O Corpo de quem Trabalha: estratégias para a construção do trabalho**. Londrina: Eduel, 1996.

\_\_\_\_\_. Vico, o Tempo e a História. **Mediações**, Londrina, Edições Humanidades, n. 9, 2004.

LABOR. *In*: CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LE GOFF, Jacques. **Para um Novo Conceito de Idade Média**. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

\_\_\_\_\_. **Para um Novo Conceito de Idade Média**. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

\_\_\_\_\_. **A Bolsa e a Vida**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. **Para um Novo Conceito de Idade Média**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TRABALHAR. *In*: CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.







# A expansão dos Estados nacionais

## Mercantilismo

Hoje, nos noticiários, sempre se menciona a balança de pagamentos: a quantidade de produtos importados e exportados, os valores, o saldo em caixa na contabilidade do governo etc. Essas questões são importantes porque demonstram um pouco da saúde financeira do país: se está bem economicamente, o país está crescendo e podemos ficar um pouco mais tranquilos porque haverá mais empregos.

A vida econômica do país ganhou dimensões enormes, porém isso é bem recente. Podemos dizer que não faz 200 anos que essas preocupações econômicas fazem parte da vida das pessoas: até o século XVIII, outras preocupações ocupavam as mentes das sociedades ocidentais. Era muito mais importante saber se uma pessoa era católica ou protestante que saber qual a profissão dela, se tinha emprego, ou se a balança de pagamentos era positiva.

Porém, se não fazia parte das preocupações das pessoas, já fazia parte dos cuidados dos reis. Durante a Idade Média, o poder esteve associado à posse de terras: quanto mais áreas possuísse, mais poderoso era o nobre ou o rei. Mas a expansão do comércio e a circulação do dinheiro fizeram os reis verem que também era importante possuir riquezas em espécie, de modo a aumentar o poder do reino.

Por isso, ao mesmo tempo em que empreendiam a expansão de seus domínios, muitos reis passaram a incentivar o comércio. Espanha, Portugal, França, Inglaterra e em seguida a Holanda foram os principais reinos a associar comércio e território. Os reis precisavam aumentar o seu poder e a burguesia podia dar os fundos necessários para isso.

As terras (que durante quase toda a Idade Média tiveram valor de uso<sup>1</sup>) passaram a ter valor de troca<sup>2</sup>, quer dizer, o sinal de riqueza não era mais o fato de se possuir terras e sim o valor que se poderia obter por elas. Lentamente, a economia se monetarizava e por volta do século XV esse movimento de riquezas ganhou o nome de *mercantilismo*.

Suas principais características foram:

- metalismo – a riqueza de um reino era medida pela quantidade de ouro e prata que possuía;
- comércio favorável – o ideal era vender mais produtos e comprar menos;
- protecionismo – criar altos impostos para os produtos importados;
- intervenção do reino na economia – favorecer a indústria nacional e incentivar a produção.

Havia um grande problema: se todos os países praticassem as mesmas medidas, dificilmente alguém poderia levar vantagem, e daí a necessidade de que os reinos tivessem uma política agressiva, visando a enfraquecer os reinos concorrentes. Uma das maneiras para obter maior poderio era a expansão territorial. Reinos como Espanha, Portugal, Inglaterra e França buscavam dominar outros e assim aumentar os territórios.

Havia praticamente dois modos de se conseguir isso:

- influenciar outros reinos por meio de pactos, principalmente casamentos entre membros das casas reais;
- expansão militar.

Os nascentes Estados viviam em escaramuças uns contra os outros e os motivos podiam ser os mais fúteis possíveis. Por exemplo, em 1529 Henrique VIII repudiou sua esposa, a rainha Catarina de Aragão, porque ela não lhe havia dado herdeiros homens. Porém, o casamento entre os dois havia sido arranjado. A Espa-

<sup>1</sup> O *valor de uso* se refere à utilização de um bem (no caso, as terras) e é bem típico de economias em que as trocas são feitas por produtos e não por um valor em dinheiro.

<sup>2</sup> O *valor de troca* ocorre em economias mercantilizadas, em que os produtos têm seus preços fixados em moeda corrente.



Domínio público.

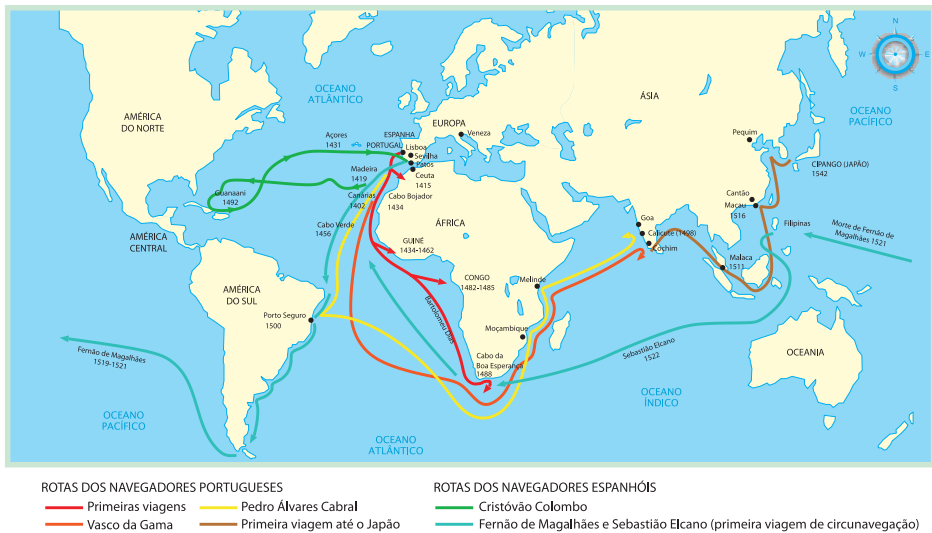
Uma feira medieval.

na considerou o divórcio forçado uma afronta e passou a hostilizar a Inglaterra. Durante anos, os dois países viveram momentos belicosos, até que, em 1588, enfrentaram-se em uma batalha marítima da qual a Espanha saiu perdedora, o que marcou o início da supremacia inglesa nos mares.

A derrota da armada espanhola também significou a possibilidade de a Inglaterra ocupar territórios nos continentes americano, asiático e africano, expandindo os seus domínios. Assim, houve um incremento do comércio com áreas coloniais e um aumento do poderio inglês.

## As grandes navegações

A expansão territorial dos reinos encontrava limites. A Europa era extremamente populosa e havia dificuldades em submeter populações inteiras ao domínio de um monarca. Mas o pequeno reino de Portugal mostrou o caminho: os reis portugueses incentivaram as navegações em alto-mar e aos poucos começaram a explorar a costa africana. Era o início de uma das maiores aventuras da civilização europeia.



Mapa-múndi das grandes navegações.

É interessante notar que as navegações não tinham somente motivos econômicos, pois a Igreja também incentivava as viagens visando à catequização de outras populações. A exploração da África tinha certo aspecto de cruzada: os portugueses acreditavam que levariam o catolicismo aos habitantes daquele continente e ao mesmo tempo ampliariam o poder do rei.

Porém, as navegações de longa carreira não teriam sido possíveis sem uma série de inovações técnicas. Além de novos instrumentos como a bússola e o sextante, a caravela foi imprescindível. As caravelas eram embarcações altamente manobráveis que podiam navegar contra o vento. E as expedições portuguesas instigaram outros reinos a também procurarem o alto-mar, como foi o caso da Espanha.

A exploração da África serviu para testar a teoria de que seria possível contornar o continente e atingir a Ásia, origem das especiarias, que eram produtos de alto valor comercial e se encontravam ainda mais encarecidos porque as rotas comerciais do Mediterrâneo estavam nas mãos dos turcos. Chegar à Ásia seria uma grande conquista para Portugal.

Assim, a exploração portuguesa se iniciou em 1415, com a conquista da cidade de Ceuta, hoje no Marrocos. Em 1419, os portugueses chegaram à Ilha da Madeira. Em 1431, o arquipélago dos Açores começou a ser explorado. Em 1434, foi ultrapassado o Cabo Bojador. Em 1445, chegou-se à foz do Senegal. Em 1488, Bartolomeu Dias (1450-1500) atingiu o que hoje é conhecido como Cabo da Boa Esperança. Em 1498, Vasco da Gama (1469-1524) chegou a Calicute (hoje Kozhikode), na Índia. Finalmente, em 1500, a esquadra de Pedro Álvares Cabral (1467-1520) chegou ao Brasil.



Domínio público.

Os grandes descobrimentos portugueses.

A chegada à Índia permitiu o rompimento do bloqueio que os turcos haviam imposto aos europeus no Mediterrâneo. Os navios podiam buscar produtos com melhores preços que aqueles oferecidos pelos comerciantes italianos. Ao mesmo tempo, nos portos africanos, os portugueses adquiriam um produto raro na Europa, mas abundante na África – a mão de obra escrava.

A escravatura já era uma instituição entre os vários povos africanos e os comerciantes portugueses logo viram um produto valioso, iniciando em larga escala um dos comércios mais tenebrosos da história: o tráfico humano.

Logo, feitorias portuguesas apareceram em vários locais do mundo. No entanto, a reação espanhola não se fez esperar. Temendo perder territórios e desconfiando da existência de terras a oeste do Atlântico, a Espanha forçou Portugal a aceitar um acordo, intermediado pelo papa, para a exploração das novas terras. Depois de muitas negociações, foi assinado o Tratado de Tordesilhas, em 1494. Ficou estipulado que as terras até 370 léguas a oeste da Ilhas de Cabo Verde pertenceriam a Portugal e além dessas 370 léguas seriam da Espanha. Assim, os dois reinos dividiram o mundo ao meio.



IESDE Brasil S.A.

O mundo dividido pelo Tratado de Tordesilhas.

Evidentemente que outros reinos não aceitaram o tratado como válido, pois somente Espanha e Portugal eram beneficiados. França, Inglaterra e Holanda o ignoraram e também iniciaram as suas próprias explorações em terras além-mar.

Desse modo, em apenas um século, praticamente todos os continentes passaram a ser conhecidos dos europeus, que estenderam o comércio para todo o planeta. Foi uma mudança significativa no modo como o mundo era visto.

## As viagens do descobrimento

No entanto, o empreendimento marítimo não foi uma simples aventura. Pelo quadro das navegações portuguesas, podemos perceber as dificuldades encontradas.

Praticamente um século decorreu desde a conquista de Ceuta até a chegada em Calicute. Os avanços eram lentos para nós, mas rápidos para os europeus daquele tempo. Portugal adquiria experiência e técnicas de navegação, porém isso não tornou o reino português rico, pois ele dependia de capitais holandeses e italianos para a exploração marítima. Assim, as riquezas conquistadas serviam para pagar os empréstimos e o luxo da corte.

Mas havia mais um problema: a perigosa viagem de navio. Com uma tripulação que não passava de 40 pessoas (muitas recrutadas entre maltrapilhos, mendigos e pequenos ladrões que circulavam pelos portos), as caravelas não chegavam a 30 metros de comprimento e eram embarcações frágeis para a navegação em alto-mar. Soçobravam facilmente em tempestades e tinham uma vida útil curta. Dadas as condições no navio, as viagens eram extremamente perigosas:

Um dos problemas mais sérios enfrentados por uma tripulação era a água. Embora as embarcações deixassem os portos com grande provisão, a água, exposta ao calor, se tornava imprópria para consumo. A substituição dependia da chuva, que podia ocorrer ou não. Em geral, a tripulação era cuidadosa ao guardar a água que corria das próprias velas, pingando lentamente em vasilhas deixadas em lugares apropriados. Quando as viagens se prolongavam, era comum que toda a tripulação tivesse de tomar água não potável ou ainda, em casos-limite, tomados pelo desespero da sede, acabassem por tomar a própria urina. (RIBEIRO, 2008)

Os navegantes sofriam com o escorbuto, doença causada pela falta de vitamina C, e a mortalidade chegava a 20% da tripulação, pois a alimentação também era um problema. Não havia muitas técnicas para a conservação dos alimentos e muitos estragavam:

Assim como a água, a comida entrava também rapidamente em estado de decomposição. A presença de ratos e [...] insetos dificultava ainda mais a manutenção dos alimentos. No biscoito apareciam vermes que se misturavam com os excrementos de ratos. A carne seca ou salgada, o peixe, ervilhas secas, arroz, queijo, cebola, alho e vinagre faziam parte da lista de mantimentos que eram levados em uma viagem. Contudo, se a permanência no mar se prolongasse, a falta de comida para toda a tripulação tornava-se inevitável. Evidentemente, a comida não era dividida igualmente entre toda a tripulação. O comandante da expedição contava, em sua refeição, com a presença de religiosos, escrivães, homens cuja origem os diferenciava da tripulação em geral. Não apenas comiam e dormiam em separado, como também tinham uma dieta de qualidade superior à do resto da tripulação. (RIBEIRO, 2008)

Era comum abandonar tripulantes nas terras a que se acabou de chegar, como foi o caso da esquadra de Pedro Álvares Cabral: dois grumetes, provavelmente recrutados à força, foram deixados na praia, em Porto Seguro. Os comandantes tinham esperança de que estariam lá quando chegasse nova expedição e poderiam fornecer as informações necessárias.

E além dos perigos da própria navegação, os marinheiros tinham de enfrentar piratas no mar Índico e também a hostilidade das populações locais, como foi o caso em Calicute. Por isso eram organizadas esquadras. A de Cabral foi uma delas. Eram 13 navios de guerra, transportando tropas, animais e armamentos para fortificar feitorias na Índia.

A chegada ao Brasil foi apenas um desvio na rota. Os portugueses desconfiavam que existissem terras a oeste da costa africana e decidiram investigar. Feita a descoberta, a esquadra retomou a rota para a Índia.

As viagens duravam meses. A esquadra de Cabral chegou ao Brasil após 43 dias de viagem e ainda prosseguiria. Podemos imaginar o quanto isso era angustiante para as tripulações e quais eram os custos de uma viagem. Comerciantes que financiavam as empreitadas corriam o risco de tudo perder no caso de naufrágio, mas também de obter enormes lucros caso obtivessem sucesso.

Os marinheiros se apegavam tenazmente à religião, esperando os benéplácitos dos céus para a viagem, pois acreditavam que os mares eram cheios de perigos inimagináveis. Criaturas gigantes e destruidoras de embarcações, sereias, demônios, peixes gigantes, baleias que engoliam barcos inteiros: tudo isso fazia parte da imaginação dos navegantes. As viagens eram cheias de incertezas e temores. A cruz estampada nas velas não indicava somente a ideia de levar o cristianismo a outros povos, mas também a proteção divina para a navegação. Assim, sabendo que as viagens eram muito arriscadas, os tripulantes misturavam o temor do desconhecido com o fervor da religião e o desejo de obter riquezas.

Contratado pelo reino da Espanha para tentar a primeira *circunavegação* – uma viagem ao redor de todo o globo terrestre –, Fernão de Magalhães (1480-1521) partiu de Sevilha em setembro de 1519 com cinco navios e 234 tripulantes. Após muitas peripécias e três longos anos, somente uma nau retornou ao porto de origem, com 18 homens, tendo o próprio comandante morrido em combate nas Filipinas.

Essa viagem pode ser conhecida em detalhes no livro *A Primeira Viagem ao Redor do Mundo*, de Antônio Pigafetta. O autor pagou do próprio bolso para fazer parte da expedição de Magalhães e do seu diário nasceu o livro. Ele foi um dos 18 sobreviventes e isso nos dá uma pequena dimensão do empreendimento marítimo levado adiante por reinos europeus; podemos concluir que a saída para o mar era uma aventura total.



Caravela portuguesa.

Creative Commons.

# O eu e o outro

As maravilhas e os temores não se limitavam às viagens propriamente ditas e, para o europeu, a descoberta do outro não foi sem surpresas e interpretações compatíveis com a mentalidade da época. Em primeiro lugar, instruídos pelas leituras da Bíblia, os europeus não acreditavam que pudesse existir humanidade fora do espaço conhecido: Europa, parte da Ásia e parte da África. Para muitos, fora desse espaço – o espaço dos descendentes de Abraão – haveria seres que poderiam se parecer com humanos, mas não eram humanos.

Homens com a boca no estômago e olhos nos ombros, harpias com cabeças de homem e ciclopes eram alguns dos seres imaginados pelos viajantes. Enfim, no imaginário europeu se misturavam seres fantásticos oriundos da mitologia pagã com a impossibilidade de haver outra humanidade além daquela conhecida.

O encontro dos navegantes com as populações locais foi seguido de tentativas de compreender tais seres. Vejamos a reação de Cristóvão Colombo (1450-1506):

A atitude de Colombo para com os índios decorre da percepção que tem deles. Podemos distinguir nesta última dois componentes, que continuarão presentes até o século seguinte e praticamente, até nossos dias, em todo o colonizador diante do colonizado. Estas duas últimas atitudes já tinham sido observadas na relação de Colombo com a língua do outro. Ou ele pensa que os índios (apesar de não utilizar estes termos) são seres completamente humanos, com os mesmos direitos que ele, e aí considera-os não somente iguais, mas idênticos, e este comportamento desemboca no assimilacionismo, na projeção de seus próprios valores sobre os outros. Ou então parte da diferença, que imediatamente traduzida em termos de superioridade e inferioridade (no caso, obviamente, são os índios os inferiores: recusa a existência de uma substância humana realmente outra, que possa não ser meramente um estado imperfeito de si mesmo). Estas duas figuras básicas da experiência da alteridade baseiam-se no egocentrismo, na identificação de seus próprios valores com os valores em geral, de seu *eu* com o universo; na convicção de que o mundo é um. (TODOROV, 1983, p. 41)



Cristóvão Colombo encontra os nativos.



Evidentemente, a postura de Colombo parte da crença de que existe apenas uma religião e apenas uma única humanidade e é nessa mentalidade que é preciso encontrar o lugar do outro. Em contrapartida, para os habitantes da América não havia um lugar específico para esse outro, como vemos, por exemplo, em um comentário sobre Montezuma, o imperador dos astecas:

Montezuma sabia colher informações sobre seus inimigos quando eles se chamavam tlaxcaltecas, tarascos, huastecas. Mas o intercâmbio de informação era então perfeitamente estabelecido. A identidade dos espanhóis é tão diferente, o comportamento deles a tal ponto imprevisível, que abalam todo o sistema de comunicação, e os astecas não conseguem mais fazer justamente algo que era especialidade deles: a coleta de informações. (TODOROV, 1983, p. 71)

Os espanhóis não faziam parte da mentalidade dos astecas, mas a recíproca não era verdadeira: embora os espanhóis não conhecessem os índios da América, rapidamente puderam incluí-los no seu imaginário por estar prevista a diferença. Assim, logo surgiram explicações para a existência dos indígenas.

Uma delas era a de que os índios são descendentes de uma das dez tribos perdidas de Israel, e, portanto, estavam prontos para aceitar a conversão e o cristianismo.

Outros defendiam que os índios não eram humanos e que, não tendo sido criados por Deus, eles não teriam alma.

Essas duas posturas aparecem no famoso debate entre Bartolomé de Las Casas e Juan de Ginés Sepúlveda, em Valladolid, em 1550. Las Casas era um frade dominicano que defendia os índios dizendo que eles também tinham sido criados por Deus e logo possuíam alma. Já Ginés Sepúlveda era um teólogo que não admitia a ideia de que os índios possuíam alma, de modo que eles podiam ser escravizados e a guerra empreendida pelos colonizadores era justa.

Todavia, o debate teórico e teológico pouco afetou a conduta dos colonizadores, que, apesar de a escravidão ser proibida, dispuseram das populações indígenas para empreender a ocupação e colonização das terras americanas.

De um lado, as visões de um paraíso perdido; de outro, o inferno. De um lado, padres e exploradores escreviam sobre a inocência dos índios, a falta de ganância e a docilidade. De outro, relatos sobre a ferocidade e as práticas de canibalismo que demonizavam os habitantes da América.

Essa dualidade se deve, em primeiro lugar, à falta de reconhecimento das diferenças por parte dos europeus com relação às várias etnias indígenas e, em segundo lugar, o problema da alteridade, ou seja, a controvérsia sobre se os indígenas são humanos ou não. Mas a realidade já pesava para os primeiros exploradores, que logo descobriram que a ocupação das terras não seria fácil.

As populações indígenas foram praticamente dizimadas:

- pela guerra, justificada pela expansão da fé cristã – mas o que os reis desejavam mesmo era a posse dos novos territórios;
- pela escravização e os maus-tratos, pois para explorar as terras havia necessidade de mão de obra e tanto Espanha como Portugal não tinham braços suficientes para a empresa colonial, de modo que recorreram aos indígenas e, em seguida, à escravidão africana;
- pelas doenças trazidas pelos europeus, para as quais os indígenas não haviam desenvolvido anticorpos suficientes para combatê-las naturalmente.

Há vários cálculos sobre o número de habitantes na América na época da conquista. Alguns falam em até 65 milhões, que foram reduzidos a um quinto (13 milhões) ao longo do século XVI. Porém, nunca haverá certeza. Sabe-se que houve um genocídio, mas por falta de documentos nunca será possível precisar os dados, mas eles não são tão necessários, pois os resultados da conquista estão ainda visíveis.

De qualquer forma, a conquista é uma realidade e novas civilizações surgiram nas Américas. Tais civilizações não são exatamente o que se quis fazer, pois criaram suas próprias formas sociais. Poderíamos dizer que se forjaram sociedades mestiças, com caráter específico e modos de ser diferentes tanto dos europeus como das sociedades indígenas originais.



IESDE Brasil S.A.

A América foi ocupada por várias nações europeias que buscavam o monopólio comercial e a exploração das riquezas naturais.

# A exploração colonial

A chegada dos europeus na América significou um dos maiores empreendimentos da história da humanidade. Na África e na Ásia foi diferente, pois os europeus não conseguiram penetrar nesses continentes, apesar de não terem obtido sucesso no continente americano.

A aquisição de riquezas foi um mote, mas não o único.

Será que foi mera ambição o que levou Colombo a viajar? Basta ler todos os seus escritos para ficar convencido de que não é nada disso. Colombo simplesmente sabe a capacidade atrativa que podem ter as riquezas, especialmente o ouro. É com a promessa de ouro que ele acalma os outros em momentos difíceis [...] Importa-se com a riqueza porque ela significa o reconhecimento de seu papel de descobridor, mas teria preferido o rústico hábito de monge [...]

A vitória universal do cristianismo é o que anima Colombo, homem profundamente piedoso (nunca viaja aos domingos) que, justamente por isso, considera-se eleito, encarregado de uma missão divina, e que vê por toda a parte a intervenção divina, seja no movimento das ondas ou no naufrágio de seu barco (numa noite de Natal!) [...]

Além disso, a necessidade de dinheiro e o desejo de impor o verdadeiro Deus não se excluem. Os dois estão até unidos por uma relação de subordinação: um é meio, o outro, fim. (TODOROV, 1983, p. 10)

Colombo foi homem de um tempo que misturava fé e aventura, desejos de riqueza e de piedade. Muitos seguiam essa lógica, e isso ocorreu também nas primeiras explorações coloniais no Brasil.

A princípio, os portugueses estavam mais interessados em consolidar as explorações comerciais na Ásia e por isso não se interessaram muito em explorar as terras brasileiras. Outro motivo foi o fato de não terem sido encontrados metais preciosos logo no início: a única exploração com algum lucro era a do pau-brasil, árvore da qual se extraía uma tinta vermelha. Nos primeiros 30 anos do século XVI, vieram até aqui somente algumas expedições para reconhecimento do território e os navios que faziam o comércio do pau-brasil.

Até que, em 1530, a expedição de Martin Afonso marcou o início da exploração colonial. Foram instaladas as primeiras feitorias e alocados os primeiros colonos. A mudança nos planos portugueses foi devida às dificuldades em estabelecer um comércio vantajoso e contínuo com a Índia. As terras brasileiras pareciam propícias para se iniciar, em larga escala, a exploração de uma especiaria muito requisitada na Europa e muito lucrativa: o açúcar.

Logo após a fundação de São Vicente, no litoral de São Paulo, começaram a funcionar engenhos de açúcar, com o objetivo de abastecer o mercado europeu. O plantio da cana-de-açúcar já indicava o que seria o principal produto da empresa colonial e

também a estrutura agrária: o Brasil foi dividido em 15 capitanias hereditárias, para as quais foram nomeados 12 donatários. Era uma forma de transplantar para a colônia a estrutura administrativa da metrópole e essa foi a primeira grande experiência desse tipo na história. Os donatários teriam poder quase absoluto, nomeando juízes e alcaides, devendo responder unicamente ao rei. Era uma tentativa de ocupar as terras brasileiras.



Mapa do Brasil com as capitanias hereditárias.

Como o Tratado de Tordesilhas limitava a ocupação, as capitanias se estendiam até o traçado da linha imaginária e normalmente tinham 350km de largura. As dificuldades da empresa fez muitos donatários desistirem das terras, porém a forma de exploração agrícola marcou os novos territórios até os dias atuais.

No início, a mão de obra era indígena, logo surgindo um mercado que, dedicado à compra e à venda de escravos indígenas, funcionava à parte dos desejos da Coroa portuguesa, de modo completamente clandestino. Os apelos dos jesuítas para acabar com a escravidão dos habitantes da América foram atendidos, mas não porque a metrópole queria obedecer a preceitos cristãos, e sim pelo fato de o mercado de escravos africanos ser mais lucrativo, com a Coroa podendo controlar o comércio, o que não era possível em relação ao mercado do escravo indígena, que ocorria no Brasil, longe dos olhos da metrópole.

Também foi muito utilizada a mão de obra de degredados. O Brasil havia se tornando uma terra de degredo, muitos criminosos foram expulsos de Portugal em direção às novas terras. Eles formavam uma camada intermediária entre os grandes proprietários e os escravos e rapidamente se mesclaram à população local, dando início a um processo de miscigenação que ainda não acabou.

Esse início da colonização marcou de modo indelével as terras brasileiras. As sucessivas configurações sociais que conheceremos durante os períodos colonial, imperial e republicano tiveram suas raízes lançadas nesse momento. É uma história que ainda está se fazendo.

## Texto complementar

O texto a seguir trata de uma parte da nossa história que não é muito contada: a dos degredados. Eles participaram ativamente na formação do povo brasileiro e no entanto os livros tradicionais de história do Brasil trazem um silêncio sobre a sua presença, preocupando-se mais com a elite e com os escravos, mas foi essa população de excluídos que construiu grande parte do nosso país.

### O alvará que mudou os rumos do Brasil

(BUENO, 1998b, p. 90-92)

Apesar de todas essas vantagens aparentes, os donatários logo foram informados de uma nova decisão da Coroa – e que cedo se revelou de todo prejudicial para eles. No dia 31 de maio de 1535 (cerca de um ano após a assinatura da primeira carta de doação), o rei D. João III declarou as capitânicas do Brasil território “de couto e homizio”: ou seja, uma região na qual crimes cometidos anteriormente em outros lugares ficavam instantaneamente prescritos e perdoados. O Brasil transformou-se, assim, numa das colônias para a qual os condenados de Portugal eram enviados para cumprir degredo. No dia 5 de outubro de 1535, o rei determinou que os degredados que antes eram mandados para as ilhas de São Tomé e Príncipe, na costa ocidental da África, passassem a vir para o Brasil.

Eis o texto do *alvará* que mudou os rumos do Brasil:

Atendendo El-Rei a que muito vassalos, por delitos que comentem, andam foragidos e se ausentam para reinos estrangeiros, sendo, aliás, de grande conveniência que fiquem antes no reino ou em suas colônias, e sobretudo que passem para as capitânicas do Brasil que se vão povoar, há por bem declará-las couto e homizio para todos os condenados que nelas quiserem ir morar, ainda que já condenados por sentença até em pena de morte, excetuados somente os culpados por crimes de heresia, traição, sodomia e moeda falsa. Por outros quaisquer crimes, não serão os degredados para o Brasil de modo algum inquietados ou interpelados. (Transcrição de F. A. Pereira em *Anais Pernambucanos*. Recife, 1951.)

Não é difícil supor as consequências desse decreto: após sua assinatura, Portugal “saneou sua enxovias” (citado por Pereira), na expressão de um contemporâneo

– sendo *enxovia* o termo então usado para “cárcere subterrâneo”. Vários donatários foram forçados a trazer consigo centenas de degredados. Embora muitos dos condenados fossem “indivíduos de baixa esfera e de costumes pervertidos, que traziam no próprio corpo o estigma de sua infâmia” (citado por Pereira) – tinham sido marcados com ferro em brasa ou, mais frequentemente, “desorelhados” – alguns haviam sido punidos por questões fiscais, relacionadas com o não pagamento de impostos. Ao contrário dos criminosos comuns, muitos deles se dedicaram a atividades produtivas no Brasil. Os demais apelaram para a pirataria e o tráfico de escravos indígenas. Ao todo, cerca de 500 degredados devem ter sido trazidos para o Brasil entre 1535 a 1549.

## Atividades

1. Quais são as quatro características principais do mercantilismo?

---

---

---

---

---

---

---

---

2. Quais foram as implicações da chegada dos portugueses à Índia?

---

---

---

---

---

---

---

---

3. Qual foi o motivo da disputa entre Bartolomé de Las Casas e Juan de Ginés Sepúlveda em 1550?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Gabarito

1. Suas principais características foram
  - metalismo – a riqueza de um reino era medida pela quantidade de ouro e prata que o país possuía;
  - comércio favorável – o ideal era vender mais produtos e comprar menos;
  - protecionismo – criar altos impostos para os produtos importados;
  - intervenção do reino na economia – favorecer a indústria nacional e incentivar a produção.
2. Os navios podiam buscar produtos com melhores preços que aqueles oferecidos pelos comerciantes italianos. Ao mesmo tempo, nos portos africanos os portugueses podiam adquirir um produto raro na Europa, mas abundante na África: a mão de obra escrava.
3. O motivo foi a relação que devia ser estabelecida com os índios. Enquanto Las Casas defendia a igualdade, pois considerava que os indígenas eram humanos, Sepúlveda dizia que eles eram bárbaros e deviam ser escravizados, justificando as guerras de conquista.

## Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 2003.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

BRESCIANI, Maria Stela. **Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BUENO, Eduardo. **A Viagem do Descobrimento**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998a.

\_\_\_\_\_. **Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998b.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL dos direitos do homem. Disponível em: <[www.dhnet.org.br/inedex.htm](http://www.dhnet.org.br/inedex.htm)>. Acesso em: 19 dez. 2006.

ENCICLOPÉDIA DIGITAL Direitos Humanos. Disponível em: <[www.dhnet.org.br/direitos/codetica/index.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/codetica/index.html)>. Acesso em: 23 ago. 2006.

RIBEIRO, Almir. **A Aventura dos Descobrimentos**. Disponível em: <[www.cliohistoria.hpg.ig.com.br](http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br)>. Acesso em: 22 jul. 2008.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.







# Governar na Era Moderna

## Poder e sociedade na Baixa Idade Média

A arte de governar, essa é uma questão que nasce com a civilização medieval. Como manter o poder? Como conseguir aliados? Como expandir as posses? Enfim, como ficar mais poderoso? Essas foram preocupações dos governantes em um período em que o poder era compartilhado – pelo menos essa era a crença generalizada entre a camada dominante, a nobreza.

Mas será que essas preocupações já não existiam na época da Grécia Clássica ou de Roma?

Sim, mas de modo diferente, pois o poder não era compartilhado. Os homens que comandavam – os *patrícios* (assim eram chamados os nobres na antiga Roma) ou os *eupátridas* (assim eram chamados os integrantes das famílias tradicionais na antiga Atenas) – não precisavam pensar que também governavam para outros. Nas sociedades grega e romana, governar era algo “natural”.

Na sociedade medieval, diferentemente, o poder era “delegado” – primeiro, pelos próprios nobres, e depois, pela Igreja. Portanto, o príncipe devia governar primeiramente para os seus pares e em segundo lugar para a cristandade.

Em princípio, o rei era eleito por seus pares, isto é, pelos outros nobres. Essa era a tradição das tribos bárbaras que invadiram o Império Romano. *Primus inter pares* (“o primeiro entre os iguais”), o rei era eleito por uma assembleia de guerreiros e tinha como único papel conduzir a guerra, e assim se consentia que alguém detivesse poder. No entanto, em contato com as formas romanas de governar e com a Igreja católica, esse papel foi modificado para a ideia de que a função do rei era conduzir os homens – e conduzir para a salvação. O modelo adotado era o contrato entre o governante e quem o designava como tal.



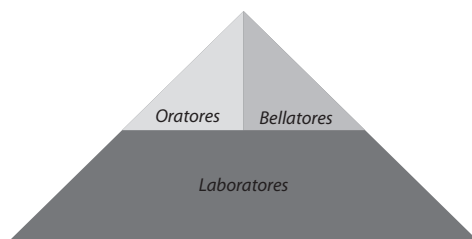
Domínio público.

O rei Luís IX, da França, segundo tela de El Greco.

No século XI, clérigos formulam a ideia de que a sociedade é tripartida. Existiriam:

- os *oratores* (aqueles que oram);
- os *bellatores* (aqueles que guerreiam);
- os *laboratores* (aqueles que trabalham).

Assim, cada ordem ou camada possuía um papel a cumprir. Os primeiros (os clérigos) cuidavam da salvação da alma enquanto os segundos (os nobres) protegiam a cristandade e os últimos (camponeses, artesãos etc.) sustentavam os dois primeiros grupos.



As três ordens do mundo medieval.

É nesse sentido que o poder é partilhado, porém de modo um pouco mais estrito do que antes. Os nobres governam com o “consentimento” de Deus (como se fosse um contrato entre Deus e o rei) com o objetivo de permitir à Igreja salvar as almas. Assim, a sociedade constituída de acordo com essa ideologia tripartite colocava a Igreja como a mentora; os nobres, como executores; e o restante – os trabalhadores – como o grande objeto de uma disputa cósmica entre o Bem e o Mal, mas sem capacidade de decidir de que lado ficar.

O rei aparece como a peça principal desse esquema, desde que piedoso e cumpridor dos desígnios divinos, segundo a Igreja. Desse modo:

A finalidade ideológica do esquema tripartido é exprimir a harmonia, a interdependência, a solidariedade entre as classes, entre as ordens. As três ordens formam a estrutura da sociedade de cada Estado, que se desmorona quando o equilíbrio entre os três grupos – cada um precisa dos outros dois – não é respeitado. Este equilíbrio só pode garantir-se por meio de um chefe, um árbitro. Este árbitro é o rei. O que torna pois a monarquia mais necessária é o aparecimento da função econômica a nível de valor ideológico, a emergência de uma elite econômica. A dualidade papa-imperador está, a partir de agora, condenada, pois correspondia ainda mais à divisão clérigos-laicos, do que à difícil e irrealizável entre espiritual e temporal.

Os reis irão ser os verdadeiros lugares-tenentes de Deus na Terra. (LE GOFF, 1993, p. 83)

Esse esquema corresponde à realidade e às mentalidades medievais. O papel do rei é garantir a paz entre os súditos, mas sem interferir nos negócios. No imaginário me-

dieval, o bom rei é o rei piedoso e justo, como Salomão, e também protetor, impedindo que a cristandade sofra os ataques do mal (aqui o mal pode ter várias representações: o mouro, o bárbaro, o herege, o judeu – ou seja, todos aqueles que não se enquadram na ordem da sociedade medieval).

Essa designação do poder real fortaleceu o papel dos reis, que deixaram de compartilhar o poder, já que este lhes foi delegado. Essa noção combina exatamente com o momento em que os Estados nacionais estavam em formação, nos séculos XIII e XIV. O poder passou a ser compreendido como algo que se possui, do mesmo modo que se possuem terras. Como afirmou Paul Veyne, “toda arte está em tosquiar sem arrancar a pele” (VEYNE, 1982, p. 154). Ou ainda:

[...] tendo se apossado de um território povoado, como teria feito com uma pastagem ou com um lago piscoso, o príncipe requisita, para viver e para exercer seu papel de príncipe entre outros príncipes, uma parte do produtor da fauna humana que povoa esse domínio [...] Bem entendido, subsiste o fato de que o príncipe é o proprietário e que os súditos não passam de uma espécie natural que vive na propriedade. (VEYNE, 1982, p. 154)



Domínio público.

A Carroça, 1641. Louis Le Nain. Museu do Louvre.

Os reis passaram a ser o cume de uma pirâmide. Logo abaixo, viriam os nobres, seguidos dos clérigos e, por fim, o restante da sociedade, a terceira ordem. Centralizava-se o poder em detrimento do mando dos nobres, que haviam resistido às investidas dos reis que queriam lhes tomar o lugar – afinal, para os nobres, os reis nada mais eram do que outros nobres.

E cada vez mais os reis passaram a ter o monopólio da violência (isto é, aplicavam a justiça e empreendiam a guerra) e também o monopólio fiscal, atribuições que também pertenciam aos nobres. Com isso, o poder – que antes era compartilhado e depois consentido – passou a ser um atributo real. Não sem percalços.

# Conselhos aos príncipes

Havia, por parte da nobreza, muita resistência à concentração de poder nas mãos dos reis, e ainda assim ele se centralizava. Não conseguindo ir contra esse poder centralizado, os nobres passaram a disputá-lo. As uniões endógamas da nobreza – isto é, os casamentos dentro do mesmo grupo, para preservar os bens e os privilégios da nobreza – acabavam por tornar quase todos parentes. Assim, a primazia do primogênito na sucessão real, prática criada para garantir o poder em uma família, ainda era alvo de disputas, não só entre irmãos, mas também entre primos e parentes distantes.

Esse é o caso do rei Henrique IV, da França, que governou de 1589 a 1610. Sendo o quarto colocado na linha de sucessão do antigo monarca, Henrique foi elevado à condição de rei por conta da morte, inclusive por assassinato, dos outros pretendentes ao trono. Além disso, ele inseriu a religião na disputa do poder, libertando o poder real da influência do papa.

No processo de centralização do poder, a instituição real se opunha à Igreja, que desejava manter a sua ascendência sobre os governantes. Estes, por sua vez, não desejavam partilhar suas decisões com os clérigos, mesmo porque muitas das diretrizes da Igreja se opunham à realidade das decisões de Estado.

Cabia, assim, afastar a concorrência da nobreza e as tentativas do papado no sentido de comandar os reinos a partir de Roma. Pode-se observar isso na Itália.

No período em que viveu Nicolau Maquiavel (1469-1527), a Itália estava dividida em cinco Estados regionais:

- Nápoles, sob domínio espanhol (mais especificamente, o Reino de Aragão);
- Estados pontifícios;
- Florença;
- Ducado de Milão;
- a República de Veneza.

Os outros Estados, reinos, principados e ducados tinham que se acomodar entre esses cinco grandes, tornando-se alvo de constantes disputas, tentativas de independência, lutas e alianças, o que deixava o cenário político confuso e débil.

A unidade política do território era impensável, pois em momento algum, um dos Estados regionais pôde reunir forças suficientes para impor o seu domínio na Península Itálica, que se manteve dividida até meados do século XIX. Porém, todos os potentados locais sabiam que tinham recebido um grande legado e almejavam estar à altura do passado romano.

Assim, eles sempre buscavam engrandecer os seus governos, daí o enorme incentivo às artes, estas obviamente impulsionadas pelas riquezas trazidas pelo comércio mediterrâneo. E também buscavam ilustração, favorecendo o trabalho intelectual, mas obviamente o mantendo dentro dos limites que desejavam.

Essas preocupações se refletiram nas formas de governo. O passado romano pesava muito nas nobrezas locais, e influenciou fortemente nas formas de organização das repúblicas de Veneza e Florença, por exemplo.

Contudo, a influência era mera fachada. O vocabulário político era fartamente retirado de Roma, mas havia pouca semelhança efetiva. Chamar as cidades-Estado de Florença ou Veneza de *república* era muito mais um costume que indicação de uma forma de governo que lembrasse, mesmo remotamente, o passado romano.

No caso de Florença, um emaranhado de cargos e funções visava a manter a oligarquia no poder, enfraquecendo ou mesmo afastando o perigo de o poder ser dividido com os cidadãos menos poderosos da cidade. Assim, muitas atividades administrativas se superpunham, criando um quadro pouco claro sobre o modelo de governo adotado. Essa superposição de funções facilitava em muito o domínio quase principesco da família Médici – sem, no entanto, haver um título específico para os homens ou o homem que detinha o poder. Assim, os patriarcas da família buscavam uma série de alianças para manter o poder e a fidelidade dos súditos.

Essa profusão de funções adquiridas por sorteio ou por nomeação produzia uma intensa luta interna nas repúblicas, abrindo o flanco para a luta entre facções que, frequentemente, lançavam mão de tropas mercenárias ou alianças com repúblicas rivais que buscavam ampliar os seus domínios. Isso se deu, por exemplo, em 1494, quando a família Médici foi expulsa de Florença: aproveitando-se de uma excursão punitiva do rei francês Carlos VIII a Roma, os desafetos dos Médicis conseguiram o apoio necessário para defenestrar<sup>1</sup> a família.

Porém, a paz não foi restabelecida. Lutas internas assolaram a república até 1502, quando Piero Soderini assumiu o cargo de *gonfaloneiro*, que era o chefe do Executivo, mantendo a estabilidade política por dez anos. Mas a oposição não deixou de atuar e, com o auxílio de tropas espanholas que enfrentavam os franceses para afastá-los de Nápoles, os Médicis retomaram o poder em Florença, o que não quer dizer que as intrigas e as conspirações tivessem fim; muito pelo contrário, elas continuaram ainda por muito tempo.

---

<sup>1</sup> O verbo defenestrar significa atirar violentamente pela janela ou (e este é o sentido que estamos usando) se livrar de alguém, afastar alguém.

Não se pode pensar a política no Renascimento italiano sem pensar em Nicolau Maquiavel. Em meio às infundáveis lutas, vendetas (vinganças) e brigas entre facções, ele resumiu claramente o novo homem político que emergia no período.

Antes de ser um calculista frio e sádico (características ligadas ao adjetivo *maquiavélico*, todavia Maquiavel não era maquiavélico), Maquiavel era um funcionário dedicado, talvez demais, mas muito mais um profissional preocupado com o funcionamento da máquina estatal (que naquele momento começava a se tornar complexa) que um simples conselheiro de príncipes gananciosos e tirânicos, embora encontremos vários deles na época de Maquiavel.

A sua grande questão era como governar. Talvez essa não fosse uma questão original no Renascimento, já que manuais sobre o bom governo começavam a aparecer em profusão, no entanto, o modo como Maquiavel a apresentou era totalmente novo e suas proposições surpreenderam até mesmo os *condottieri* (os senhores da guerra) da época. Além de um exame pormenorizado do poder, Maquiavel fez a primeira análise sistemática da tomada e da manutenção do poder, e ainda apresentou a ação política como um cálculo. Se o cálculo político já era praticado, Maquiavel inovou ao apresentar sua análise sistemática para o fenômeno e no fundo da sua concepção havia uma preocupação totalmente inédita, pelo menos em termos políticos: o indivíduo.

O Renascimento marca a emergência da noção de *indivíduo*, isto é, o ser tomado na sua individualidade específica e diferenciada em relação aos outros. Em um momento marcado pela valorização do gênio individual, principalmente pelas atividades dos artistas, a análise de Maquiavel coloca o problema no nível da política. A ação do príncipe depende sempre da sua capacidade para conquistar aliados, fazer alianças, convencer e, também, fazer-se temido. A fidelidade dos súditos é, assim, uma conquista pessoal, não sendo mais uma resultante da extensão das terras possuídas, como tradicionalmente se pensava. Fazer política se tornou uma questão do gênio individual, principalmente em uma Itália dividida em vários reinos, principados, ducados – todos lutando para impor domínios regionais.

Compreendendo essas divisões e as necessidades das máquinas administrativas – que se tornavam complexas –, Maquiavel tentou estabelecer os parâmetros para a atu-



Domínio público.

Lourenço de Médici segundo escultura de Andrea Del Verrocchio. Washington. Gallery of Art.



ação do governante. Esmiuçou os meios e os fins da política, atraindo severas críticas para si, pois era de modo completo que ele *laicizava* (isto é, trazia para a esfera *laica*, para fora do poder da Igreja) a ideia de governo, contrariando as diretrizes da Igreja e de pensadores a ela ligados, que desejavam ver nos governantes a piedade católica como definidora da política, com o papel do príncipe sendo o de condutor das almas para a salvação.

Por sua vez, no seio de disputas acirradas e violentas, Maquiavel definiu bem o que era o poder e o governante. Nesse sentido, para além da filosofia política, seu livro *O Príncipe* é uma obra histórica, apresentando o conflituoso quadro do poder no Renascimento italiano.

## A governamentalidade e o nascimento da biopolítica

A centralização política, o fortalecimento do comércio e as reformas religiosas trouxeram consigo a preocupação sobre como governar. Maquiavel não foi um caso isolado, pois também outros pensadores procuraram discutir a “arte de governar”. Assim, do século XVI ao século XVIII, sobre essa arte surgiram vários tratados.

Uma questão se colocava já no século XVI: como governar. Isso não havia sido um problema até então, mas a partir do momento em que súditos não têm a mesma religião do príncipe, por exemplo, há um problema. Deve-se obedecer ao príncipe que segue outros preceitos religiosos e, portanto (para a época), é um herege? Ou ainda, como um príncipe deve fazer para ser obedecido pelos nobres, clérigos e súditos? Se até aquele momento o governo era algo “natural”, quer dizer, “estipulado” por Deus, então passava a ser uma questão para os homens resolverem.

O governante, que tinha uma relação de exterioridade com o lugar que governava (isto é, o governante era alguém que recebia os seus domínios por herança ou por conquista), passou a ter uma relação de interioridade: ele nasceu nos seus domínios e devia ter com seus súditos uma relação semelhante à de um bom pai de família com seus filhos. Se governar o reino era como governar uma casa, o governante devia se abster de toda incúria e malversação de dinheiro, bem como administrar a justiça suprema entre os homens.

No entanto, esse modelo familiar derivava em direção a um modelo econômico, ou melhor, com a economia no centro das preocupações. Era uma nova forma de governar na qual a economia apresentava um lugar particular, vejamos: “A palavra *economia* designava no século XVI uma forma de governo; no século XVIII, designará um nível de realidade, um campo de intervenção do governo através de uma série de processos complexos absolutamente capitais para a nossa história” (FOUCAULT, 1979, p. 282).

Dessa forma, devemos compreender que



Luís XIV, da França, o Rei Sol.

Domínio público.

[...] em primeiro lugar, a teoria da arte de governar esteve ligada desde o século XVI ao desenvolvimento do aparelho administrativo da monarquia territorial: aparecimento dos aparelhos de governo; em segundo lugar, esteve ligada a um conjunto de análises e de saberes que se desenvolveram a partir do final do século XVII: essencialmente o conhecimento do Estado, em seus diversos elementos, dimensões e nos fatores de sua força, aquilo que foi denominado de estatística, isto é, ciência do Estado; em terceiro lugar, esta arte de governar não pode deixar de ser relacionada com o mercantilismo e o cameralismo<sup>2</sup>. (FOUCAULT, 1979, p. 285)

A gestão de homens e coisas deu nascimento ao que Michel Foucault (1926-1984) chamou de *biopolítica*, uma forma de governo que prevê a gestão da vida. Do modelo familiar ao modelo econômico há uma derivação que não passa necessariamente pelo aprimoramento ou progresso. A família não é o modelo, mas um componente no interior de uma população.

Gerir homens e coisas – ou melhor, fluxos de homens e de coisas – era a nova modalidade do bom governo. Logo, tanto as pessoas como os demais componentes de um reino não podem ser deixados à própria incúria. Se as riquezas devem ser dirigidas e são as pessoas que as produzem, então se devem dirigir as próprias pessoas. Vejamos:

Em suma, a passagem de uma arte de governo para uma ciência política, de um regime dominado pela estrutura da soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo, ocorre no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política. (FOUCAULT, 1979, p. 290)

Ora, para se pensar a população como produtora de riquezas e estas como fluxos (importações, exportações, produção, consumo etc.) é necessário pensar novas modalidades de administração e gerenciamento. Assim, o governo não deve somente responder aos problemas religiosos (houve um processo de afastamento do Estado em relação à religião), mas muito mais aos problemas de ordenação do tecido político e das formas de conduta, ou seja, governar se tornava cada vez mais uma arte do detalhe, uma *micropolítica*.

<sup>2</sup> *Cameralismo*: observação da economia do ponto de vista das finanças públicas, sendo o Estado o principal agente econômico. (N.A.)

# A micropolítica

As análises tradicionais da política são feitas com base na ideia de que todo o poder emana de um centro – o Estado – e se espalha para a sociedade, estabelecendo uma rede hierárquica de mando e obediência. Esse modelo é o do Antigo Regime<sup>3</sup>, no qual o centro seria o lugar de emanação do poder.

Porém, esse modelo não condiz exatamente com o que acontecia na sociedade. Se, de um lado, havia a impressão de que o rei comandava tudo, por outro lado a sociedade se organizava com base em uma micropolítica, isto é, nas relações entre as pessoas e entre instituições e pessoas.

Por exemplo, a sociedade francesa, que era extremamente hierarquizada no sentido nobiliárquico, aos poucos passou a ser uma sociedade hierarquizada por funções. Isto é, até o século XVIII, valia o título de nobreza ou de nascimento para se situar socialmente, o lugar social de uma pessoa era definido pelo nascimento. Um duque era mais importante que um conde, que por sua vez tinha mais valor social que um barão, assim como um ferreiro tinha mais valor social que um camponês, um editor tinha mais valor social que o alfaiate, e assim por diante. O lugar não era definido pela profissão e sim pelo nascimento, pois muitas profissões passavam de pai para filho.

Ao longo do século XVII e XVIII, isso foi mudando aos poucos. A profissão passou a ter mais importância que o título. Vejamos um exemplo: um engenheiro é muito importante e ele poderia ter nascido em uma classe mais humilde, pois o que interessa é a sua habilidade técnica. Assim, o lugar social começou a ser estabelecido pelo que a pessoa poderia fazer e não por sua origem.

Da mesma forma, ocorreram mudanças nas formas de relacionamento com o poder. A hierarquia de nascimento deixou de ter importância para o Estado, pois as funções ocuparam o lugar da nobreza. Nesse aspecto, os nobres perderam importância econômica – mas ainda desfrutando de prestígio simbólico – e as redes de relações foram se afirmando a partir dos papéis sociais ligados ao universo produtivo.

Pode-se dizer que a política se torna cada vez mais micropolítica, na qual o Estado estabelece leis gerais, mas são as relações entre as pessoas e as relações nas instituições que definem normas, regras que, por sua vez, constituem formas de comportamento e conduta. Vejamos: um operário sabe que há leis definidas pelo Estado para o trabalho, porém o seu comportamento é definido pelo espaço fabril, por suas relações com superiores e com colegas. Enfim, a sua conduta é definida em um espaço micropolítico ao qual o Estado não tem acesso. A lei não prevê esse tipo de relação: no limite,

<sup>3</sup> A expressão Antigo Regime se refere à sociedade francesa antes da revolução de 1789-1799.

a lei pode impor formas gerais, mas não pode obrigar o operário a dizer “bom dia!” a alguém. Diríamos que isso é definido por uma educação não formalizada, ou seja, essa forma de conduta é definida na relação que ocorre entre as pessoas.

Outro exemplo: na sociedade do Antigo Regime, as regras de polidez estavam estipuladas de acordo com o nascimento, de modo que uma pessoa inferior deveria ter determinado comportamento para com o superior (modo de falar, gesticular, cumprimentos etc.). Isso não ocorre em uma sociedade de funções, em que os comportamentos são definidos muito mais nas relações entre as pessoas. Não é obrigatório dirigir palavras específicas para o superior na fábrica, no entanto deve-se agir de determinada forma. É uma nova forma de ver o poder.

Cada vez mais o poder deixa de ser algo que se possui para ser algo que se exerce. O rei acreditava que *detinha* o poder, ao passo que hoje o presidente da república *exerce* o poder: ele não será para sempre presidente – o que não ocorria com o rei, que permanecia no trono até a morte.

Vamos para um exemplo mais próximo: um juiz exerce o poder enquanto está no tribunal. Fora dele, pelo menos teoricamente, ele é apenas mais um cidadão.

Outro exemplo: um professor só pode ter influência sobre os alunos na sala de aula, e fora não pode obrigar os alunos a estudarem ou resolverem um problema.

Em suma, o poder não é algo que se pode possuir a partir do século XVIII, mas algo que se exerce.

## Poder e disciplina

Dessa forma, ao longo dos séculos XVIII e XIX, constituiu-se uma espécie de poder que Michel Foucault chamou de *disciplinar*, não porque ele impõe uma disciplina, mas porque ele torna produtivos os corpos. É comum entender que qualquer forma de poder é negativa. As análises o tratam como se ele fosse impeditivo e, portanto, opressivo e repressivo.

Vejamos a sala de aula. Temos a tendência de achar que o professor, na sua formação tradicional, oprime/reprime seus alunos – logo, é necessário “reeducar” o professor

para que ele seja mais democrático. A questão é: até que ponto assim se passa? Até que ponto o professor está oprimindo os seus alunos? Se o poder é uma relação, então ele nunca é unilateral. O professor em sala de aula está muito mais preocupado em fazer os seus alunos produzirem do que em oprimir ou reprimir. O aluno sabe que se produzir bem irá conseguir uma boa nota.

É nessa direção a análise de Foucault. Ele procurou ver até onde o poder é produtivo, isto é, torna as pessoas produtivas. É por isso que ele não é negativo.

Para continuarmos no exemplo, na sala de aula a premiação visa muito mais a um comportamento, uma conduta, e diríamos que a repressão é a exceção desse tipo de poder e não a sua regra. Mas o professor seria o agente desse tipo de poder mais insidioso, mais perverso? Não, pois ele próprio sofre a ação desse poder, que, como foi dito, é relacional. Se os alunos devem ter um tipo de conduta ou comportamento por meio de “incentivos”, o professor também deve ter incentivos. Em primeiro lugar, os alunos “esperam” do professor um “modo de ser” (falar, gesticular, vestir) e, em segundo lugar, o professor sabe que deve ser de determinada maneira para que os alunos o vejam como professor e seus discursos e ações sejam aceitas. Mas nessas relações também entram pais, diretores, amigos. Podemos variar ainda mais: os professores de física, de biologia, de história, de português etc. devem, cada um, ter determinadas formas de comportamento, de conduta.

Esses papéis não são estáticos, eles estão sempre se modificando, pois a própria sociedade se modifica e por isso o poder é relacional, ele sempre é definido nas relações entre as pessoas e nas instituições. A escola é um tipo de instituição na qual as relações se mostram bem claras. Professores bem intencionados e “democráticos” não querem oprimir seus alunos e por isso os incentivam bastante, e é justamente aqui que entra o poder relacional: ele normatiza, isto é, estabelece normas. Um aluno sempre pensa: “O que devo fazer para conseguir uma boa nota?”. Esse é o tipo de comportamento que esse tipo de poder deseja: produzir. Por isso é chamado de disciplinar.

Compreendendo as relações de poder dessa forma, podemos dizer que estamos em uma sociedade disciplinar, não porque estamos sendo reprimidos o tempo todo, mas porque sempre estamos em posição de exercer e sofrer o poder. Dessa forma, podemos refletir melhor o papel que nos cabe na escola e na formação de novos cidadãos.

O texto que se segue trata da sociedade de corte no Antigo Regime e por meio dele podemos perceber a diferença entre a polidez nos nossos dias e aquela praticada pelos indivíduos alguns séculos atrás.

### O homem da corte

(APOSTOLIDÈS, 1993, p. 47-51)

A corte, lugar onde se distribuem os favores e as pensões, é um espaço restrito que logo se torna o polo de fascínio de toda a sociedade. Nela se respira um ar que transforma os indivíduos. A natureza solar do monarca<sup>1</sup> inflama os nobres para transformá-los em metal precioso, simultaneamente mais temperado e mais flexível [...]

Na corte, os feudais acreditavam partilhar da vida de um homem a quem se deram. De fato, obtêm cargos que os transformam em oficiais da comida do rei, dos prazeres do rei, das estrebarias do rei. Vangloriam-se de cuidar da carne para o rei ou de seu guarda-roupa, isto é, de participar do funcionamento do corpo nacional. Os diferentes cargos administrativos, os diversos campos de poder articulam-se com os membros do corpo do rei, a partir das necessidades múltiplas de seu corpo particular e simbólico. A corte constitui, portanto, uma espécie de cadinho onde vêm fundir-se as diferenças que poderiam desunir o conjunto dos cortesãos. A alquimia real engendra-lhe um novo composto, o homem da corte, tipo ideal projetado através dos múltiplos tratados de educação e polidez mundana [...] O vocabulário dos ofícios é eliminado desse local onde a única profissão admitida é a representação. O homem de bem parece não ter nenhuma base econômica. É uma essência que escapa a todo processo histórico [...]

Realizando-se como tipo de homem novo, o cortesão se separa de uma parte do saber social, que nesse momento se torna o apanágio do povo. O mundo do trabalho constitui o reverso da corte. Um é definido por sua produção, o outro por sua capacidade de despesa [...] Se madame Du Châtelet pode ainda, no século XVIII, banhar-se nua em frente de seu criado de quarto, não é apenas porque este não tenha tido acesso à dignidade humana, mas também porque o corpo aristocrático possui uma imaterialidade que faz dele o suporte da alma nobre. O cortesão aprende a controlar-se em todas as circunstâncias, a modelar seu rosto e gestos em função

<sup>1</sup> O autor faz referência a Luís XIV, da França, o chamado de Rei Sol.

do decoro. Seu mestre de dança não lhe ensina apenas a arte do balé, mas também a atitude. Aprende a deslocar-se com leveza, a atravessar os salões em diagonal ou de lado, a fazer o sinal que a etiqueta exige, a dançar sua vida. Seu corpo é transformado pelas vestimentas da corte, excrescências das formas naturais. O cortesão caracteriza-se, à primeira vista, pela capacidade física de exhibir excessos [...] O cortesão constrói-se como um castelo, todo de fachadas [...]

Baltazar Gracián, jesuíta espanhol, autor de um dos mais famosos tratados de polidez mundana, mostra que conduta o cortesão deve dar à sua personagem. Aquele que melhor se controla é também aquele que mais habilmente manipula os outros para submetê-los à sua vontade [...] Deve “saber preservar-se” para tornar-se mais desejável, “falar como o vulgo, mas pensar como os sábios”; deve incessantemente estudar-se e dissimular para dar mais brilho a seus golpes [...]

O cortesão não deve perturbar o ordenamento da representação pela emergência do eu singular. Vive sua existência como um espetáculo objetivo. Aquilo que se refere ao eu profundo, tudo aquilo que faz de um homem um ser único, dotado de uma identidade e história próprias, aquilo que o define em seus desvios ou disfunções, desaparece em proveito de um comportamento regulado pelo julgamento de outrem. Na corte, o outro é conhecido na medida em que é reconhecido como semelhante, aquele que reflete sua imagem no espelho. O cortesão é uma máquina que dissimula seus procedimentos de fabricação e a energia que o anima.

## Atividades

1. No século XII, foi formulada a noção da *sociedade tripartida*. Que ordens a integravam e quais suas respectivas funções de acordo com essa ideologia?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---





1. A sociedade era partida em três ordens: *oratores*, *bellatores* e *laboratores*, isto é, clérigos, nobres e trabalhadores. Os clérigos cuidariam da salvação das almas, os nobres defenderiam a cristandade e os trabalhadores sustentariam as duas primeiras ordens.
2. A
3. Biopolítica é a gestão de homens e coisas, ou seja, uma forma de governo que prevê a gestão da vida.

## Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 2003.

APOSTOLIDÈS, Jean-Marie. **O Rei-Máquina**: espetáculo e política no tempo de Luís XIV. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1986.

LE GOFF, Jacques. **Para um Novo Conceito de Idade Média**. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

\_\_\_\_\_. **Para um Novo Conceito de Idade Média**. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

\_\_\_\_\_. **A Bolsa e a Vida**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. **Para um Novo Conceito de Idade Média**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História/Foucault Revoluciona a História**. Brasília: Unb, 1982.



# Governo e formas políticas

## Indivíduo e sociedade

Quando pensamos em nós, pensamos no quanto somos diferentes das outras pessoas: acreditamos que somos únicos e não há ninguém igual a nós no mundo. Essa crença faz parte da nossa concepção de *indivíduo*. Segundo esse modo de pensar, não há uma pessoa igual à outra e os seres humanos são semelhantes, mas não iguais.

Essa forma de pensar, essa crença é tão comum que nos parece natural e dizemos para nós mesmos que “é assim que tem de ser”. Não nos parece muito normal pensar de outra maneira, não imaginamos que essa crença tem história e que nem sempre foi assim.

No século XIV, por exemplo, a crença era outra. Por mais estranho que possa parecer, uma pessoa comum só podia se achar normal se fosse igual às outras. Ser diferente e único era completamente bizarro. A pessoa devia falar, gesticular, vestir-se, comer, pensar como as outras. A crença era ser igual aos outros. Podemos chamar uma sociedade desse tipo de *holística*, isto é, a compreensão de que os indivíduos são parte da sociedade, que é considerada como um todo orgânico, um verdadeiro corpo que tem um funcionamento próprio.

No fim da Idade Média, havia ainda a nítida impressão de que tudo que foi criado por Deus já estava no seu respectivo lugar. O que não fosse dessa maneira era algo estranho e podia muito bem sofrer um *anátema*, ou seja, uma excomunhão. Cada um tinha o seu lugar e deveria sempre anunciá-lo: “Cada ordem ou dignidade, cada grau ou profissão, distinguia-se pelo traje. Os grandes senhores nunca se deslocavam sem vistosa exibição de armas e escolta.” (HUIZINGA, s/d, p. 9-10). Essa forma de demonstrar o lugar era, na mentalidade medieval, uma reprodução do universo:

[...] se os degraus do edifício social são concebidos como sendo os degraus inferiores do trono do Eterno, o valor atribuído a cada ordem não dependerá de sua utilidade mas da sua santidade – que é, como se diz, da sua proximidade do lugar mais alto. (HUIZINGA, s/d, p. 9-10)



Domínio público.

*Ghent Altarpiece*, 1432. Jan van Eyck (detalhe). Os cavaleiros medievais se deslocavam mostrando todo o seu poder.

No entanto, já desde o século XII, o avanço da burguesia colocava em questão essas concepções. Em primeiro lugar, o burguês se destacava da sua classe, pois não seguia a tradição e buscava a dignidade que lhe era negada pela Igreja e pelo vulgo:

No fim da Idade Média as condições do poder alteram-se pelo acréscimo da circulação da moeda e o ilimitado campo aberto a quem quer que desejasse satisfazer a sua ambição de amontoar riqueza. Para esta época a cobiça torna-se o pecado predominante. A riqueza não tinha adquirido ainda a feição impalpável que o capitalismo, baseado no crédito, lhe daria mais tarde; o que subjuga a imaginação é ainda o tangível ouro amarelo. (HUIZINGA, s/d, p. 27)

A busca de dignidade e o crescimento do papel da economia monetária eram expressões de uma nova imagem do indivíduo. Ele não se resignava mais a se considerar como parte da sociedade e nos séculos XV e XVI surgiu a imagem do gênio individual, representada pelos grandes artistas da época. Era o Renascimento<sup>1</sup>.

Houve mudanças importantes nas percepções que as próprias pessoas faziam de si. As reformas religiosas não tratavam mais da salvação da cristandade, isto é, da salvação coletiva, mas da salvação das almas individuais. O luteranismo<sup>2</sup>, por exemplo, pregava que a salvação não dependia apenas das boas obras, como defendia a Igreja católica, mas também da fé. Essa foi uma mudança importante: o modo de o indivíduo se relacionar com a religião passou a ser pessoal e direto, tanto que para os luteranos a leitura e compreensão da Bíblia deviam ser feitas pelos praticantes e não mais pelos padres.

E nesse mesmo momento surgiram preocupações sobre as formas de governo. Afinal, já não se governava simplesmente uma massa que pertenceria ao lugar, mas um conjunto de súditos que se diferenciavam. Os nobres se diferenciavam dos burgueses, que, por sua vez, tinham as suas próprias dignidades e não queriam mais ser identificados como “povo”. E o povo era composto de várias camadas: trabalhadores, serviçais, artesãos, camponeses. Enfim, era preciso estabelecer formas de bem administrar um conjunto tão diverso.

<sup>1</sup> Renascimento (sécs. XIV a XVI); período marcado por uma intensa produção artística que se diferenciava da produção medieval pelo surgimento dos Estados nacionais e por uma nova mentalidade científica e social.

<sup>2</sup> Luteranismo é a religião criada por Martinho Lutero, frade alemão que questionou a venda de indulgências e a decadência da Igreja católica.

Surgiram teorias para compreender e estabelecer as melhores formas de governo. Já no século XV vamos encontrar teorias famosas. E a primeira pergunta dessas teorias é sobre a necessidade de os indivíduos viverem em sociedade.

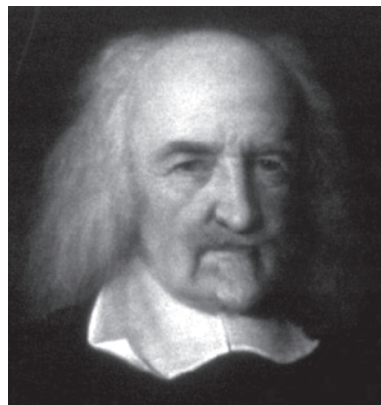
Vários pensadores tentaram responder a essa pergunta.

Para Thomas Hobbes (1588-1679), os homens procuram viver juntos por segurança, pois (Hobbes é bem pessimista com a espécie humana) o ser humano é ambicioso, mas tem medo e por isso busca instituir governos para coibir os impulsos e impor ordem, já que no *estado de natureza* – isto é, o homem sem governo – a realidade é a guerra de todos contra todos.

Essas ideias foram desenvolvidas na sua principal obra, *O Leviatã*, título que, evocando o monstro marinho que consta do Antigo Testamento, faz referência ao poder delegado pelos homens a um Estado. Podemos dizer que Hobbes é partidário de um governo forte que reprime violentamente aqueles que não se adéquam à ordem social:

A única forma de constituir um poder comum, capaz de defender a comunidade das invasões dos estrangeiros e das injúrias dos próprios comuneiros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio trabalho e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda a força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade. [...] Esta é a geração daquele enorme Leviatã, ou antes – com toda reverência – daquele deus mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa. (HOBBS, 2006)

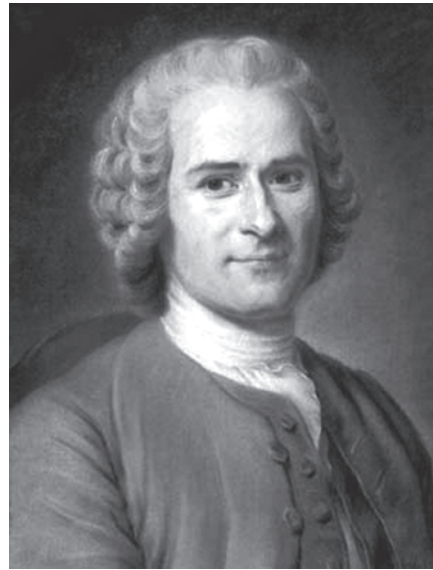
Outro pensador inglês já não via a espécie humana de uma forma tão pessimista: para John Locke (1632-1704), os homens nascem iguais, mas se diferenciam por meio do trabalho. Então, para que todos tivessem segurança, o governo foi instituído por um contrato. No entanto, esse governo deveria obedecer a alguns preceitos fundamentais – como a vida, a propriedade e a liberdade. Por isso Locke foi considerado um dos precursores do liberalismo, tendo influenciado os pensadores do século XVIII e inspirado tanto a Constituição dos Estados Unidos da América como a Declaração dos Direitos do Homem, promulgada durante a Revolução Francesa (1789-1799). No entanto, na sua obra mais importante, *O Segundo Tratado sobre o Governo*, Locke estabelece entre as premissas de um governo constitucional que só pode governar aquele que estiver livre do trabalho das mãos, assegurando-se, assim, um governo feito por poucos.



Retrato de Thomas Hobbes. John Michael Wright. Londres. National Gallery.

Domínio público.

Ainda um outro pensador que influenciou bastante as teorias políticas foi Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). No seu livro *O Contrato Social*, esse filósofo genebrino definiu, no seu principal livro, as bases de uma democracia radical, pautada na vontade geral e na representação direta, isto é, cada cidadão representa a si mesmo. Ele acreditava que o homem é naturalmente bom, mas a sociedade o corrompe, e por isso é necessário um contrato social para trazer novamente a bondade natural, e o melhor meio para tanto é a democracia, na qual todos teriam os mesmos direitos e deveres e ninguém se imporia sobre os outros. Os revolucionários franceses de 1789 utilizaram muito as ideias de Rousseau, que também foram fonte inspiradora dos movimentos republicanos do século XIX.



Domínio público.

Retrato de Jean-Jacques Rousseau, 1753.  
Maurice-Quentin La Tour.

## Democracia e liberalismo

Em 14 de julho de 1789, eclodiu a Revolução Francesa, que foi o resultado de um desenvolvimento de forças sociais na França durante todo o século XVIII. Muito se fala sobre o papel do Iluminismo<sup>3</sup> na Revolução, porém as ideias filosóficas somente coroararam práticas sociais. Muitos indivíduos, sentindo que o poder real já não tinha tanta influência sobre a vida, questionavam o papel da nobreza.

Assim, o papel do rei na sociedade foi questionado e sempre havia quem lembrasse que, na França, a origem da realeza estava na eleição, quer dizer, o rei era eleito entre os francos<sup>4</sup>. Por isso se deixou de acreditar no poder divino dos reis, que passaram a ser tratados como simples mortais que exerciam o cargo de monarca.

Porém, o que muitos revolucionários desejavam era instaurar um regime republicano, ou seja, um regime político no qual os cidadãos passariam a ter representação e voz ativa nas decisões do Estado. Essa posição foi considerada radical na medida em que muitos Estados europeus ainda eram absolutistas; impor ao rei uma constituição e a participação dos súditos era retirar o seu poder, e isso era algo inaceitável, de modo que os reis iniciaram uma reação contra os revolucionários franceses.

<sup>3</sup> O Iluminismo foi um movimento político, filosófico e científico que propunha o estudo sistemático da realidade. Segundo os filósofos iluministas, havia superstição em todos os aspectos da vida, sendo necessário afastar a superstição para que a razão imperasse. A oposição a toda forma de tirania rendeu perseguições a alguns dos participantes. Pode-se considerar que Locke e Rousseau foram fonte de inspiração do movimento.

<sup>4</sup> Os francos eram um dos povos bárbaros que invadiu o Império Romano por volta do século V. Eles se estabeleceram na Gália, onde fica a França hoje, e entre os seus costumes estava o de eleger um chefe guerreiro. Com a utilização do vocábulo latino *rex*, esse chefe guerreiro passou a ser chamado *rei*.

Durante a década de 1790, a França passou a ser atacada por vários reinos. Entre outros, Inglaterra, Áustria, Prússia e Espanha não queriam que os ideais republicanos e constitucionais se espaliassem pela Europa. Os exércitos revolucionários logo conheceram um líder em Napoleão Bonaparte (1769-1821), sob cuja liderança os franceses conheceram várias vitórias e conseguiram derrotar os exércitos reais. Como havia muita turbulência nos governos revolucionários, Bonaparte foi chamado para formar um triunvirato<sup>5</sup> e governar a França. Em 1799, ele assumiu o governo sozinho e em 1804 coroou a si mesmo como imperador.

Ao mesmo tempo, continuou a expansão dos domínios franceses. Bonaparte invadiu países e destronou reis, nos seus lugares colocando parentes, como ocorreu com a Espanha. É interessante notar que Napoleão considerava que estava levando aos reinos europeus os ideais da Revolução Francesa, mas logo as populações locais perceberam que, na realidade, seus países estavam sendo invadidos. Dessa forma, como um movimento reverso, surgiram movimentos nacionalistas e também republicanos contra Napoleão.

O exército de Napoleão sofreu uma derrota fragorosa imposta pela Rússia, enfraquecendo-se. Logo, uma coalizão derrotou Napoleão de modo definitivo, impondo-lhe o exílio. Em 1815, as nações vitoriosas impuseram a restauração, isto é, o retorno dos reis destronados, inclusive na própria França.

No entanto, movimentos republicanos apareceram por toda parte. A burguesia, que os apoiava, esperava que eles adotassem o liberalismo (doutrina político-econômica que prega a livre circulação de bens e produtos), defendessem o estabelecimento de uma democracia seletiva, na qual somente aqueles que tivessem determinada renda anual pudessem participar, excluindo um grande número de pessoas. Porém, no movimento republicano havia elementos mais radicais, que se dividiram em dois grupos, ambos lutando contra a monarquia absoluta: nacionalistas e socialistas. O movimento nacionalista e o movimento socialista ganharam importância a partir da Revolução Francesa.



*Napoleão no seu Trono Imperial, 1804. Jean Auguste Dominique Ingres.*

Domínio público.

<sup>5</sup> *Triunvirato* é uma forma de governo em que o Executivo está dividido entre três pessoas e todas as decisões devem ser unânimes.

# Nacionalismo e socialismo

Os movimentos nacionalistas afirmavam que a nação está acima dos reis e dos déspotas<sup>6</sup>, pois ela é o resultado de forças históricas que têm como base o próprio povo e mesmo os reis devem cumprir o papel que essas forças históricas determinam.

Os movimentos nacionalistas foram os maiores responsáveis pelo surgimento do folclore, das línguas nacionais e também das literaturas nacionais. Entendia-se que literatura, folclore e língua eram manifestações típicas de cada povo. Disciplinas como a História, a Antropologia, a Geografia, a Literatura e a Filologia acabam sendo encarregadas de estudar as especificidades de cada povo.

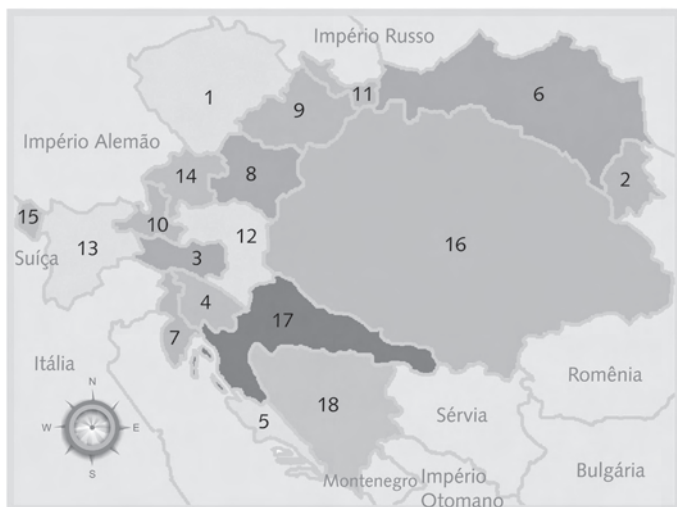
Durante o século XIX, o nacionalismo, que inicialmente era radical (muitas vezes sendo republicano e constitucional), passou a ser cada vez mais xenófobo (contra outros povos). Tornou-se contrário a outras formas políticas, vindo a ser violento e autoritário. Esse foi o caso em Viena, no final do século XIX, quando o político Georg von Schönerer (1842-1921) transformou “uma tradição da velha esquerda numa ideologia da nova direita: ele metamorfoseou o nacionalismo democrático *grossdeutsch* em um programa racista” (SCHORSKE, 1990, p. 141). Isto é, o nacionalismo constitucional foi convertido em um programa antissemita. Essa é uma das marcas do nacionalismo no final do século XIX: a exclusão daqueles que não fazem parte de uma comunidade pretensamente histórica.

Esses movimentos nacionalistas inspiraram dois grandes acontecimentos: as guerras das nações europeias e a busca por territórios em áreas coloniais, como veremos logo adiante. Vejamos o caso do Império Austro-Húngaro, que não era formado por uma nação, mas por várias – a Áustria, a Hungria, a República Tcheca, a Eslováquia, a Croácia, a Bósnia e a Eslovênia formavam o Império Austro-Húngaro e, como se pode observar no mapa, eram diversas nacionalidades que se opunham ao domínio de Viena. Nessas regiões, surgiram movimentos nacionalistas que eram patrocinados por outras nações europeias, as quais desejavam aumentar a sua área de influência em detrimento da Áustria.

---

<sup>6</sup> Déspota ou tirano é um governante que exerce sua autoridade de maneira arbitrária ou absoluta.





IESDE Brasil S.A.

1. Boêmia
2. Bucovina
3. Caríntia
4. Carniola
5. Dalmácia
6. Galícia
7. Litoral Adriático
8. Baixa Áustria
9. Morávia
10. Salzburgo
11. Silésia
12. Estíria
13. Tirol
14. Alta Áustria
15. Vorarlberg
16. Hungria
17. Croácia e Eslovênia
18. Bósnia-Herzegovina

Países e nacionalidades que compunham o Império Austro-Húngaro.

Os conflitos nacionalistas acabaram por ser o estopim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A Rússia apoiava os sérvios na sua luta por tomar áreas da Áustria, que, por sua vez, tinha na Alemanha a sua principal aliada. A agressão austríaca contra nacionalistas sérvios desencadeou a reação da Rússia. A França e a Inglaterra eram aliadas dos russos e logo se formaram dois blocos beligerantes: Alemanha, Áustria e Itália contra Inglaterra, França e Rússia. E assim eclodiu uma sangrenta guerra que redefiniu o mapa europeu.

Outro movimento que ganhou importância no século XIX foi o socialismo. Após a Revolução Francesa, surgiram várias correntes que pregavam um modo de vida completamente diferente. Muitos deles se baseavam em uma visão romântica do passado medieval, acreditando que naquele tempo as pessoas viviam de modo mais simples e mais igualitário. Desejavam um retorno ao *holismo*<sup>7</sup> e por isso lutavam contra a sociedade de classes.

Dentre as correntes socialistas, destacamos três.

> **Socialismo utópico** – segundo Karl Marx (1818-1883), os pensadores dessa corrente não conseguiam formular uma teoria social que desse uma razão histórica para o socialismo. Para ele, o que a corrente propunha era uma utopia no sentido de ser uma quimera, uma ilusão, pois o socialismo dependeria da boa vontade das pessoas.

<sup>7</sup> Podemos chamar de *holismo* a situação em que uma sociedade se concebe como um todo, não havendo necessidade de se afirmar a individualidade das pessoas.

- **Socialismo científico** – a segunda corrente foi nomeada pelo próprio Marx de científica e é a teoria que ele mesmo propunha. Para Marx, a sociedade futura seria socialista, pois as leis históricas levariam a humanidade para esse estágio. Muitos movimentos operários foram influenciados pelas teorias de Marx, inclusive os revolucionários russos.
- **Anarquismo** – um dos seus principais líderes foi Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), para quem o ser humano só poderia viver livremente se acima dele não houvesse poder algum. Por isso Proudhon pregava a *anarquia*<sup>8</sup>. Muito influente no meio operário de então, o movimento anarquista foi sério concorrente do marxismo, que ganhou preponderância apenas com a vitória dos *bolcheviques*<sup>9</sup> na Revolução Russa.



Domínio público.

*Proudhon e suas Filhas*, 1865. Gustave Courbet.

O socialismo adentrou o século XX embalado principalmente pelos movimentos operários em vários países, vindo a se tornar uma forma de governo após a Revolução Russa de 1917. Muitos países acabaram adotando o regime, que passou a ser mais conhecido com o nome de *comunismo*.

## Imperialismo e Estado

O nacionalismo do século XIX também suscitou ações por parte dos governos. Necessitando de um fortalecimento do Estado e também da economia, as nações mais

<sup>8</sup> *Anarquia* é uma palavra de origem grega e significa "sem governo".

<sup>9</sup> Os bolcheviques ("majoritários") eram integrantes do Partido Operário Social-democrata Russo e a eles se opunham os *mencheviques* ("minoritários"). Os termos foram dados pelos próprios bolcheviques, que em verdade não tinham a maioria no partido, mas tomaram o poder por força das armas em outubro de 1917 e se tornaram governo na Rússia e depois na chamada União Soviética.

industrializadas da Europa logo se voltaram para as antigas áreas coloniais. África, Ásia, América do Sul e América do Norte passaram a ser alvo de disputas entre as nações. As áreas de menor densidade populacional nativa (como Canadá, Austrália e Nova Zelândia) tornaram-se áreas de colonização, com as populações locais sendo dominadas e se instaurando governos estendidos da própria metrópole (a Inglaterra no caso de Canadá, Austrália e Nova Zelândia). Em áreas de densidade populacional e com civilizações mais antigas, a ocupação foi militar, havendo subjugação da elite local, transformada em auxiliar da administração colonial.

De modo geral, isso aconteceu na Índia, partes da China, África, Indochina (antiga área que abrangia os atuais Camboja, Vietnã e Laos), Indonésia, entre outros locais. As elites serviam como uma espécie de amortecedor entre as populações dominadas e a metrópoles imperiais, e esses países dominados passavam a integrar um império.

Justificava-se essa expansão imperial pelas teorias raciais então em voga na Europa; naquele momento, produziu-se a crença (baseada em falsos dados científicos) de que a raça branca europeia era superior às outras e por isso as dominava. Essa superioridade era pautada nas recentes descobertas do naturalista Charles Darwin (1809-1882) a respeito da evolução das espécies. Esse cientista inglês desenvolveu a teoria de que as espécies animais evoluem adaptando-se ao meio natural – e assim apenas as espécies mais aptas sobrevivem. Em uma distorção dessa teoria, antropólogos passaram a acreditar que a raça branca era a que “melhor se adaptou” ao meio e por isso tinha progredido, ao passo que as outras raças eram sobrevivências do passado humano e estavam fadadas a refazer todas as etapas que os brancos já atravessaram, ou então perecer.

Por isso, o domínio colonial apresentava-se como um processo civilizatório, mas na realidade era um processo de pura exploração econômica e imposição de poder por parte das metrópoles. Para manter o domínio, as metrópoles europeias exportavam seu aparato repressivo e impunham formas de governo completamente diferentes dos costumes locais e da cultura nativa.

Assim, a humanidade se cindia em duas: os brancos (europeus e norte-americanos) e o resto. Mesmo nas áreas coloniais, os brancos eram tratados de modo diferenciado dos nativos. As leis eram aplicadas na sua inteireza em se tratando dos nativos, ao passo que os brancos se beneficiavam do beneplácito legal. Um branco assassinar um nativo não tinha o mesmo peso nem a mesma medida se ocorresse o contrário.

Dessa forma, havia uma contradição: enquanto na metrópole imperavam leis igualitárias para tratar os cidadãos, nas colônias o aparato repressivo e legal criava uma clara distinção entre nativos e colonos. O chamado “processo civilizatório” exportava não a democracia e o liberalismo vigentes nas metrópoles (França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos), mas a ditadura, impondo leis e oprimindo a população local,

obrigada a fornecer mão de obra e matéria-prima para as populações metropolitanas, em uma clara transferência de riquezas.

Porém, como um bumerangue, a ditadura fez surgirem nas colônias movimentos separatistas e de independência que a princípio se pautavam nos ideais da Revolução Francesa, para, em seguida, tomarem por base as teorias socialistas. Movimentos nacionalistas de independência viram no marxismo uma teoria que poderia se contrapor à intensa exploração a que as metrópoles submetiam as colônias. Ou seja, tomaram por base uma teoria política europeia para se opor ao domínio de nações da Europa.

Isso foi possível porque a dominação não era somente política e cultural, mas também econômica. Nas colônias, a classe trabalhadora estava submetida a uma dupla exploração: das empresas coloniais e da metrópole. Naquele momento, o marxismo era a teoria política que melhor respondia aos anseios de liberdade e justiça social sonhados pelos nacionalistas de esquerda.

Um grande número desses grupos se autoproclamou “Movimento de Libertação Nacional” ou “Frente de Libertação Nacional”. Para exemplificar, citamos alguns: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN), Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), Frente Nacional de Libertação do Vietnã (FLN), entre outros. E, como esses movimentos utilizavam a teoria marxista, muitas das antigas colônias se tornaram, ao alcançarem a independência, países comunistas.

## Totalitarismo

No final do século XIX, a Europa vivia uma febre nacionalista. As potências buscavam ampliar as suas áreas coloniais, o que resultava em conflitos entre essas potências em muitas regiões do planeta. Acordos frágeis eram feitos enquanto os países ampliavam seus arsenais militares. Por exemplo, a China era alvo de várias nações que, na impossibilidade de uma delas impor o seu domínio, resolveram repartir o país em áreas de influência. O mesmo ocorreu com a África: em 1884, na Conferência de Berlim, as nações europeias decidiram repartir o continente e, sem preocupação com as populações locais, as potências dividiram muitas regiões traçando linhas com régua e caneta sobre um mapa.



Além disso, muitos indivíduos engajados nos exércitos coloniais cultivavam um sentimento que não conheciam nos seus lugares de origem. Recrutados entre as classes mais baixas, eles eram desprezados nos seus países, porém se sentiam superiores nas colônias. Muitos desenvolveram sentimentos nacionalistas extremamente contrários aos da classe dominante que permaneceu na metrópole e isso os levou a se sentirem mais nacionais que essa elite que os desprezava.

Essas experiências coloniais e a Primeira Guerra Mundial tiveram um efeito forte na forma de fazer política nos anos 1920 e 1930 na Europa. Surgiram movimentos extremistas – entre eles o chamado *fascismo*<sup>10</sup>. Esses movimentos de nacionalismo extremado se opunham ao comunismo, o socialismo e o liberalismo, considerados sinais da decadência e do antinacionalismo. Os militantes fascistas buscavam inspiração nas formações militares, mesmo porque muitos deles pertenceram aos exércitos que lutaram na Primeira Guerra e em áreas coloniais. Rapidamente, esses movimentos se fortaleceram e se expandiram, em grande medida graças à crise da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929<sup>11</sup>.

Esse é o caso do nazismo. O Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, ou simplesmente Partido Nazista, pregava a superioridade da raça germânica sobre as outras. Para esse partido, a derrota na Primeira Guerra e a perda das colônias se deu como decorrência de ações de políticos liberais, comunistas e judeus. Segundo o delírio nazista, os judeus almejavam um domínio mundial e por isso era preciso lutar contra eles, mesmo porque, nesse mesmo delírio, eles eram de uma raça inferior.

Os nazistas alcançaram o poder na Alemanha em 1933 e impuseram um regime totalitário, um regime que, para além da ditadura, desejava controlar o pensamento da população. Em uma ditadura há repressão a qualquer movimento contestatório, mas ainda é possível pensar diferentemente do governo, embora não se possa expressar esse pensamento. Já no totalitarismo, o regime deseja mudar o pensamento. Existia apenas uma verdade para os nazistas: a verdade do partido. Pensar de modo diferente significava estar a favor dos inimigos do povo alemão, logo quem pensava diferente devia ser eliminado.

Foi com base nessas crenças que a Alemanha foi lançada em uma outra guerra, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Os nazistas desejavam expandir o seu domínio sobre todos os povos que consideravam germânicos e submeter os povos que consi-

<sup>10</sup> Alguns atribuem o termo *fascismo* à palavra latina *fascis*, que designava o símbolo usado por magistrados e significava o poder.

<sup>11</sup> A crise da Bolsa de Valores de Nova York, também conhecida como *crack* da Bolsa ou Quebra da Bolsa, foi vertiginosa queda do valor das ações das empresas norte-americanas. Com a queda no valor, muitas empresas se viram em estado de falência, criando um efeito dominó no mercado. Logo, as bolsas em todo mundo também entram em crise e as economias se fragilizaram. Milhões de pessoas se viram desempregadas do dia para a noite, causando uma enorme queda da economia mundial.

deravam inferiores, como os eslavos. Também queriam eliminar os judeus dessa pátria germânica, criando uma raça que dominaria todas as outras.



Dominio público.

Mussolini e Hitler em 1934. Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.

A Inglaterra e a França se opuseram ao projeto nazista e passaram a ser atacadas pelo exército alemão. Em 1941, os Estados Unidos foram envolvidos nesse conflito, que alcançou todas as partes do planeta.

A guerra durou seis anos e seu resultado foi a derrota total da Alemanha e de seus aliados – Japão e Itália. A partir disso, o mundo foi polarizado em torno de duas superpotências vencedoras da guerra: Estados Unidos e União Soviética, iniciando-se um novo período na história mundial, a guerra fria.

## Texto complementar

O texto que segue é um extrato do livro de Johan Huizinga e apresenta um painel da mentalidade dos homens no fim da Idade Média. A partir desse texto podemos compreender um pouco o que seria uma sociedade holística.

### O teor violento da vida

(HUIZINGA, s/d, p. 9-26)

Para o mundo, quando era 500 anos mais novo, os contornos de todas as coisas pareciam mais nitidamente traçados do que nos nossos dias. O contraste entre o

sofrimento e a alegria, entre a adversidade e a felicidade, aparecia mais forte. Todas as experiências tinham ainda para os homens o caráter direto e absoluto do prazer e da dor na vida infantil. [...]

As calamidades e a indignação eram mais aflitivas que presentemente; era mais difícil proteger-se contra elas e encontrar-lhes o alívio. A doença e a saúde apresentavam um contraste mais chocante; o frio e a escuridão do inverno eram males mais reais. Honrarias e riquezas eram desejadas com mais avidez e contrastavam mais vividamente com a miséria que as rodeava. Nós, hoje em dia, dificilmente compreendemos a que ponto eram então apreciados um casaco de peles, uma boa lareira aberta, um leito macio ou um copo de vinho.

Então também todas as coisas na vida tinham uma orgulhosa ou cruel publicidade. Os leprosos faziam soar os seus guizos e passavam em procissões, os mendigos exibiam pelas igrejas as suas deformidades e misérias. Cada ordem ou dignidade, cada grau ou profissão, distinguia-se pelo traje [...] O amante usava as cores da sua dama; os companheiros, o emblema da sua fraternidade; os domésticos e servos, os emblemas ou brasões dos seus senhores. Entre a cidade e o campo o contraste era igualmente profundo. Uma cidade medieval não se perdia em extensos subúrbios, fábricas e casas de campo; cercada de muralhas, erguia-se como um todo compacto, erigida de torres sem conta. Por mais altas e ameaçadoras que fossem as casas dos nobres ou dos mercadores, a massa imponente das igrejas sobressaía sempre no conjunto da cidade [...]

Um som se erguia constantemente acima dos ruídos da vida ativa e elevava todas as coisas a uma esfera de ordem e serenidade: o ressoar dos sinos. Eles eram para a vida quotidiana os bons espíritos que, nas suas vozes familiares, ora anunciavam o luto, ora chamavam à oração. Eram conhecidos pelos seus nomes: a grande Jacqueline, o sino de Rolando. Toda a gente sabia o significado dos diversos toques que, apesar de serem incessantes, não perdiam o seu efeito no espírito dos ouvintes [...]

As frequentes procissões eram também um contínuo motivo de piedosa agitação. Quando os tempos eram difíceis, como frequentemente sucedia, viam-se serpentear as procissões, dias seguidos, durante semanas [...]

Havia também a chegada dos príncipes, ataviados com todos os recursos da arte e do luxo próprios da época. Por fim, ainda mais frequentemente, quase pode dizer-se ininterruptamente, havia as execuções. A cruel excitação e a rude compaixão suscitadas por uma execução constituíam uma importante base do alimento espiritual do povo. Eram espetáculos nos quais se continha uma moral. Para crimes







## Gabarito

1. Uma sociedade holística é aquela em que os indivíduos agem e vivem de acordo com as normas estabelecidas pelo grupo, isto é, o indivíduo se vê como parte de um todo e procura ser igual aos outros.
2. Rousseau acreditava na democracia direta, na qual os homens, em igualdade, poderiam restaurar a bondade natural do homem.
3. Os europeus acreditavam que eram superiores aos outros povos e essa crença era parcialmente baseada nas teorias de Darwin, segundo as quais apenas os mais aptos vencem as condições adversas. Esse pensamento justificou a expansão imperial e o estabelecimento do domínio europeu em vários locais do mundo.

## Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 2003.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Rideel, 2006.

HUIZINGA, Johan. **O Declínio da Idade Média**. Lisboa: Ussiléia, s/d.

SCHORSKE, Karl. **Viena Fin-de-Siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. **Viena Fin-de-Siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



# O Iluminismo e a era das revoluções

## As revoluções científicas dos séculos XVII e XVIII

Vamos estudar agora uma das maiores manifestações do espírito humano – o Iluminismo, que foi um ponto-chave na história das sociedades ocidentais. O pensamento científico, filosófico, político e cultural do Ocidente é herdeiro desse movimento que teve o seu ponto culminante na França no século XVIII.

No entanto, é necessário retroceder um pouco para entender como esse pensamento se constituiu.

Nos séculos precedentes, a forma de pensar a vida era totalmente diferente. No século XVI, nada indicava que o pensamento científico iria se desenvolver e ganharia os contornos atuais – muito pelo contrário. Para os “cientistas” daquele século, o mundo era como um livro codificado. Eles acreditavam que em todas as coisas Deus tinha gravado mensagens cifradas que deveriam ser desvendadas.

Porém, eles sabiam que isso não era fácil. Mas como, de uma maneira inferior, a Terra reproduzia o céu, então tudo o que existia possuía uma correspondência. Segundo as crenças desses “cientistas”, o próprio corpo humano encontrava correspondência em tudo na natureza: os olhos se assemelhavam às estrelas; os ossos, aos minerais; as unhas e os cabelos, às plantas; a carne, aos animais – e assim por diante. Para compreender o homem, devia-se olhar para o universo. Os astros indicavam os caminhos da vida, as sementes mostravam o interior do corpo, as plantas cicatrizavam... A vida era toda feita de semelhanças.

Era como se o mundo se duplicasse: tudo teria o seu correspondente em outro lugar. Para essa forma de pensar, o importante era descobrir onde estavam as semelhanças, e por isso o mundo era um livro que devia ser lido.

Na busca da semelhança, os cientistas se perguntavam se a semelhança era suficiente. Ou será que ela representa algo, um objeto que não está lá? Essa era uma questão importante para o século XVII, pois estava se descobrindo que a naturalidade dos objetos poderia estar inscrita nos próprios objetos e não em algo que está fora deles.

Essa nova formulação modifica completamente o quadro do que poderíamos chamar de *pensamento científico*. Há uma ordem natural nas próprias coisas – pelo menos essa é a crença no século XVII. Abandona-se a semelhança pela ordem. O melhor exemplo disso é o pensamento cartesiano.



Domínio público.

Um cientista colecionando insetos e outros animais. *Dell'Historia Naturale di Ferrante Imperato*, 1599. Nápoles. Biblioteca Universitária de Liège.

A ordem das coisas não está mais inscrita nas semelhanças e sim no pensamento – é o *cogito* (o pensamento) que ordena e encontra as correspondências. E essa não foi uma evolução de um pensamento a outro, mas uma mudança completa, uma nova forma de pensar o ser e o mundo. Poderíamos dizer que se deixou de observar as coisas de fora para buscá-las por dentro. Por isso das semelhanças se deriva para a ordem, que está no interior das coisas.

Essa mudança implica também uma outra visão do ser humano. O lugar do homem na sociedade estava marcado pelo nascimento – isto é, pela exterioridade –, ele era identificado pelo lugar e a classe em que nasceu, pela ordem a que pertencia. Isso era suficiente para definir o que era aquele indivíduo.

No entanto, em uma sociedade que, por exemplo, começa a conhecer a mobilidade social trazida pela monetarização da economia, o lugar deixa de ter tanta impor-

tância e cede espaço para a posse, o ter. Aos poucos, os títulos, as profissões perdiam importância e isso se manifestava na sociedade de corte. As pessoas gravitavam em torno de príncipes e reis e a importância de cada um estava diretamente ligada à vontade do príncipe, o que não implicava diretamente a posse de títulos ou o nascimento, mas o que cada um podia oferecer à magnificência daquele que comandava a corte.

E na corte se desenvolviam relações cada vez mais sofisticadas, nas quais o saber ganhava destaque:

As cortes principescas do Renascimento tardio constituíram um lugar privilegiado para a eclosão e desenvolvimento da revolução científica [...] A corte é uma agregação de indivíduos em torno do príncipe, isto é, antes de tudo um homem de poder. Neste meio muito hierarquizado cada um acha o seu lugar em função do estatuto que o liga ao príncipe. O mecenato que este acorda aos artistas, aos letrados e aos cientistas participa da mesma lógica, essencialmente política. Os cientistas distinguidos do príncipe são clientes cujos talentos são utilizados em função do ideal da corte [...] ao lado de outras manifestações tais quais o ritual de corte, a etiqueta, o teatro, o espetáculo ou o mecenato artístico, a ciência de corte serve dentro de certa medida à propaganda política. (BLAY; HALLEUX, 1998, p. 44, tradução nossa)

A ciência da corte não era aquilo que poderíamos chamar de *sistemática*. O patrocínio se dava em termos de iniciativa individual, não existindo centros de formação, mesmo porque o aprendizado não era *escolar* no sentido moderno: era alimentado por iniciativas pessoais, principalmente dos príncipes. Somente na segunda metade do século XVII surgiram as Academias, a primeira em Londres (Royal Society) e a segunda em Paris (Académie des Sciences). Nessas primeiras academias, a ciência pôde ganhar algum caráter sistemático. Nelas, os debates se tornaram frequentes e o trabalho isolado de alguns aventureiros que se figuravam como cientistas pôde encontrar uma correspondência.

O debate trouxe à tona questões impossíveis quando o trabalho era isolado. É interessante notar que o conceito de *cientista* é nosso, pois não há uma palavra precisa para definir o que seria um pesquisador da época. Quem se aventurasse pela ciência não necessitaria se especializar, ao contrário: o critério era de ampliar o máximo possível o conhecimento, pois se a verdade está nos próprios objetos, o sábio deveria conhecer tudo o que um homem podia, isto é, ele seria físico, químico, matemático, filósofo, filólogo, astrólogo, músico, médico. Pelo menos a formação deveria abranger todas as áreas do conhecimento humano da época.

Isso ocorre porque, segundo o conceito de *ciência* dos séculos XVII e XVIII, o cientista buscava um sistema universal, quer dizer, uma única explicação para tudo, uma matéria única que pudesse dizer o que são todas as coisas que existem. Por isso muitos cientistas da época dispunham de uma ampla formação.

# A crise da consciência europeia

Como vimos, a ciência dos séculos XVII e XVIII não era *profissional* no sentido que vemos a conhecer nos séculos XIX e XX. Os cientistas do XVII e do XVIII eram especuladores assistemáticos que buscavam uma explicação total para o Universo, sem o rigor e a disciplina próprios do que entendemos por *ciência* em nossos dias.

No entanto, a discussão que mais marcou a ciência no período foi o debate entre os antigos e os modernos, conhecido como a Querela dos Antigos e dos Modernos. A discussão pode nos parecer pueril e enfadonha, pois aos nossos olhos essas são questões menores, porém ela foi fundamental para definir a mentalidade científica do século XVIII e a nossa própria:

Ela opôs pensadores de certo peso na época como Racine, La Fontaine, Boileau, do lado dos antigos, e Fontenelle, Perrault, Bayle e d'Aubignac, do lado dos modernos, para ficarmos apenas nos franceses. A questão principal era: os antigos eram superiores em sabedoria em relação aos modernos ou não? Até o século XVII, não havia uma clara percepção da distância entre os filósofos da Antiguidade e os contemporâneos e a noção de que eles eram superiores ainda estava muito presente. (JOANILHO, 2004, p. 71)

Para muitos pensadores, os filósofos da Grécia Antiga eram superiores em conhecimento; para outros, os contemporâneos sabiam mais porque haviam acumulado mais conhecimento. Para quase a totalidade deles, não havia uma noção clara da temporalidade, isto é, não havia a percepção (que temos hoje) de que o tempo passa e que ele pode ser cumulativo. Havia uma sensação de que os homens eram sempre os mesmos e não se fazia muita distinção entre passado e presente. Por isso a Querela dos Antigos e dos Modernos teve importância capital. Os modernos “venceram”. Entre os homens letrados, passou a existir a percepção de que se havia avançado mais que os filósofos da Antiguidade.

Em alguma medida, podemos perceber os sentimentos que se cruzaram na época:

Os antigos, os caros antigos: admiráveis modelos. Quando se dedicavam a escrever, sempre produziam nobres obras: os filósofos tinham dado ao mundo uma moral que o cristianismo só teve de completar; na ação, se comportaram como heróis; não fabulosos, como os Rolando e os Amadis, mas verdadeiros. De sorte que para escrever, para pensar e para viver, eles só tinham de imitá-los.

De repente (ao menos é assim que as coisas aparentavam) ímpios vieram, blasfemadores: os modernos, que derrubaram o altar dos deuses antigos. E eis que essa única palavra, *moderno*, tomou um valor inconcebível: fórmula mágica que conjurava a força do passado. Após ser timidamente moderno, foi-se de modo vaidoso, com um ar provocante. Abandonou-se o partido dos grandes mortos para se deixar ir à alegria, de longe fácil e insolente, de sentir em si o afluxo da jovem vida, mesmo efêmera: ama-se mais apostar no presente do que no eterno. (HAZARD, 1935, p. 26, tradução nossa)



Foi um passo importante: se o saber é cumulativo, então o pensamento científico pode se pautar nas experiências recentes e dar-lhes continuidade. Até então, não se acumulava o que se descobria. Por exemplo, um médico fazia estudos a partir dos textos de Hipócrates (460-377 a.C.). Se outro médico fizesse a mesma experiência, iria também buscar no médico grego os elementos necessários. Por isso, o conhecimento não se acumulava: simplesmente se ignorava experiências passadas para se dirigir aos textos originais. E assim se passava com todas as áreas do conhecimento.

A partir da noção de que o conhecimento se acumula, um cientista poderia tomar a experiência recente de outro pesquisador e dar continuidade. É por essa razão que a Querela dos Antigos e dos Modernos teve fundamental importância. O trabalho científico se tornou contínuo e não mais um constante retorno aos textos da Antiguidade clássica. Aos poucos o pensamento religioso perdeu importância no quadro científico, pois ele já não era a base da ciência, evidenciando uma crise de consciência. Assim se abriu caminho para uma noção particularmente cara para nós: a ideia de *progresso*.



Domínio público.

Página das *Tabulae Rudolphi* (1627), obra em que o cientista Johannes Kepler (1571-1630) homenageia seus predecessores.

## O Iluminismo

O Iluminismo é assim chamado por constituir um quadro de reflexão filosófica, científica, política, social e cultural que ainda não havia ocorrido na história da humanidade. Podemos compará-lo com o Renascimento, que, todavia, não foi sistemático ou, dito de melhor maneira, não havia por parte dos homens renascentistas a busca de um quadro sistêmico que desse conta de todo o conhecimento humano, como ocorreu na Europa do século XVIII.

A crise da consciência abriu o caminho, de modo que então bastava dar continuidade ao pensamento desenvolvido ao longo do século XVII – mas não sem percalços. Como vimos, a ideia de *ciência* é contemporânea, pertence ao século XIX. Alguns anos antes, aquilo que com tranquilidade chamaríamos de *magia* se misturava com a física,

a filosofia, a medicina, a astrologia, a química. Não havia uma clara separação entre o natural e o metafísico. Vejamos:

A progressiva separação entre ciência e teologia no século XVIII não libertou a ciência da ficção, visto que os cientistas tinham de invocar a imaginação para entender, e muitas vezes *ver*, os dados revelados pelos seus microscópios, telescópios, garrafas de Leyden, buscas de fosséis e dissecações. As observações científicas sobre seres e homúnculos falando dentro de pedras patentearam que o olho, por si só, não conseguiria decodificar a natureza, e os relatórios sobre asnos totalmente desenvolvidos, vistos através de microscópios em sêmen asinino, mostram que os instrumentos não aperfeiçoavam necessariamente a percepção [...]

No final do século, um dicionário jurídico permitiu-se algumas dúvidas sobre o caso de bastardia em que uma mulher declarava ter concebido um filho de seu marido, a quem não via há quatro anos, durante um sonho. “Supõe-se que a noite do sonho da dama de Aiguemerre era uma noite de verão, que sua janela estava aberta, seu leito exposto ao poente, sua coberta em desordem e que o zéfiro do sudoeste, devidamente impregnado de moléculas orgânicas de fetos humanos, de embriões flutuantes, tinha-a fecundado”. (DARNTON, 1988, p. 21)

Não havia muitas certezas sobre os processos naturais – quer fossem físicos, químicos, biológicos, sociais ou culturais – e por isso os homens do século necessitavam de instrumentos intelectuais para dar conta do que não era possível ser avaliado, medido, pesado e assim por diante.

Porém, isso não impediu que se desenvolvesse um pensamento social e político. Os iluministas sabiam que participavam da construção de um conhecimento e desejavam dar conta de tudo o que existia, incluindo o homem como ser social.

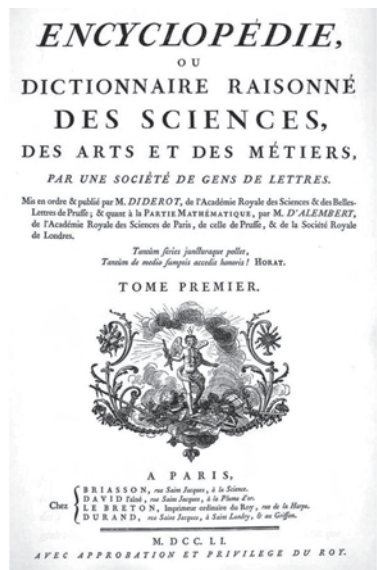
### Por que vivemos juntos?

#### Qual a melhor ordem política e social?

#### Como o ser humano pode ser feliz?

Questões como essas frequentaram muitos filósofos. As respostas eram variadas, mas sabia-se que parte delas proviria da forma como os homens se organizavam em sociedade.

Em primeiro lugar, estava o indivíduo, e isso era uma novidade em termos políticos. Até por volta do século XVII, o ser humano era pensado em termos coletivos. No século XVIII, ele passou a ser pensado de forma individual. Como satisfazer cada um e ao mesmo tempo a sociedade toda? Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), por exemplo, acreditava que isso era possível por meio da *vontade geral*, uma espécie de consciência coletiva à qual os indivíduos corresponderiam estabelecendo governos com representação direta. Outros achavam que bastava aos indivíduos somarem as suas opiniões para se obter o desejo da maioria.



Domínio público.

Capa da *Enciclopédia*, a obra que pretendia reunir, em alguns volumes, todo o conhecimento humano.

Logo, as monarquias estavam no centro das discussões. Evidentemente que a participação dos indivíduos nos governos ainda era uma ideia longínqua e sem sentido. De acordo com as antigas teorias políticas, os reis eram soberanos, ou melhor, eram os únicos que detinham o poder, que lhes fora outorgado por direito de herança e por vontade divina. O questionamento dessa percepção era duramente reprimido.

Não obstante, com o enfraquecimento do poder da Igreja para dirigir as consciências, principalmente dos letrados, essa teoria entrou em xeque. A Grécia se tornou um modelo e a palavra *súdito* foi sendo substituída por *cidadão*; enquanto a primeira indica sujeição, a segunda mostra uma pessoa ativa na condução dos negócios do Estado e do governo.

Os filósofos desejavam reformas para a ordem social:

Com efeito: as reformas foram pensadas como outras tantas respostas práticas às questões que ocupavam o Iluminismo: como definir e racionalizar a ordem social? Como mudar o homem, seu espírito e seu coração? A realização dos projetos de reforma incumbiria ao *poder esclarecido*; é claro que colocar tais esperanças nas reformas equivalia reconhecer implicitamente a *política como instância decisiva* de qualquer mudança social [...] Teorizando a política e revestindo-a de suas esperanças, os “filósofos” produziam a representação de um poder que, mediante seus atos, seria capaz de contribuir para todos os problemas sociais e mesmo morais com respostas tão firmes quanto racionais, o que não se tratava de qualquer Estado, mas daquele que seria o instrumento privilegiado da expansão do espírito esclarecido. Imaginava-se assim um poder que se apropriaria das ideias “filosóficas” e as poria em prática para reformar a sociedade. (BACZKO, 1989, p. 757)

O desejo de uma nova ordem social e uma nova humanidade animou os espíritos dos Iluministas, que no entanto não puderam ver que parte de suas ideias seria utilizada em um movimento político de grandes proporções ocorrido no fim do século XVIII – a Revolução Francesa.

## A Revolução Francesa

É difícil precisar o nascimento de um grande acontecimento como a Revolução Francesa, que já foi alvo de intermináveis discussões e não há um consenso sobre o que foi precisamente o seu caráter, mesmo porque, nos últimos anos ela se tornou novamente alvo de debate dos historiadores. Sabe-se que a Revolução Francesa mudou a forma de se pensar a política e os próprios governos, mas até que ponto esse era o desejo límpido dos primeiros revolucionários? Ela nasceu com a proposição de mudança ou foi um acontecimento fortuito como a maior parte dos eventos humanos?

Muitos historiadores colocam esse acontecimento quase como uma consequência do Iluminismo e do desenvolvimento da burguesia no século XVIII. Por sua vez, premida pela necessidade de mais acumulação, a burguesia era preterida pela nobreza

e pela falta de participação na política, logo pondo em movimento os ideais filosóficos do Iluminismo e fazendo a revolução. Essa fórmula foi a mais comum acerca do evento. No entanto, surgiram nos últimos anos questionamentos profundos.

Um desses questionamentos trata a Revolução como o resultado de acontecimentos aleatórios: a burguesia, especialmente a alta burguesia, já se encontrava devidamente alojada no aparelho do Estado e com seus ganhos garantidos, não havia a necessidade de desencadear um acontecimento de que não se teria certeza acerca do final. Antes de ser uma ideologia burguesa, o Iluminismo era uma ideologia dos aristocratas, pois a maior parte dos filósofos, cientistas e homens de letras participavam de círculos patrocinados pelos nobres, e muitos deles tinham essa origem.

Mas onde teria nascido a Revolução? Podemos dizer das práticas cotidianas. Antes da queda do *Ancien Régime* ou Antigo Regime (como a historiografia trata o período anterior), a nobreza e a monarquia já não usufruíam o respeito e a consideração dos súditos. Uma série de pequenos acontecimentos fez a realeza perder a aura de santidade e a intocabilidade. O rei e a rainha eram alvo de sátiras e panfletos, e também a nobreza era ridicularizada.

Ao mesmo tempo, a crise econômica também solapava o poder real. A França gastava mais do que arrecadava e uma parte do erário era para a manutenção dos privilégios aristocráticos, o que também foi um fator que agastou a população.

O Iluminismo também influenciou, mas não da forma apresentada pela historiografia – isto é, como ideologia de uma classe – e sim como um desencantamento em relação à ideologia da realeza e da Igreja. Os homens podiam pensar em solucionar os seus problemas por si mesmos, não precisavam mais esperar as benesses dos céus ou dos reis.



Domínio público.

Caricatura da época: o povo carregando a aristocracia e o clero.

Necessitado de recursos, o rei conclamou os estados gerais<sup>1</sup>, que, divididos em três ordens (aristocracia, clero e povo), não se entendiam. O terceiro estado (povo) queria o voto por cabeça, enquanto os outros dois queriam o voto por ordens. Sem acordo, o terceiro estado se rebelou.

<sup>1</sup> Os estados gerais eram a reunião de todos os corpos políticos do antigo regime, conforme três ordens: o clero, a nobreza e a burguesia.

Em 14 de julho de 1789, correu o rumor de que tropas reais iriam atacar o povo em Paris por causa da rebelião dos estados gerais. A população acorreu à prisão da Bastilha – que era um símbolo do poder absoluto da monarquia francesa – na esperança de conseguir armas e munições para se defender. Esse é o marco da Revolução.

Os acontecimentos degradingolaram rapidamente. Os estados gerais se transformaram em Assembleia Constituinte. Gabinetes (os gabinetes são uma espécie de governo coletivo) sucederam-se até a fuga do rei e a sua prisão. A execução do rei Luis XVI e da rainha Maria Antonieta abriu espaço para mais lutas pelo poder, até que com o diretório, em 1795, e em seguida com o consulado, a Revolução perdeu ímpeto para em seguida buscar certa institucionalização.

O militar Napoleão Bonaparte (1769-1821) deu um golpe de Estado e assumiu o poder sozinho em 1799. Em 1804, coroou a si mesmo como imperador.

Muito do que a Revolução apresentou como reivindicação foi institucionalizado – por exemplo, a Educação Básica se tornou obrigatória; o francês, língua nacional; escolas técnicas foram abertas e foi promulgado um código civil com base nas teorias iluministas. Conquistas da Revolução acabaram como modelo para o mundo todo.

## A Revolução Industrial

Todas essas ideias e acontecimentos encontraram expressão em um outro evento que marcou a história – a chamada Revolução Industrial, que, muito mais que uma revolução técnica, foi marcada por uma mudança nas práticas sociais, isto é, no fazer cotidiano das pessoas.

Até meados do século XVIII, trabalhar não era uma das atividades mais nobres do gênero humano. A ideia de que por meio do trabalho as pessoas poderiam se realizar e ter o que desejavam era restrita a um muito pequeno número de burgueses. Trabalhar ainda era visto com desdém pela aristocracia e como uma forma de penitência pela Igreja católica. Para obrigar as pessoas a trabalharem nas manufaturas, era preciso não só impor uma condição mas também mudar a mentalidade social. Vejamos:

Seja a palavra latina e inglesa *labor*, ou a francesa *travail*, ou grega *ponos* ou a alemã *Arbeit*, todas elas, sem exceção, assinalam a dor e o esforço inerentes à condição do homem, e algumas como *ponos* e *Arbeit* têm a mesma raiz etimológica que pobreza (*penia* e *Armut* em grego e alemão, respectivamente).

Essa transformação moderna do significado da própria palavra *trabalho*, em sua nova positividade, representou também o momento em que, a partir do século XVI, o próprio trabalho ascendeu da “mais humilde e desprezada posição ao nível mais elevado e à mais valorizada das atividades humanas, quando Locke descobriu que o trabalho era a fonte de toda a propriedade [...] e alcançou seu ponto culminante no ‘sistema de trabalho’ de Marx onde o trabalho passou a ser a fonte de toda a produtividade e expressão da própria humanidade do homem”. (DE DECCA, 1982, p. 7-9)

O historiador E. P. Thompson (1998) identifica essa mudança nas práticas sociais, no uso do tempo e nas pregações de pastores moralistas ingleses do século XVII e XVIII. O uso do tempo para as atividades cotidianas esteve ligado, em primeiro lugar, à natureza e, em segundo lugar, às próprias atividades. Preparar a terra, semear e colher dependiam das estações. Cozer, consertar ferramentas, tecer, entre outras coisas, dependia da disponibilidade e do tempo necessário para essas atividades.



Domínio público.

*Cloth Dressers*, 1814. George Walker: cortadores de tecido na indústria da lã. As tarefas não exigiam conhecimento dos trabalhadores.

No entanto, o tempo da manufatura é outro na medida em que não é regulado pelas próprias tarefas, mas pelo trabalho contínuo e não especializado. Contribuiu muito para essa mudança a difusão e o uso do relógio – a princípio como um enfeite em casa (como nos séculos XVI e XVII, com os relógios de parede) e depois como um instrumento para precisar as atividades do dia (como no século XVIII, com os relógios de bolso):

O pequeno instrumento que regulava os novos ritmos da vida industrial era ao mesmo tempo uma das mais urgentes dentre as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para impulsionar o seu avanço. O relógio não era apenas útil; conferia prestígio ao seu dono, e um homem podia se dispor a fazer economia para comprar um. (THOMPSON, 1998, p. 279)

Aliado ao processo fabril, o uso do tempo permitia o controle da produção, sincronizando tarefas e atividades. Mas o uso do tempo expressa uma mentalidade que havia mudado. Trabalhar não significava mais estar só submetido a alguém, mas era honrado e bom, pelo menos na visão de moralistas e pregadores, que achavam melhor uma pessoa estar em uma fábrica do que desocupado. Vejamos um moralista, que Thompson cita, escrevendo sobre um artesão:

Como o nosso tempo é reduzido a um padrão, e o ouro do dia cunhado em horas, aqueles que trabalham sabem como empregar cada unidade do tempo com real proveito em suas diferentes

profissões: e quem é pródigo com as suas horas esbanja na realidade dinheiro. Lembro-me de uma mulher notável, que tinha uma noção perfeita do valor intrínseco do *tempo*. Seu marido era sapateiro, excelente artesão, mas nunca prestava atenção aos minutos que passavam. Em vão ela tentou inculcar nele *que tempo é dinheiro*. Ele era brincalhão demais para compreender o que ela dizia, o que veio a ser a causa de sua ruína. (THOMPSON, 1998, p. 297)

Nesse aspecto, antes de ser uma mudança técnica no modo de produção de uma sociedade, a Revolução Industrial é uma mudança mental. Novos comportamentos com relação ao tempo, ao trabalho, à ciência. Enfim, a Europa passou por uma revolução nas mentalidades para que pudesse chegar à industrialização, à democracia e à ciência dos séculos XIX e XX.

## Texto complementar

Este texto nos ajuda a pensar sobre como se produzia ciência na Europa do século XVIII. As cartas foram um gênero literário, muitas vezes comunicando diretamente a alguém uma descoberta ou um novo conceito filosófico, e portanto devendo receber publicidade. Era como um diálogo público. A troca de correspondência permitia criar uma comunidade de letrados que podiam trocar suas experiências.

### Herdeira do humanismo

(BLAY; HALLEUX, 1998, p. 36-37, tradução nossa)

Herdeira do humanismo [...] a carta se mantém como um gênero literário. Mais leve que o tratado ou o discurso, permitindo atingir um grande público. Trata-se de uma falsa correspondência, na qual o destinatário está presente apenas na encenação do autor, mas não teve ocasião para se expressar [...] Pode-se ver a expressão de uma nova concepção de saber que procede da colaboração, da troca e da discussão. Esta carta-gênero, como também a carta dedicatória, recebe sua publicidade do próprio autor e não do destinatário. Ela deve ser lida do mesmo jeito que a obra [...]

O círculo de letrados que privilegiam a erudição e a filologia se abre aos novos cientistas que cultivam a ciência e a filosofia. O diálogo se estabelece não somente entre todos esses homens de saber, mais ainda entre especialistas dessa elite intelectual e amadores, homens cultivados que se apaixonam pela ciência em devir. Vê-se igualmente nascer a comunicação com os homens de arte, do médico ao engenheiro passando pelo químico e o geômetra. O conteúdo da correspondência se modifica profundamente, desliza em direção à ciência e à filosofia, mas também à prática. Como os gêneros se ombriam, do bilhete à longa carta elaborada, os assuntos mais





2. A Querela dos Antigos e os Modernos foi um debate que proporcionou:
- a) a tomada de consciência de que a ciência avançava.
  - b) o aprofundamento da crise do pensamento por causa da Igreja.
  - c) mais um debate entre tantos que ocorriam na Europa naquele momento.
  - d) o questionamento da noção aristotélica do indivíduo em um momento-chave da história.
3. Segundo o historiador E. P. Thompson, dois fatores que contribuíram para mudar a mentalidade acerca do trabalho no século XVIII foram:

---

---

---

---

---

---

---

---

## Gabarito

1. As cortes foram importantes porque os príncipes, em busca de prestígio, patrocinavam os cientistas. Dessa forma, a ciência pôde se tornar mais sistemática, já que os cientistas dispunham de um lugar para desenvolvê-la.
2. A
3. A noção de tempo útil e a pregação dos moralistas sobre o bem que trazia o trabalho.

## Referências

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 2003.
- BACZKO, Bronislaw. Iluminismo. In: FURET, François; OZOUF, Mona (Orgs.). **Dicionário Crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1989.
- BLAY, Michel; HALLEUX, Robert. **La Science Classique**. Paris: Flammarion, 1998.
- DARNTON, Robert. **O Lado Oculto da Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- DE DECCA, Edgar. **O Nascimento das Fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- HAZARD, Paul. **La Crise de la Conscience Européenne**. Paris: Boivin et Cie, 1935.
- JOANILHO, André Luiz. **O Corpo de quem Trabalha**: estratégias para a construção do trabalho. Londrina: Eduel, 1996.
- \_\_\_\_\_. Vico, o Tempo e a História. **Mediações**, Londrina, Edições Humanidades, n. 9, 2004.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.





# Movimentos sociais nos séculos XVIII e XIX

## Temporalidades sociais

Quando olhamos as nossas indústrias e empresas comerciais pensamos em quantos empregos oferecem e na circulação de riquezas que proporcionam. Acharmos absolutamente normal trabalhar e sustentar a nossa vida com a receita percebida, o fruto do nosso esforço. Dificilmente conseguimos imaginar que até pouco tempo trabalhar era algo que as pessoas desprezavam e eram obrigadas a fazer.

Pois era assim até o século XIX. O trabalho na indústria ou no comércio não era muito bem-aceito pelas pessoas e os trabalhadores eram obrigados a realizar extensas jornadas em péssimas condições. Nas fábricas do início do século XX, crianças de sete anos de idade tinham as mesmas jornadas e muitas vezes as mesmas tarefas que os adultos. Não havia proteção e nem horário. Despedia-se sumariamente um trabalhador, e sem direitos. Por tudo isso, trabalhar não era algo desejado pelas pessoas.

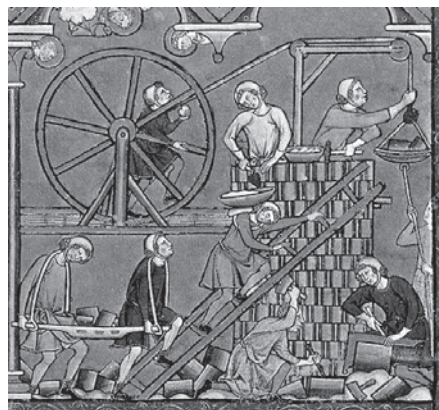
Cabe-nos refletir sobre os acontecimentos que permitiram a modificação da ideia do que seja trabalhar e das condições de trabalho.

Em primeiro lugar, não seria possível existir tantas atividades se também não existisse uma base econômica – o capitalismo. Por sua vez, essa base econômica, também não poderia existir se não tivesse de onde retirar a riqueza, isto é, o capitalismo não existiria se não houvesse o trabalho. Então retrocedemos no tempo e vamos até o final da Idade Média, período em que o capitalismo lançava as suas bases.

Devemos notar que até então havia um desprezo pelo ato de trabalhar, que era visto pela Igreja como uma forma de penitência – afinal, para ela, ao ser expulso do paraíso, Adão foi condenado, entre outras coisas, a trabalhar. Para a nobreza, as atividades superiores eram a guerra e a caça, enquanto o trabalho era desprezado, pois era uma atividade de camponeses e burgueses.

A própria palavra trabalho tinha conotação negativa: ela vem do latim *tripalium*, que quer dizer instrumento de tortura. Desde a Antiguidade, associava-se trabalho com penitência, como é o caso da Bíblia. Na Idade Média não era diferente. Trabalhar era algo que os clérigos e os nobres estipulavam para o resto da população. Mesmo nos mosteiros beneditinos, uma forma de os monges fazerem penitência era trabalhar com as mãos:

O sexto grau da humildade consiste em que esteja o monge contente com o que há de mais vil e com a situação mais extrema e, em tudo que lhe seja ordenado fazer, se considere mau e indigno operário, dizendo-se a si mesmo com o Profeta: "Fui reduzido a nada e não o sabia; tornei-me como um animal diante de Vós, porém estou sempre convosco". (SÃO BENTO, 2008)



Domínio público.

Canteiro de obras na Idade Média.

As regras são específicas sobre o momento do dia e o tipo de trabalho a ser feito:

Celebre-se a Noa<sup>1</sup> mais cedo, pelo fim da oitava hora, e de novo trabalhem no que for preciso fazer até a tarde. Se, porém, a necessidade do lugar ou a pobreza exigirem que se ocupem, pessoalmente, em colher os produtos da terra, não se entristeçam por isso, porque então são verdadeiros monges se vivem do trabalho de suas mãos, como também os nossos Pais e os Apóstolos. Tudo, porém, se faça comedidamente por causa dos fracos. (SÃO BENTO, 2008)

Porém, devemos fazer uma observação: o trabalho nos mosteiros era regulado pelas horas canônicas. Isso de certa maneira é bem interessante, pois o uso de horas para as tarefas acabou influenciando as horas de trabalho nas primeiras manufaturas, dos mercadores e dos artesãos:

[...] o mercador descobre o preço do tempo na mesma altura em que explora o espaço, pois para ele a duração essencial é a de um trajeto [...]

Tempo mensurável, mecanizado até, é o tempo do mercador, mas igualmente descontínuo, cortado por paragens, momentos mortos, afetado por acelerações ou atrasos [...] Nesta maleabilidade do tempo, que não exclui a inexorabilidade dos pagamentos, situam-se os lucros e as perdas, as margens de ganho ou de perda; aqui agem a inteligência, a habilidade, a experiência e a manha do mercador. (LE GOFF, 1979, p. 53-54)

Cada vez mais, o tempo do trabalho avançava sobre as pequenas aglomerações urbanas do fim da Idade Média. Os sinos marcam as horas laicas:

Mas o que o sino de trabalho ou a utilização do sino urbano para o trabalho traz de novidade é, evidentemente, a substituição de um tempo *factuel* que só episodicamente se manifesta por um tempo da igreja pelas horas *certaines* de que falam os burgueses de Aire. Tempo, não de cataclismo ou de festa, mas tempo do quotidiano, sistema cronológico que aprisiona, que enquadra a vida urbana. (LE GOFF, 1979, p. 68)

<sup>1</sup> Noa é equivalente à nona, isto é, a nona hora do dia que corresponde hoje às três horas da tarde.

Ao mesmo tempo em que se assiste ao avanço da marcação do tempo, há uma luta pela valorização do trabalho. Desprezado pelas elites e malvisto pelos camponeses e os artesãos, o trabalho passa a ser a marca da burguesia, mesmo porque é por meio dessa atividade que se pode adquirir riquezas e elevar-se na condição social:

Assim, pelo menos nas cidades têxteis, abate-se sobre elas um novo tempo, o tempo dos tecelões. Porque este tempo é o tempo do domínio de uma categoria social. É o tempo dos novos mestres. É o tempo de um grupo atingido por uma crise, porém numa conjuntura de ascensão social. (LE GOFF, 1979, p. 65)

Os nobres desprezavam o trabalho porque para eles existiam poucas formas de se obter riquezas: por herança, por vassalagem ou pela guerra.

Para a Igreja, o motivo do desprezo era outro: se a Bíblia condena as preocupações mundanas e o objetivo dos seres humanos é a salvação da alma, não deve haver apego às coisas da Terra. Ganhar dinheiro seria perder a alma segundo a lógica da Igreja da época.

Durante séculos, esses estigmas pesaram sobre os mercadores, que, a despeito de tais estigmas, continuavam na labuta e muitos desses mercadores alcançaram postos de destaques nas sociedades medievais. Então eles compravam títulos de nobreza e logo se viam de igual para igual com outros nobres.

Dessa maneira, a resistência ao trabalho foi cedendo espaço para a aceitação. E a Reforma religiosa deu o impulso necessário para uma mudança total.

A Reforma religiosa foi um movimento que questionou as práticas da Igreja católica. Martinho Lutero (1483-1546) iniciou a Reforma em 1517, quando se rebelou contra a venda de indulgências<sup>2</sup>, passando a pregar contra essa prática. Como não se retratou, foi excomungado, isto é, expulso da cristandade. Assim, Lutero passou a dirigir uma nova igreja, a luterana. Ele acreditava que além das boas obras o cristão deveria ter fé para atingir a salvação.

João Calvino (1509-1564) também quis modificar as práticas dos cristãos e lançou os fundamentos de uma nova igreja. Ele acreditava que além da fé havia a predestinação, isto é, Deus assinalaria o fiel que deveria ser salvo com uma vida de bem-estar e posses.

Os questionamentos de Lutero e Calvino logo ganharam o nome de *protesto* e seus seguidores foram chamados de *protestantes*. As suas posições tiveram ampla aceitação nos países nos quais o comércio era bem desenvolvido e a burguesia, forte. A burguesia foi a maior difusora do espírito protestante e essa tarefa foi facilitada pelo descontentamento das populações para com as práticas da Igreja católica – como a venda de indulgências e a nomeação de bispos e papas simplesmente por serem pessoas da nobreza.

<sup>2</sup> A indulgência, remissão total dos pecados, naquele momento eram vendidas com o objetivo de arrecadar fundos para o término da basílica de São Pedro em Roma.

Logo, o comércio e as manufaturas se viam desimpedidas das interdições da Igreja. Durante os séculos XV, XVI e XVII, os próprios governos passaram a impulsionar as atividades ligadas às manufaturas e ao comércio. A burguesia passou a ter um papel importante nos reinos e o trabalho passou por profundas mudanças.

## Industrialização e a formação do operariado

Todo esse processo de valorização do trabalho, de incorporação das horas contínuas nas manufaturas, não foi, porém, sem percalços. Houve muita resistência por parte dos trabalhadores – afinal, eles eram submetidos a degradantes condições de trabalho e de existência. Salários baixos, oficinas insalubres, periculosidade, trabalho infantil, extensas jornadas; tudo contribuía para que o trabalhador fosse tratado como o último elemento na escala social.

Em contrapartida, desde o início desse processo, os trabalhadores procuram resistir:

[...] de resto, este tempo novo cedo se torna motivo de renhidos conflitos sociais. Agitação social e emoções dos trabalhadores têm, daqui em diante, a finalidade de fazer calar os *Werkglocke*<sup>3</sup> [...]

Perante tais revoltas, a burguesia têxtil protege o sino do trabalho, tomando medidas mais ou menos drásticas [...] Mas, aqui, a questão do sino é bem evidente. Se os operários se apoderassem deste sino para com ele dar o sinal de revolta, as mais pesadas penas os atingiriam. (LE GOFF, 1979, p. 65-66)

As lutas em torno das horas de trabalho indicam não apenas uma forma de controle social sobre o tempo, mas também sobre o próprio trabalhar. Os empregadores buscavam cada vez mais transferir conhecimento dos artesãos para si e, dessa forma, controlar os trabalhadores – que, por sua vez, eram inseridos no universo do trabalho manufatureiro sem nenhuma formação.

A princípio, o trabalho era fornecido aos trabalhadores no que ficou conhecido como *putting-out system* (sistema de produção doméstica), pelo qual o empregador era muito mais um intermediário entre os produtores: ele contratava a lã com o criador e em seguida a levava para o fiandeiro, depois pegava os fios e os levava ao tecelão para, enfim, levar o tecido para o tingidor. Entrementes, os trabalhadores também cuidavam de outras tarefas, como plantar, cozer, consertar ferramentas etc. Isto é, para uma pessoa comum um dia de trabalho era cheio de tarefas variadas, que dependiam de condições climáticas e sazonais, como por exemplo o plantio.

No entanto, a produção manufatureira não pode depender dessa falta de sistemática, pois tempo é dinheiro. Aos poucos, o trabalho doméstico foi cedendo espaço para o trabalho dentro de oficinas montadas pelos empregadores e nas quais os trabalhadores se dedicavam a apenas uma tarefa.

<sup>3</sup> *Werkglocke*: "relógio de trabalho".



Isso provocou mais resistências na medida em que o trabalho era estafante e feito em péssimas condições, mas os empregadores precisavam de mão de obra. Na Inglaterra, por exemplo, o crescimento das manufaturas durante os séculos XVI e XVII foi concomitante com os *cercamentos*, quando os campos comunais foram tomados por grandes proprietários, privando os camponeses das terras comuns, onde podiam levar seus pequenos rebanhos para pastar, além de fazerem plantio. Sem meios de subsistência, muitos camponeses se viram forçados a migrar para as cidades em busca de trabalho.

Os empregadores, principalmente da indústria de tecidos, encontraram nesses migrantes a mão de obra necessária para implementar mudanças drásticas no processo de produção: a concentração dos trabalhadores em um mesmo local, constituindo-se, assim, um sistema de fábrica:

[...] seria possível enumerar pelo menos quatro razões importantes para o estabelecimento do regime de fábrica. Em primeiro lugar, os comerciantes precisavam controlar e comercializar toda a produção dos artesãos, com o intuito de reduzir ao mínimo as práticas de desvio dessa produção. Além disso, era do interesse desses comerciantes a maximização da produção através do aumento do número de horas de trabalho e do aumento da velocidade e do ritmo de trabalho. Um terceiro ponto muito importante era o controle da inovação tecnológica para que ela só pudesse ser aplicada no sentido de acumulação capitalista; e, por último, a fábrica criava uma organização da produção que tornava imprescindível a figura do empresário capitalista. (DE DECCA, 1982, p. 24)

Dessa forma, aos poucos o *putting-out system* cedeu lugar ao sistema de fábrica, ou seja, oficinas nas quais se concentram trabalhadores, mesmo porque:

O sistema de trabalho em domicílio (*putting-out system*) exigia muita busca, transporte e espera de materiais. O mau tempo podia prejudicar não só a agricultura, a construção e o transporte, mas também a tecelagem, pois as peças prontas tinham de ser estendidas sobre a rama para secar. (THOMPSON, 1998, p. 280)

Já nas oficinas, era bem diferente. Nelas, era possível parcelar as tarefas no processo de produção. É clássica a descrição de Adam Smith sobre o fabrico de alfinetes. Ele diz que dez operários não qualificados podem produzir 48 mil alfinetes por dia se dividirem as tarefas, enquanto dez operários qualificados não alcançariam a marca de 300 por dia se as tarefas não fossem divididas.

Essa é a importância da divisão do trabalho, que aparece em um momento crucial em que, forçados a procurarem trabalho nas manufaturas, os trabalhadores se viram compelidos a aceitar as imposições dos empregadores, recebendo em troca baixíssimas remunerações. Mesmo os recalcitrantes eram obrigados a se empregar: no início do século XVII, o governo inglês instituiu leis que impunham penas pesadíssimas às pessoas que fossem pegas sem trabalho. Pobres podiam ser marcados a ferro em brasa e serem obrigados a trabalhar nas galés, que eram embarcações compridas e estreitas que, apesar de possuírem duas velas acessórias, eram impelidas basicamente por remadores. Caso fossem reincidentes, os condenados podiam pegar penas duríssimas ou serem deportados para as remotas colônias. Também foram criadas as *workhouses*, locais de trabalhos forçados para as pessoas que fossem pegas sem trabalho.



Workhouse construída em 1780, em Nantwich, Cheshire.

Assim, um exército de mão de obra se tornou disponível para os primeiros proprietários de manufaturas, nas quais se puderam desenvolver técnicas próprias para o incremento da produção. Com a divisão do trabalho, grande quantidade de trabalhadores e também o domínio do saber produtivo, o final do século XVIII assistiu à introdução das máquinas, coroando um processo que ficou conhecido como Revolução Industrial.

## Disciplina fabril e movimentos sociais

A rigidez nas oficinas denotava a rigidez com que o governo inglês tratou a situação de pobreza vivida por parcelas da população. Leis contra a vadiagem foram promulgadas sob o eufemismo de Lei dos Pobres. Mas, para além das ações do governo inglês, havia um tipo de ação mais eficaz para impor a disciplina fabril: a moralização dos trabalhadores.

Vimos que até o fim da Idade Média e parte do período moderno, o trabalho era desprezado. Porém, as mudanças nas mentalidades acabaram alterando o quadro. A burguesia foi a primeira, e em seguida pregadores também viram no trabalho uma forma de moralizar uma população arredia, que não se dispunha a trabalhar com disciplina e regularidade. Reclamações eram constantes, principalmente contra costumes seculares e contra o ritmo irregular:

Este ritmo irregular é comumente associado com bebedeiras no fim de semana: a Santa Segunda-Feira<sup>4</sup> é alvo em muitos folhetos vitorianos sobre a temperança [...] Na década de 1790, *sir* Mordaunt

<sup>4</sup> A Santa Segunda-Feira (*Saint Monday, Saint Lundi, San Lunes*) era uma tradição europeia: os trabalhadores folgavam na segunda e muitos moralistas diziam que isso era por causa das bebedeiras de domingo. No entanto, era um costume e se aproveitava a segunda-feira para realizar tarefas impossíveis em outros dias, ou conforme o ditado francês reproduzido por E. P. Thompson: "*Le dimanche est le jour de la famille, le lundi celui de l'amitié* (o domingo é o dia da família, a segunda-feira, o da amizade)" (THOMPSON, 1998, p. 283).

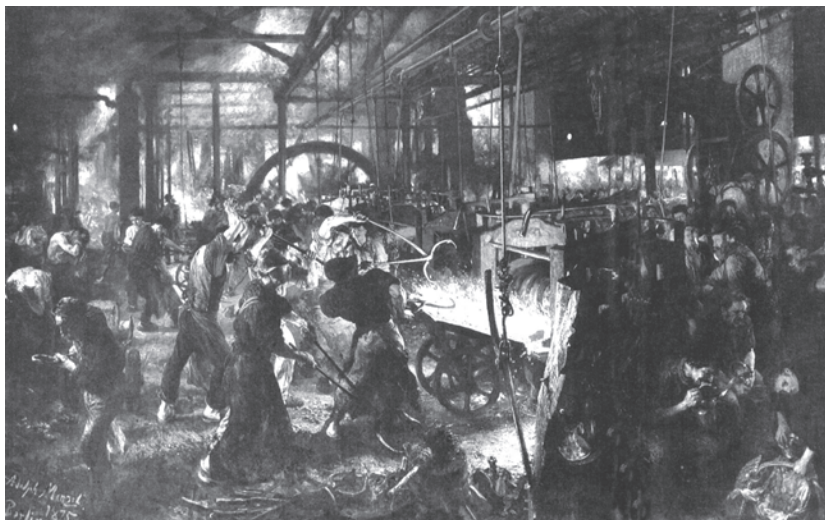
Martin desaprovou o recurso ao trabalho por empreitada que as pessoas aprovam, para não ter o trabalho de vigiar os seus empregados: o resultado é que o trabalho é malfeito, os trabalhadores se vangloriam na cervejaria do que eles podem gastar numa “mijada contra a parede”, criando descontentamento entre os homens com remunerações moderadas. (THOMPSON, 1998, p. 284)

Assim, durante o século XVII e XVIII se investiu contra esses costumes, procurando incutir a disciplina do trabalho sistemático entre os trabalhadores. Entretanto, os principais patrocinadores de tal disciplina não foram os patrões, mas os puritanos, isto é, pregadores de seitas protestantes que viam na ociosidade dos indivíduos uma atitude que favorecia o pecado. O caso da Igreja metodista foi exemplar: John Wesley, fundador dessa igreja, observou em uma brochura publicada em 1786 os benefícios de levantar cedo, pois “[...] tanto tempo entre os lençóis quentes, a carne é como que escaldada, e torna-se macia e flácida. Os nervos, nesse meio-tempo, ficam bem debilitados” (apud THOMPSON, 1998, p. 296).

E da moralização do tempo útil e do trabalho sistemático como benéfico passamos a outro momento, este que se deu no interior da fábrica. Na organização do trabalho, os empregadores passaram a exigir, cada vez mais, uma rígida disciplina nas tarefas. Vejamos as regras impostas pelo empresário Josiah Wedgwood por volta de 1780:

Aqueles que chegam mais tarde do que a hora determinada devem ser notificados, e se depois de repetidos sinais de desaprovação eles não chegam na hora devida, deve-se fazer um registro do tempo que deixaram de trabalhar, e cortar a quantia correspondente de seus salários na hora do pagamento, se forem assalariados, e, se forem pagos pelo número de peças feitas, devem ser mandados de volta, depois de frequentes avisos, na hora da primeira refeição. (apud THOMPSON, 1998, p. 291)

No entanto, todo esse processo não ficou sem resposta das pessoas que eram forçadas ao trabalho nas oficinas e logo passaram a se organizar, lutando para modificar as condições de trabalho.



Domínio público.

*O Ciclo Moderno*, 1875. Adolf von Menzel. Alte Nationalgalerie. Aos operários eram impostas duras condições de trabalho.

# Organização do operariado

De início, os trabalhadores se voltaram contra a lógica do capital instaurada no processo produtivo:

A investida, vinda de tantas direções, contra os antigos hábitos de trabalho do povo não ficou certamente sem contestações. Na primeira etapa, encontramos a simples resistência. Mas, na etapa seguinte, quando é imposta a nova disciplina de trabalho, os trabalhadores começam a lutar, não contra o tempo, mas sobre ele. (THOMPSON, 1998, p. 293)

Rapidamente, as fábricas passaram a ser associadas com prisões, devido as *Workhouses*, lugares de opressão onde os trabalhadores eram obrigados a aceitar as longas jornadas e as péssimas condições. Se foram compelidos a aceitarem a noção de tempo útil, logo eles viraram a utilidade do tempo contra os empregadores:

A primeira geração de trabalhadores nas fábricas aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda geração formou os seus comitês em prol de menos tempo de trabalho no movimento pela jornada de dez horas; a terceira geração fez greves pelas horas extras ou pelo pagamento de um percentual adicional (1,5%) pelas horas trabalhadas fora do expediente. Eles tinham aceito as categorias de seus empregadores e aprendido a revidar os golpes dentro desses preceitos. Haviam aprendido muito bem a sua lição, a de que tempo é dinheiro. (THOMPSON, 1998, p. 294)

Logo, os empregadores não tinham mais diante de si trabalhadores desorganizados, indisciplinados e não qualificados, mas sim uma massa de operários prontos para reivindicar melhores salários, condições de trabalho e tratamento humano nas fábricas.

O primeiro passo na organização dos trabalhadores se deu com os sindicatos, herdeiros diretos das guildas medievais<sup>5</sup>. Assim, no fim do século XVIII e início do XIX, as primeiras formações sindicais já estavam atuantes na Inglaterra. Na França, os governos revolucionários após 1789 proibiram qualquer associação parecida com as guildas, afirmando que elas eram formas de monopólios da produção e não deviam ser toleradas. Somente muitos anos mais tarde os sindicatos foram aceitos.

Um dos eventos mais famosos no início da organização sindical foi o ludismo, mais conhecido como *movimento dos quebradores de máquinas*: trabalhadores de várias regiões da Inglaterra se organizaram para atacar máquinas, acreditando que elas lhes tiravam os empregos, pois uma delas podia fazer o trabalho de vários homens. No entanto, estudos puderam comprovar que na realidade era mais um movimento punitivo que uma revolta contra o trabalho e contra o progresso.

<sup>5</sup> As guildas eram uma espécie de organização dos artesãos e tiveram uma longa história, servindo para evitar a concorrência predatória entre esses artesãos e também funcionando como uma caixa de socorro mútuo em caso de doença ou falecimento. Os sindicatos derivam desse tipo de prática, mas logo se especializaram em setores e passaram a ser mais reivindicatórios que socorristas.

Geralmente, grupos de trabalhadores atacavam uma fábrica específica, destruindo ou inutilizando as máquinas principais, justamente imprescindíveis para a produção, impedindo o processo produtivo. Faziam isso para servir de exemplo contra maus patrões e invocavam um personagem, o semilendário Ned Ludd – também chamado King Ludd ou General Ludd –, um operário que teria destruído uma máquina depois de ser repreendido pelo patrão, como o líder da revolta. A repressão não se fez demorar e o movimento ludista foi cedendo espaço para o movimento sindical mais bem organizado.

## Teorias sociais

Com o avanço das lutas dos trabalhadores, durante o século XIX, sucederam-se teorias sociais que procuravam não só explicar o capitalismo e a sociedade mas também fornecer instrumentos para modificar a situação social – mesmo porque ela era dramática. Vejamos como era um bairro de Londres por volta de 1840:

Nas ruas a animação é intensa, um mercado de legumes e frutas de má qualidade se espalha, reduzindo o espaço para os passantes. O cheiro é nauseante. A cena torna-se mais espantosa no interior das moradias, nos pátios e nas ruelas transversais: “não há um único vidro de janela intacto, os muros são leprosos, os batentes das portas e janelas estão quebrados, e as portas, quando existem, são feitas de pranchas pregadas”. Nas casas até os porões são usados como lugar de morar e em toda parte acumulam-se detritos e água suja. “Aí moram os mais pobres dentre os pobres, os trabalhadores mal pagos misturados aos ladrões, escroques e às vítimas da prostituição.” (BRESCIANI, 1982, p. 25)

Essa descrição, que se aproxima das favelas brasileiras, dá uma dimensão de qual era o quadro na Inglaterra durante o século XIX, a degradação que a massa trabalhadora atingiu nas cidades industriais. Mas, como as lutas por melhores condições de trabalho e de vida duraram mais de dois séculos no capitalismo, as descrições da situação do trabalhador ao longo desse período não dão a verdadeira dimensão do que várias gerações enfrentaram nos seus cotidianos.



*Cidade Industrial*, 1870. Gustave Doré. As condições de vida eram as piores possíveis em Londres.

Os pensadores e militantes operários que buscaram soluções para o problema podem ser divididos em três grandes correntes: o socialismo utópico, o socialismo científico e o anarquismo.

## Socialismo utópico

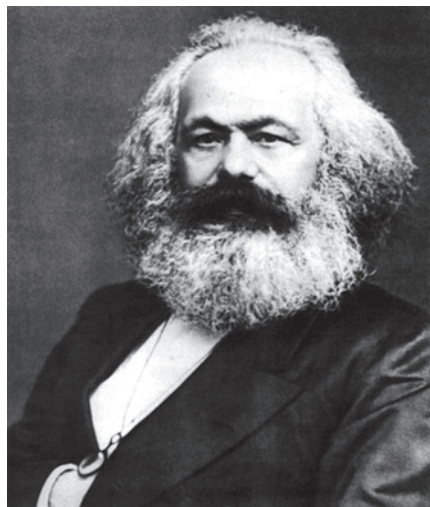
A primeira corrente foi assim chamada por Marx, pois ele a entendia como fruto de quimeras e sonhos utópicos por parte de socialistas. Vamos ver quem foram os principais pensadores socialistas utópicos.

- Robert Owen (1771-1858), industrial inglês que queria dar melhores condições aos trabalhadores, educando-os e pagando melhores salários. Instigou-os a fundarem cooperativas e tentou a criação de uma vila segundo a sua utopia nos Estados Unidos, mas fracassou.
- O conde Saint-Simon (1760-1825), filósofo e pensador das causas sociais. Adepto de um rigoroso planejamento das atividades industriais por parte do Estado, ele viu na industrialização a possibilidade de melhorar a vida do proletariado, dando-lhe também educação e elevação moral.
- Charles Fourier (1772-1837). Projetou os falanstérios – essa palavra é formada por *falange* (“grupo”) e *stérios*, que viria de *monastério*, mosteiro. A sua proposta era a criação de pequenas comunidades de 400 famílias vivendo em um único edifício, de forma autônoma. Os falanstérios poderiam se especializar e assim ocorrer o comércio entre eles. A vida ali seria comunitária: o refeitório, por exemplo, seria comum. Várias experiências foram feitas, mas todas fracassaram.

## Socialismo científico

Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) chamaram de *socialismo científico* as suas próprias teorias, dedicadas ao estudo crítico do capitalismo. Para eles, o capitalismo é possível graças à extração da mais-valia, que é o salário não pago aos trabalhadores – ou melhor, o patrão não paga o que vale o trabalho, ficando com parte desse valor – e assim se transfere a riqueza criada pelo trabalho para o patrão.

Marx entendia que essa forma de exploração terminaria, pois a concorrência exigiria sempre a extração de mais-valia, e esta chegaria a um fim, tendo em vista que nada poderia mais extrair dos trabalhadores, já que



Karl Marx em 1875.

Domínio público.

estes estariam no limite da sobrevivência física. Dessa forma, o capital entraria em uma espécie de entropia, isto é, de esgotamento, e a classe operária acabaria chegando ao poder por meio de seu partido operário.

Assim, no final de sua vida Marx ajudou a fundar o Partido Social-Democrata Alemão.

A teoria marxista influenciou movimentos em todo mundo e foi a base de todos os governos socialistas no século XX.

## Anarquismo

O termo “anarquismo” vem de duas palavras gregas: *aná* (negação) e *arché* (governo), ou seja, a “recusa do governo”. Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) foi o primeiro a utilizar a palavra em um sentido político, pois ela era associada à ideia de bagunça, confusão.

Os anarquistas acreditavam que os homens poderiam criar uma sociedade na qual não haveria Estado ou autoridades: todos poderiam se conscientizar de seus papéis sociais e as propriedades seriam comuns. Não haveria motivo para desejar os bens alheios na medida em que tudo pertenceria a todos.

Foram feitas algumas experiências com a criação de comunidades anarquistas, mas falharam. Essa teoria esteve presente no meio sindical de vários países, inclusive do Brasil, durante as primeiras décadas do século XX, mas a Revolução Russa de 1917 – baseada no socialismo marxista – e outros movimentos acabaram suplantando o anarquismo.

Essas correntes deram envergadura para o movimento dos trabalhadores durante os séculos XIX e XX, modificando totalmente a paisagem da economia capitalista e das fábricas. Hoje, podemos dizer que, sem essas lutas, não teríamos a sociedade que conhecemos, estaríamos mais próximos das condições de existência das primeiras gerações de trabalhadores sob o capitalismo.

### Texto complementar

O texto a seguir discute teoricamente o sistema de fábrica, fazendo uma reflexão sobre o modo como ele se estabeleceu e se tornou imprescindível nas sociedades por meio da transferência de saberes, e mais ainda, que essa transferência não é exclusiva das sociedades capitalistas.

## O sistema de fábrica

(DE DECCA, 1982, p. 36-38)

Desde as origens do sistema de fábrica, estiveram em jogo, portanto, relações de poder que, passo a passo, determinaram o próprio limite da produção de *saberes técnicos*. Em outras palavras, a luta transcorrida desde a instalação do *putting-out system* até a consolidação do sistema de fábrica não foi outra coisa a não ser a instituição do próprio social e do domínio desse social como apropriação de saberes. Se, do lado do *putting-out system*, o dispositivo do mercado fazia com que o *saber técnico*, detido pelos trabalhadores domésticos, representasse um momento de sua autonomia quanto ao domínio do processo de trabalho, na fábrica, a divisão social, impondo uma disciplina férrea aos trabalhadores, retirava-lhes *saberes* – entre eles o técnico – e transferia-os para o mando do capitalista. A partir desse momento, o empresário pode desenvolver toda uma estratégia para que o processo tecnológico não fugisse mais do seu controle. Por isso mesmo, na ordem social, um *conjunto de instituições* iria aparecer para que, principalmente, pudesse ser garantida a permanência e o controle do capitalista no âmbito da técnica produtiva e, logo em seguida, transformasse todo o registro dos saberes técnicos. Isso significou, por fim, a criação de um imaginário social voltado para o reconhecimento de uma esfera determinada de produção de saberes técnicos totalmente subtraída e alheia ao controle dos trabalhadores fabris.

A fábrica produziu, ao mesmo tempo em que proliferou, um conjunto complexo de instituições capazes de garantir a sua permanência e, o que é mais importante, capazes de garantir a continuidade da acumulação capitalista, representada agora pelo amplo domínio, controle e apropriação de saberes técnicos. Aqui, o momento em que, para o social, a fábrica, ou a indústria mecanizada, transforma-se, como num passe de mágica, na única medida capaz de aferir os avanços da sociedade. Assim, esse conjunto de instituições que se desdobrou desde a fábrica até os organismos científicos, pouco a pouco, foi transformando a produção de saberes técnicos numa esfera especializada de controle social, e, progressivamente, as questões de *eficácia* e *produtividade* tornaram-se regras do jogo da acumulação capitalista. Isto é, *eficácia* e *produtividade* foram reduzidas aos problemas de melhor e mais racional utilização da tecnologia pelos trabalhadores fabris [...]

Enfim, o *sistema de fábrica* introduz determinantes que lhe são *inerentes*, não importando que esse sistema se desenvolva num ambiente capitalista ou em outro qualquer, pois ele traz em seu bojo todas as implicações relacionadas à hierarquia, disciplina e controle do processo de trabalho, ao mesmo tempo em que se dá uma







## Referências

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 2003.
- ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.
- BOFF, Leonardo. **Ética e Moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- COHN-BENDIT, Daniel. **Nós que Amávamos Tanto a Revolução**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- DE DECCA, Edgar. **O Nascimento das Fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LE GOFF, Jacques. **Para um Novo Conceito de Idade Média**. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Para um Novo Conceito de Idade Média**. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.
- \_\_\_\_\_. **A Bolsa e a Vida**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Para um Novo Conceito de Idade Média**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- SÃO BENTO. **Regra de São Bento**. Disponível em: <[www.intratext.com/IXT/POR0014/\\_\\_\\_P1.HTM](http://www.intratext.com/IXT/POR0014/___P1.HTM)>. Acesso em: 12 nov. 2008.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.



# Formas políticas do século XX

## Nacionalismo

Hoje, vemos símbolos nacionais como a bandeira e dizemos: “sou brasileiro”. Parece-nos muito claro o que é ser um brasileiro e até natural – afinal, nascemos aqui. Mas sabemos exatamente quais sentimentos são mobilizados pela ideia de pátria? Antes de assumirmos tão facilmente a ideia de que o sentimento nacional é natural, vamos verificar que ele é construído historicamente, isto é, o nacionalismo não é instintivo, não nasce com as pessoas e foi em um específico momento da história que ele surgiu.

Em meados do século XVIII, na França, a monarquia já estava em crise e muitos pensadores discutiam a origem do próprio país e do governo, ou seja, a origem dos franceses e da França. Até então, pouco importava para o rei a nacionalidade de seus súditos, conquanto lhe obedecessem. Nem mesmo importava se falassem ou não a mesma língua, desde que compreendessem os decretos reais.

Com a crise da monarquia, surgiu a necessidade de se considerar também a identidade, sobre o que era, enfim, ser francês. Longas discussões se estabeleceram, não só sobre as origens como também sobre o que os identificava. E tal discussão ganhou mais espaço quando a Revolução Francesa derrubou o Antigo Regime, pois os revolucionários entendiam que foi o povo que tomou o poder e esse povo era a própria França.

Para unificar a língua falada, como idioma nacional foi instituído o francês, que deveria ser ensinado nas escolas, já que o ensino primário se tornou obrigatório em todo o território. Dessa forma, as crianças aprendiam a língua e aprendiam que eram cidadãos de um país.

Essas ideias se espalharam rapidamente pela Europa e em muitos países os nacionalistas se tornaram revolucionários, lutando contra as monarquias – que não ligavam para a ideia de pátria. Muitos desses revolucionários associavam o nacionalismo com o republicanismo e, apesar de serem segmentados, eles tinham práticas comuns:

Eles são o marco da desintegração do movimento revolucionário europeu em segmentos nacionais. Sem dúvida, todos estes segmentos tinham uma tática, uma estratégia e um programa político muito semelhantes, até mesmo uma bandeira semelhante – quase invariavelmente tricolor, de algum tipo. Seus membros não viam qualquer contradição entre suas próprias exigências e as dos movimentos de outras nações e, de fato, pretendiam uma fraternidade de todos, libertando-se simultaneamente. (HOBBSAWM, 1991, p. 152)

Logo, esses movimentos influenciaram outros setores dos países em que atuavam e uma nova forma de identidade nasceu: a nacionalidade. Porém, a sua principal característica é formar uma comunidade abstrata, pois a sensação de pertencimento a uma mesma coletividade de proporções muito maiores que a aldeia ou o pequeno burgo é novidade. Não haveria uma correlação direta entre cidadãos que vivem afastados, mas somente como abstração: esses cidadãos participariam de uma coletividade que carregaria consigo bens comuns como a língua, a cultura e a história.

Até hoje, na Europa, por exemplo, não foi possível uma completa unificação. É o caso da Inglaterra. Os habitantes do País de Gales, no sudoeste da Inglaterra, não se sentem ingleses e ainda cultivam instituições que são mais locais que nacionais. Por isso dizemos que o sentimento nacional é uma abstração: ele não se realiza plenamente no convívio de todos com todos.

Entretanto, a ideia nacional empolgou jovens por toda a Europa no século XIX. Folcloristas retratavam os costumes ancestrais e historiadores contavam a história das nações desde as origens. Esse movimento atingiu primeiro uma classe média educada para, em seguida, conquistar a população por meio do ensino da língua nacional. Porém, conforme Eric Hobsbawm, um dos grandes impulsos que o nacionalismo recebeu foram os movimentos migratórios:

O desenraizamento dos povos, que é talvez o mais importante fenômeno do século XIX, destruiria este profundo e antigo tradicionalismo local [...] O desenraizamento ainda significava, não a suave forma de saudade de casa que se tornaria a doença psicológica característica do século XIX (refletida em inúmeras canções populares sentimentais), mas o agudo e mortal *mal de pays* ou *mal de coeur* (mal do país ou mal do coração), que foi descrito clinicamente pela primeira vez pelos médicos entre os velhos mercenários suíços em terras estrangeiras. (HOBBSAWM, 1991, p. 156)

Assim, o nacionalismo, despertado pelas campanhas napoleônicas<sup>1</sup>, ganhou grande impulso nos deslocamentos obrigatórios que populações inteiras sofreram por fome, guerra ou epidemias. Esses grupos desenvolveram o sentimento nacionalista, que por sua vez, chegou ao século XX extremamente fortalecido, tornando-se uma espécie de doença social, pois o nacionalismo acaba opondo povos e os instigando à rivalidade.

As principais potências europeias entraram em conflitos umas contra as outras por conta do expansionismo nacionalista: elas buscaram incorporar áreas coloniais ao redor

<sup>1</sup> O avanço do exército francês comandado pelo imperador Napoleão (1769-1821), no final do século XVIII e início do século XIX, ficou conhecido como campanhas napoleônicas.

do mundo, iniciando uma longa disputa por territórios. Cada conquista era festejada pela população e era uma forma de afirmação do nacionalismo. Logo, os interesses de um país se chocavam com os interesses de outros países, e as nações passaram a se armar, preparando-se para um possível conflito.

E esse conflito veio na forma de guerra – a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Os governos declaravam guerra aos seus inimigos e as populações apoiavam plenamente seus governantes. Somente socialistas, comunistas e anarquistas questionaram o papel da guerra nas sociedades modernas. Porém, eram praticamente vozes no deserto. A classe operária dos países beligerantes apoiou totalmente a guerra.

França, Inglaterra e Rússia de um lado, e Império Austro-Húngaro, Alemanha e Itália de outro, provocaram, em nome da nação, uma das guerras mais sangrentas da história. Assim, um sentimento que nasce revolucionário na Europa em fins do século XVIII se tornou peça-chave no controle da população e motor de *grupos xenófobos*, grupos que tinham aversão aos estrangeiros e à cultura estrangeira.

## Socialismo

Poderíamos dizer que o socialismo nasce como irmão do nacionalismo. De início, não eram sentimentos antagônicos, ambos eram revolucionários, mas durante o século XIX eles se tornaram opostos e acabaram defendendo interesses contrários.

Os conflitos políticos que ocorreram durante a Revolução Francesa (1789) trouxeram consigo o debate sobre a melhor forma de organização social. Monarquistas e republicanos estiveram no centro da cena, mas também apareceram os primeiros socialistas, que pregavam uma espécie de socialismo primitivo e o retorno a um passado medieval romantizado, no qual os homens viviam em harmonia e dividiam os produtos de seu trabalho. Esses primeiros socialistas inspiraram as gerações posteriores. Logo, vários pensadores, filósofos e ativistas animaram a ideia de que os homens podiam viver sem propriedades pessoais, repartindo o necessário igualmente.

O ideal igualitário esteve presente na Revolução de 1848, que ocorreu em vários países da Europa. A derrota do movimento não significou o fim do sonho e o socialismo foi se tornando cada vez mais uma ideologia do movimento operário que se opunha ao liberalismo burguês.

O socialismo não era uma ideologia fechada: ao contrário, comportava várias tendências, como o socialismo utópico, o socialismo científico ou marxista e o anarquismo. Em várias ocasiões, essas tendências entraram em conflito, muitas vezes dividindo o movimento operário. De qualquer maneira, era uma teoria que marcava o operariado mais combativo.

Dessas três tendências, somente duas ainda tinham força política no final do século XIX: o anarquismo e o marxismo. Ambas desejavam modificar profundamente a sociedade, eliminando a exploração do trabalho e elegendo os trabalhadores como aqueles que conduziram a humanidade para uma espécie de redenção terrena. Previam uma sociedade futura na qual não haveria distinções de classe nem propriedade privada, pois consideravam que a propriedade é a causa dos infortúnios.

A diferença entre essas duas correntes é a questão do governo. Enquanto para os anarquistas o governo devia ser abolido totalmente por uma revolução proletária, o marxismo previa uma etapa chamada *ditadura do proletariado*, durante a qual o governo seria ocupado pelo partido revolucionário e implementaria na sociedade as mudanças necessárias, fazendo a transição do modo de produção capitalista para o modo de produção socialista. O uso do dinheiro e a propriedade privada seriam paulatinamente substituídos por uma economia socialista, pois não havendo propriedade não haveria a necessidade do dinheiro.

Esse ponto de divergência fez essas duas tendências se afastarem, apesar de terem programas semelhantes. Logo, os anarquistas adotaram um modo de vida estilizado, isto é, passaram a ter atitudes e comportamentos que deveriam caracterizá-los como anarquistas: muitos eram vegetarianos e pregavam o amor livre. Assim, eles tornaram o anarquismo um estilo de vida. Já os militantes marxistas (é bom ressaltar que ainda não se chamavam assim, mas *comunistas*) procuravam agir normalmente, fundando partidos políticos, pois pretendiam fazer a revolução por meio parlamentar. Por isso Marx e Engels fundaram o Partido Social-Democrata Alemão.

Porém, alguns anarquistas, descontentes com a condução da luta política, resolveram tomar uma outra iniciativa, fazendo atentados ou praticando assassinatos de figuras políticas importantes. Logo foram execrados, mas deixaram uma marca profunda no movimento anarquista.

Já os socialistas marxistas tentaram agir dentro da legalidade, mas isso não foi possível na Rússia, pois qualquer movimento de contestação do poder do czar (o imperador russo) era duramente reprimido. Isso ocorreu na chamada Revolução de 1905. Em 25 de janeiro de 1905, uma marcha pacífica em direção ao Palácio de Inverno do imperador, para entregar uma petição, foi dispersa à bala pela guarda do czar. Centenas de pessoas morreram e outras tantas ficaram feridas.

A atitude do governo russo só aumentou as expectativas de um desfecho violento das lutas por melhores condições de vida. Logo, o Partido Social-Democrata Russo se cindiu em duas facções: os *mencheviques* ("minoría") e os *bolcheviques* ("maioría")<sup>2</sup>.

Os bolcheviques começaram a pregar a tomada do poder pela força, pois não haveria a mínima possibilidade de alcançarem o comando do país pelo voto – pelo

<sup>2</sup> É interessante notar que essa terminologia foi criada pelos bolcheviques, que na realidade eram a minoria.



menos segundo a interpretação deles. Seus líderes foram perseguidos e muitos se viram obrigados a buscar refúgio no exterior.

## Comunismo

A Rússia vivia uma grave crise. Desde o início do século XX já não se confiava no governo do czar Nicolau II. Algumas cidades conheciam um processo de industrialização rápido, com a formação de uma classe operária combativa. No entanto, no resto do país a estrutura da sociedade ainda era feudal: havia servos nos campos, e muitas pessoas à margem da sociedade.

Porém, a situação se deteriorou ainda mais com a entrada da Rússia na Primeira Guerra Mundial, colocando-se ao lado da Sérvia, que havia sido atacada pelo Império Austro-Húngaro, o qual alegava que a Sérvia havia apoiado o atentado que matou o arquiduque Francisco Fernando, o herdeiro do trono, em 1914 – estopim da guerra. No início, a população apoiou a guerra, porém as seguidas derrotas para a Alemanha, aliada da Áustria, fizeram o governo russo perder o apoio do povo.

Em fevereiro de 1917, o czar renunciou e foi formado um governo provisório sob o comando dos mencheviques, que ainda desejavam mudar o país pelo voto, porém enfrentavam a forte oposição dos *soviets*<sup>3</sup>, principalmente os de São Petersburgo. Iniciou-se um período de intensa disputa pelo poder. Os bolcheviques sabiam que só havia um caminho a ser trilhado: a luta armada, a revolução pelas armas. Assim, em outubro de 1917 (novembro pelo calendário ocidental), os bolcheviques tomaram o Palácio de Inverno e instituíram um governo comandado pelo Conselho dos Comissários do Povo, dominado pelos bolcheviques, que assim assumiram o poder na Rússia.

No entanto, houve resistências. Os anarquistas não aceitaram o que eles chamaram de *golpe de Estado*. A nobreza e a burguesia também não aceitaram um governo comunista e assim se aliaram aos exércitos ocidentais na tentativa de derrubar o governo bolchevique.

Tentando reestruturar o Exército Russo, o líder bolchevique Lênin (Vladimir Ilitch Uliânov, 1870-1924) fez a paz com a Alemanha. Passando a ser comandadas por Leon Trótski (Lev Davidovitch Bronstein, 1879-1940) outro líder revolucionário, as tropas se tornaram conhecidas como Exército Vermelho, segundo a cor da bandeira dos bolcheviques. Com isso, as forças armadas do governo comunista puderam eliminar a oposição anarquista e se voltar contra os exércitos que atacavam a Rússia através da Ucrânia e da Polônia.

<sup>3</sup> Os *soviets* eram assembleias populares compostas por soldados, trabalhadores e camponeses e tinham inspiração anarquista, mas em 1917 já haviam sido dominados pelos bolcheviques.

Com a estabilização do governo, por volta de 1921, iniciou-se um processo de transformação da economia, que até então vivia uma situação caótica. As bases de uma economia comunista estavam lançadas. De certa maneira, a estrutura capitalista não sofreu grande modificação: se de início as fábricas foram ocupadas pelos trabalhadores, nesse segundo momento havia gerentes ligados ao partido bolchevique que tomavam conta da produção. Enquanto isso, toda a economia passava a ser planejada por teóricos ligados ao governo.

A Revolução Russa causou furor nos movimentos socialistas de todo o mundo: era o primeiro país a adotar o regime comunista como forma de governo e em vários países europeus ocorreram tentativas de revolução segundo o molde russo. A maioria fracassou, porém a Rússia conseguiu, após a guerra civil, expandir a sua área de influência, formando uma federação que ficou conhecida como União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ou simplesmente União Soviética.

Em 1924, com a doença e morte de Lênin – que havia comandado o país desde a Revolução – teve início entre os altos membros do Partido Comunista uma disputa pelo poder. Após algum tempo de impasse, Stálin assumiu o comando e afastou seus oponentes. Imediatamente, ele procurou aprofundar a economia comunista instituindo os *planos quinquenais*: para cada cinco anos eram estabelecidas metas que todos os setores econômicos deveriam atingir. De maneira complementar, também foi implantado um governo altamente autoritário, no qual os opositores eram perseguidos, encarcerados e mortos ou então deportados. Stálin também provocou um grande deslocamento de populações, esperando acabar com qualquer resquício de sentimento nacionalista.

Apesar da propaganda, os planos quinquenais não atingiram suas metas, milhões de pessoas morreram de fome e milhares de opositores foram presos. Foi um período obscuro no regime comunista.

Já durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tentando se erguer das modificações impostas por Stálin, o regime soviético se viu frente a um novo desafio: a Alemanha havia invadido a União Soviética, apesar dos acordos secretos entre Stálin e Hitler. Os soldados do Exército Vermelho não tinham muitas opções: ou lutavam contra os nazistas ou eram mortos por agentes do governo. Não havia escapatória. Batalhas encarniçadas foram travadas nas cidades soviéticas e depois nas cidades alemãs, até a derrota completa do nazismo.

A vitória na Segunda Guerra deu um novo impulso de expansão do regime comunista. Vários países do Leste Europeu ficaram sob influência da União Soviética (Polônia, Hungria, Iugoslávia, Tcheco-Eslóvaquia, Romênia, Bulgária, entre outros) e o regime socialista pôde se expandir, criando um mercado comum e fazendo frente às potências capitalistas.

No fim dos anos 1960 e durante a década de 1970, movimentos de libertação na África e na Ásia adotaram o socialismo e a União Soviética os apoiou. Também na América Latina ocorreram movimentos revolucionários contra governos ditatoriais e muitos desses movimentos foram apoiados pela União Soviética.

Muitas críticas foram feitas ao tipo de governo instituído nas repúblicas soviéticas e uma delas era contra o regime ditatorial implantado. Após uma longa crise nos anos 1980, vários países deixaram de ser comunistas e, em 1991, a própria Rússia instituiu uma democracia nos moldes ocidentais, acabando com mais de 70 anos de comunismo.

## Totalitarismo

Os regimes totalitários – que arrasaram a Europa nos anos 1930 e 1940 e tiveram recorrências na China durante a Revolução Cultural e no Camboja durante o regime do Khmer Vermelho – não são exceções aos regimes democráticos instaurados em fins do século XIX e início do XX: eles são o paroxismo do igualitarismo que surgiu na Revolução Francesa, pois levam ao limite a ideia de igualdade entre os homens.

Qual é o limite da igualdade?

Como tornar os seres humanos efetivamente iguais?

Quais os fins últimos de uma democracia radical?

Somos indivíduos à parte da sociedade ou indivíduos parte da sociedade?

Nacionalistas e socialistas radicais do século XIX tentaram responder a essa última questão: se somos parte da sociedade, então o todo deve ter preferência nas questões que dizem respeito ao indivíduo – o indivíduo deve trabalhar em prol da totalidade social. Nesse aspecto, a democracia radical deve levar em conta uma igualdade absoluta, pois a diferença entre os indivíduos seria uma contradição. Portanto, deve-se anular toda e qualquer diferença, estipulando a igualdade extrema entre todos.

Com essa noção, socialistas radicais encontraram nacionalistas também radicais, contrariando as origens das duas correntes políticas. As primeiras manifestações nesse sentido surgiram no fim do século XIX, na Áustria, onde foram forjadas as primeiras ideias acerca de um nacionalismo socialista – o que é uma contradição. O nacionalismo é exclusivista, pois cada povo tem determinadas características, que não podem ser partilhadas. Já o socialismo é cosmopolita, é válido para toda a humanidade. De qualquer maneira, colocando de lado contradições filosóficas, forjou-se um ideário político que teve consequências trágicas.

Entretanto, há mais um elemento primordial na formação desse ideário: na Europa, a partir de meados do século XIX, surgiram teorias pseudocientíficas sobre as raças humanas. Alguns antropólogos, biólogos, historiadores e cientistas sociais afirmaram que a raça branca (europeus, norte-americanos) é superior às outras e o planeta estaria fadado a ser dominado por ela. As demais raças seriam reminiscências do passado humano, devendo evoluir como a branca – e portanto estavam fadadas ao desaparecimento.

A conjugação dessas noções criou um ideário explosivo que, até o final da década de 1920, estava restrito a pequenos círculos de militantes radicais. Porém, a grave crise econômica em que o mundo mergulhou em 1929, com o *crack*<sup>4</sup> da Bolsa de Nova York, fez com que muitas pessoas, desiludidas com o capitalismo e os governos liberais, passassem a buscar outras soluções para os seus problemas.

Na Alemanha, a situação era pior: o país não havia se recuperado totalmente da derrota na Primeira Guerra e a situação social era péssima. Liderados por Adolf Hitler (1889-1945), os nazistas passaram a ter cada vez mais votos até que, em 1933, conseguiram que o seu líder fosse nomeado chanceler da Alemanha, cargo equivalente ao de primeiro-ministro.

Hitler praticamente afastou das decisões o presidente da Alemanha – o marechal Paul von Hindenburg (1847-1934), herói da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – e cada vez mais governou por decretos, ignorando o parlamento. Segundo o ideário nazista, os judeus eram culpados da degradação social e econômica alemã, além do que, não sendo da raça branca ariana, eles deveriam ser excluídos da vida pública. Rapidamente, a situação se deteriorou e o governo passou a impor o seu ideário como a única verdade possível.

No totalitarismo, não há espaço para opiniões contrárias, pois toda a vida passa a ser controlada pelo partido e seus militantes. Há uma obediência cega e tudo gira em torno do líder carismático. Os nazistas prometiam aos alemães o Reino dos Mil Anos, isto é, que a Alemanha encontraria paz e prosperidade durante um milênio. A justaposição à segunda vinda de Jesus é evidente, porém o que se assistiu foi a perseguição programada de judeus, homossexuais, ciganos, doentes mentais e todos aqueles que os nazistas consideravam impuros ou degenerados.

As promessas de prosperidade tocaram a maioria da população alemã, que apoiou totalmente o regime. Mesmo quando Hitler, com sua política beligerante, ocasionou a Segunda Guerra Mundial, a população acreditava que eles haviam sido atacados e o Exército Alemão estava defendendo o país.

<sup>4</sup> O *crack* da Bolsa de Nova York foi uma queda vertiginosa do valor das ações em poucas horas. Essa quebra foi provocada pelo excesso de oferta de produtos industrializados. Temerosos de perder suas aplicações, investidores passaram a vender os papéis, que se desvalorizaram violentamente. Isso provocou uma crise de liquidez no mercado, fazendo com que muitas empresas se vissem em estado falimentar. O fechamento de fábricas provocou um desemprego em massa – há cálculos de que em poucos dias 50% da população economicamente ativa se viram desempregados – e um efeito dominó, pois a crise norte-americana se espalhou pela Europa e em seguida pelo resto do mundo. Muitos acreditaram que era o fim do capitalismo.

Os regimes totalitários não deixam espaço para dúvidas, pois atuam diretamente nas crenças das pessoas. Dificilmente alguém consegue fazer oposição, pois o partido sempre parece possuir a única verdade possível sobre tudo.

## Ditadura

Diferente do totalitarismo, a ditadura não chega a dominar o pensamento das pessoas: em uma ditadura é possível haver uma oposição velada, e, muitas vezes, a população inteira não apoia o regime.

A ditadura é um regime de força que impõe um governante, um partido ou um grupo de pessoas no poder a despeito da vontade da maioria. Muitos países ocidentais conheceram regimes ditatoriais ao longo do século XX.

Uma das mais longas ditaduras (1936-1975) foi a do generalíssimo Francisco Franco (1892-1975), na Espanha. Após uma sangrenta guerra civil contra o governo republicano eleito democraticamente, os monarquistas tomaram o poder. A Guerra Civil Espanhola durou três anos (1936-1939) e a causa da guerra foi o descontentamento dos militares com o governo republicano, que assumiu o poder após a abdicação do rei Afonso XIII. O general Franco não aceitou a situação e organizou um golpe militar. No entanto, a esquerda se mobilizou, evitando esse golpe. Depois disso, os monarquistas se reorganizaram e passaram a atacar o governo republicano com apoio do exército nazista.

A vitória foi sangrenta, muitos espanhóis morreram e o país ficou destruído. Centenas de milhares de espanhóis preferiram o exílio, buscando refúgio nas antigas colônias espanholas da América Latina. Franco assumiu o governo e reinstalou a monarquia, devendo ficar no poder até que o novo rei pudesse assumir – o que só ocorreu com a morte do ditador, em 1975, quando subiu ao trono o rei Juan Carlos, que prontamente restaurou a democracia na Espanha.

A ditadura franquista nos serve de modelo para análise.

Um regime parecido ocorreu em Portugal entre 1933 e 1974, com Antônio Salazar (1889-1970) e Marcello Caetano (1906-1980), seu continuador. A oposição foi perseguida e o regime lutou contra as tentativas de emancipação das colônias africanas. Com o fim do regime, as colônias se tornaram independentes, formando a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O Brasil também viveu períodos de ditaduras. O primeiro foi com Getúlio Vargas (1882-1954) quando ele instituiu o Estado Novo, em 1937. O governo ditatorial durou até 1945, quando, pressionado por vários setores da sociedade, Vargas convocou eleições gerais e se afastou.

O segundo período foi o da ditadura militar. Em 31 de março de 1964, militares descontentes com o governo eleito deram um golpe de Estado, depoendo o presidente da república e nomeando uma junta provisória que em seguida escolheu o general Humberto Castelo Branco (1900-1967) como presidente da república. Muitos opositores foram perseguidos e tiveram seus direitos políticos cassados.

Porém, no final dos anos 1960, com a oposição ganhando força e surgindo uma guerrilha de esquerda, o governo recrudescceu a repressão. Muitas pessoas foram perseguidas e presas por conta de suas opiniões. Muitos buscaram no exílio o refúgio necessário e os militares reprimiram violentamente a guerrilha. Muitos militantes presos sofreram tortura para delatar outros militantes ou simplesmente para dizer quem não era a favor do regime.

Enquanto politicamente o país sofria com a dureza do regime, economicamente ele conhecia uma fase de crescimento, o que deu alguma sustentação popular ao governo. Porém, uma crise econômica mundial nos anos 1970 deixou à mostra o que efetivamente estava acontecendo. O descontentamento se generalizou pelo país e manifestações contra o governo começaram a acontecer no final dos anos 1970. O governo prometeu uma democratização gradual, mas havia muita pressão. Em 1985, os militares indicaram um civil para ser eleito pelo Congresso. Para concorrer contra o candidato dos militares, a oposição lançou Tancredo Neves (1910-1985), que ganhou a eleição, mas adoeceu antes da posse e faleceu em 21 de abril de 1985. Quem assumiu em seu lugar foi o vice-presidente José Sarney, eleito indiretamente junto com Tancredo. Encerrou-se o ciclo dos governos militares e o país iniciou o seu processo de redemocratização.

## Texto complementar

O texto a seguir é uma análise dos movimentos nacionalistas que ocorreram não só na Europa, mas em várias partes do mundo.

### A formação da nacionalidade

(REMOND, 1976, p. 149-152)

Esse fenômeno, formado de elementos tão diversos, tira sua unidade do fato nacional. A Europa justapõe grupos linguísticos, étnicos, históricos, portanto de natureza e origem dessemelhantes, que se consideram nações. Assim como o movimento operário nasceu ao mesmo tempo de uma condição social, que constitui o

dado objetivo do problema, e de uma tomada de consciência dessa condição pelos interessados, o movimento das nacionalidades supõe ao mesmo tempo a existência de nacionalidades e o despertar do sentimento de que se faz parte dessas nacionalidades. O fenômeno, portanto, não conta como força, não se torna um fator de mudança senão a partir do momento em que passa a se integrar no modo de pensar, de sentir, que passa a ser percebido como um fato de consciência, um fato de cultura.

Como tal, ele interessa a todo o ser, ele se endereça a todas as faculdades do indivíduo, a começar pela inteligência. O movimento das nacionalidades no século XIX foi em parte obra de intelectuais, graças aos escritores que contribuem para o renascer do sentimento nacional; graças aos linguistas, filólogos e gramáticos, que reconstituem as línguas nacionais, apuram-nas, conferem-lhes suas cartas de nobreza; graças aos historiadores, que procuram encontrar o passado esquecido da nacionalidade; graças aos filósofos políticos (a ideia de nação constituía o centro de alguns sistemas políticos). O movimento toca também a sensibilidade, talvez mais ainda do que a inteligência, e é como tal que ele se transforma numa força irresistível, que ele provoca um impulso.

Enfim, ele faz com que intervenham interesses e nele encontramos as duas abordagens, a ideológica e a sociológica, conjugadas. Com efeito, os interesses entram em ação quando, por exemplo, o desenvolvimento da economia apeia para o excesso dos particularismos, para a realização da unidade. E assim que devemos encarar o lugar do *Zollverein*<sup>1</sup> na unificação alemã. Na Itália, é a burguesia comerciante ou industrial que deseja a unificação do país, pois vê nessa ideia a possibilidade de um mercado maior e de um nível de vida mais elevado.

Desse modo, na origem desse movimento das nacionalidades, confluem a reflexão, a força dos sentimentos e o papel dos interesses. Política e economia interferem estreitamente, e é justamente essa interação que constitui a força de atração da ideia nacional pois, dirigindo-se ao homem em sua integridade, ela pode mobilizar todas as suas faculdades a serviço de uma grande obra a ser realizada, de um projeto capaz de despertar energias e de inflamar os espíritos. [...]

Enquanto o domínio do liberalismo fica por muito tempo limitado à Europa Ocidental, todos os países – ou quase todos – conheceram crises ligadas ao fato nacional, mesmo aqueles nos quais a unidade era o resultado de uma história várias vezes secular. Quase todos se encontram às voltas com problemas de nacionalidade: a Grã-Bretanha, com o problema da Irlanda, que se torna cada vez mais grave, transformando-se num problema interno dramático; a França, com a perda da Alsácia e da Lorena em 1871, conserva até a guerra de 1914 a nostalgia das províncias

<sup>1</sup> *Zollverein*: essa palavra resume a unificação alfandegária dos vários Estados Alemães antes da unificação política.

perdas; a Espanha, onde o regionalismo basco, o particularismo catalão entram em luta com a vontade unificadora e centralizadora da monarquia.

Se isso acontece no que respeita aos países da Europa Ocidental, onde a unidade nacional é antiga, ocorre com muito mais razão quando nos deslocamos para leste, onde as fronteiras ainda são instáveis, onde a geografia política ainda não tomou forma definitiva, onde as nacionalidades estão à procura de si mesmas e em busca de expressão política. A Itália e a Alemanha, para as quais o século XIX é o século de sua futura unidade, a Áustria-Hungria, os Bálcãs, o Império Russo, com as províncias alógenas que resistem à russificação, têm problemas de nacionalidade. Mesmo os países aparentemente mais pacíficos estão às voltas com problemas de nacionalidade, como a Dinamarca, com a guerra dos ducados em 1862, a Suécia, que se desmembra em 1905, a Noruega, com sua luta pela secessão. Fora da Europa, podemos mencionar o nacionalismo dos Estados Unidos; os movimentos da América Latina; o Japão, onde o sentimento nacional inspira o esforço de modernização; a China, onde a revolta dos *boxers*, em 1900, constitui um fenômeno nacionalista.

O fato nacional, portanto, aparece em escala mundial e não constitui sua menor singularidade o fato de esse movimento, que representa a afirmação da particularidade, constituir-se talvez no fato mais universal da história. Ele está presente na maioria das guerras do século XIX. Trata-se de uma característica que diferencia as relações internacionais anteriores e posteriores a 1789. Na Europa do Antigo Regime, as ambições dos soberanos eram o ponto de origem dos conflitos. No século XIX, o sentimento dinástico deu lugar ao sentimento nacional, paralelamente à mudança da soberania da pessoa do monarca para a coletividade nacional. As guerras da unidade italiana, da unidade alemã, a questão do Oriente, tudo isso procede da reivindicação nacional. [...]

A ideia nacional, por sua necessidade de se associar a outras ideias políticas, de se amalgamar com certas filosofias, pode entrar, por isso, em combinações diversas, que não são predeterminadas. A ideia nacional pode se dar bem, indiferentemente, com uma filosofia de esquerda ou uma ideologia de direita. Aliás, entre 1815 e 1914, o nacionalismo contraiu aliança com a ideia liberal, com a corrente democrática, muito pouco com o socialismo, na medida em que este se define como internacionalista, embora, entre as duas guerras, delineiem-se acordos imprevistos entre a ideia socialista e a ideia nacionalista. Essa espécie de indeterminação do fato nacional, essa possibilidade de celebrar alianças de intercâmbio, explicam as variações de que a história nos oferece mais de um exemplo. Elas explicam, notadamente, que existiam dois tipos de nacionalismo, um de direita e outro de esquerda; um mais aristocrático, outro mais popular: o primeiro, de tendências conservadoras e tradi-



cionalistas, escolhe seus dirigentes e seus quadros entre os notáveis tradicionais: o segundo visa à democratização da sociedade e recruta seu pessoal nas camadas populares.

## Atividades

1. Pode-se afirmar que o nacionalismo é um sentimento
  - a) natural, porque as pessoas nascem em um país.
  - b) inato, porque todos os seres humanos o possuem.
  - c) construído historicamente.
  - d) que não existe, é uma ideia sem sentido.
  
2. Sobre as diferenças entre anarquismo e comunismo é correto afirmar que
  - a) o anarquismo quer um governo central e o comunismo quer a ditadura do proletariado.
  - b) o anarquismo não quer um governo e o comunismo quer a ditadura do proletariado.
  - c) o anarquismo luta pelo liberalismo e o comunismo por uma sociedade sem governo.
  - d) o anarquismo não quer um governo, enquanto o comunismo luta pelo liberalismo.
  
3. Explique as diferenças entre totalitarismo e ditadura.

---

---

---

---

---

---



## Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 2003.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOFF, Leonardo. **Ética e Moral**: a busca dos fundamentos. Petrópolis: Vozes, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Era do Vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. São Paulo: Manole, 2005.

REMOND, René. **O Século XIX**: 1815-1914. São Paulo: Cultrix, 1976, v. 2.



# Globalização, neoliberalismo e o indivíduo

## O mundo pós-guerra

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o planeta ficou marcado pela bipolaridade. Os Estados Unidos e a União Soviética, as duas grandes potências vencedoras do conflito, praticamente dividiram o planeta em áreas de influência: de um lado, os países capitalistas, sob a influência norte-americana; e de outro, os países comunistas, orbitando em torno dos soviéticos.

A eclosão da Segunda Guerra foi causada pela política belicista e racista da Alemanha nazista. Procurando expandir o território, os nazistas atacaram países vizinhos, provocando o conflito. No início, Inglaterra e França fizeram frente à Alemanha, cujos aliados eram Japão e Itália. Porém, com a invasão da França, durante mais de dois anos, a Inglaterra lutou sozinha contra a poderosa máquina de guerra nazista.

Ainda abalada pelo totalitarismo stalinista – que havia prendido e executado os antigos líderes da Revolução de Outubro –, a União Soviética procurou fazer um acordo com os nazistas, tentando ficar fora do conflito. Assinou-se um tratado em 1939, mas os soviéticos possuíam vastos campos de petróleo, cobizados pelos nazistas como fundamentais para continuar a guerra contra a Inglaterra. Por isso, a Alemanha invadiu a União Soviética.

Do outro lado do oceano, querendo se livrar do controle norte-americano sobre o Pacífico, o Japão atacou o território dos Estados Unidos (mais especificamente, a base aeronaval de Pearl Harbour, no Havaí) em dezembro de 1941.

Assim, tanto os soviéticos como os norte-americanos iniciaram uma longa luta contra a Alemanha e seus aliados. Durante três anos, foram travados duros combates nos quais milhares de soldados morreram. A política racista da Alemanha levou à morte mais de seis milhões de judeus, a maior parte exterminada em campos de concentração construídos para isso. A guerra também causou a morte de milhões de civis, principalmente na União Soviética. Enfim, foi um conflito penoso para a Europa e para vários aliados.

Após sofrerem pesadíssimas perdas, os soviéticos contra-atacaram e aos poucos foram derrotando os nazistas. Os norte-americanos também iniciaram uma luta penosa para derrotar o Japão e a Alemanha. No final da guerra, a exaurida Europa precisava de recursos. De certa maneira, os Estados Unidos foram poupados, pois não sofreram grandes ataques em seus territórios, com exceção daqueles situados em ilhas no Pacífico.

A vitória dos soviéticos e dos americanos os colocou no centro do planeta. Rapidamente, Stalin colocou sob a sua influência os territórios conquistados nas batalhas e assim, sem escolha, vários países se tornaram comunistas. Os americanos, por sua vez, impuseram a sua presença na Europa Ocidental. Então teve início uma das mais perigosas disputas entre potências da história.

Tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética dominaram a tecnologia nuclear, produzindo armas que poderiam (e ainda podem) destruir todo o planeta. Quando surgia um conflito em qualquer lugar do mundo, logo os dois lados se ameaçavam com bombardeio nuclear. Até surgiu uma expressão para esse tipo de ameaça: “destruição mútua assegurada” – se um dos lados iniciasse o bombardeio, teria a certeza de que também seria aniquilado.

Os dois lados trataram de organizar alianças militares. Juntamente com os canadenses e os europeus ocidentais, os americanos criaram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), e a isso os soviéticos responderam criando o Pacto de Varsóvia, uma aliança entre os países comunistas. Assim, se qualquer membro de um dos lados fosse atacado, isso provocaria uma reação em bloco. Logo, a disputa entre capitalistas e comunistas se estendeu para todo o planeta.

Outro acontecimento do pós-guerra favoreceu a expansão desse conflito: o processo de descolonização. A África e Ásia haviam sido tomadas e colonizadas por potências europeias no século XIX. Porém, durante a guerra, os países dominados perceberam a fraqueza das potências que foram envolvidas na Segunda Guerra. Movimentos de libertação e de independência surgiram em vários países. Vietnã, Argélia, Índia, Birmânia, Angola, Moçambique, enfim, em quase todas as colônias se iniciou a luta pelo fim da dominação.

Logo, Estados Unidos e União Soviética apoiaram os movimentos. Os soviéticos apoiavam os comunistas, enquanto os norte-americanos apoiavam os anticomunistas. Foi o que aconteceu, por exemplo, em Angola. De um lado estava a guerrilha comunista do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), que conseguiu a independência do país e assumiu o poder; de outro lado, a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita). O apoio das superpotências provocou uma longa guerra civil (1975-2002), com milhares de pessoas mortas, inválidas e outras tantas refugiadas.

## Guerra fria

O conflito entre Estados Unidos e União Soviética foi chamado de guerra fria e não se limitou à Terra: estendeu-se ao espaço sideral, com ambas as potências procurando hegemonia na exploração do espaço, na chamada *corrida espacial*. Na realidade, o programa espacial era oriundo da utilização de foguetes balísticos que tinham por objetivo bombardear o inimigo com armas nucleares. Para um melhor desempenho e evitar táticas de defesa, os mísseis eram projetados para irem ao espaço, depois reentrando na atmosfera. Conseqüentemente, as potências desenvolveram naves espaciais que podiam ser carregadas pelos mísseis e quem sabe criar formas mais performáticas de ataque e defesa.

No final dos anos 1980, a guerra fria acabou drasticamente, quando a União Soviética estava exaurida pelo esforço de manter seu poder de dissuasão, isto é, manter um poderoso arsenal nuclear e um exército em condições de enfrentar os norte-americanos. Assim, em 1985, Mikhail Gorbatchev assumiu o poder prometendo mudanças econômicas e maior abertura política.

No entanto, a sua política resultou na dissensão dos países que orbitavam em torno da União Soviética. Muitos deles também iniciaram reformas políticas e econômicas, que rapidamente se transformam em reformas sociais. Uma a uma, antigas repúblicas comunistas abandonaram o regime e o Pacto de Varsóvia: Tcheco-Eslováquia, Polônia, Alemanha Oriental, Hungria, Iugoslávia, Romênia e, finalmente, a própria União Soviética – que deixou de existir em 1991, em seu lugar surgindo várias repúblicas que estavam sob o manto dominador soviético. Foi o caso da Ucrânia, dos países bálticos (Letônia, Lituânia e Estônia) e da Geórgia, entre outros. Mas, por conseguirem suas independências recentemente, há muitos conflitos envolvendo esses novos países, surgindo guerras locais sob pretextos como nacionalidade e fronteiras, mas na realidade existem interesses nas suas riquezas, que são petróleo, ferro, acesso ao mar e assim por diante.

## Primeiro Mundo, Segundo Mundo e Terceiro Mundo

No mundo bipolar, a luta por áreas de influência se acentuava. O mundo era dividido economicamente em três:

- > Primeiro Mundo, formado pelos países capitalistas;
- > Segundo Mundo, formado pelos países comunistas;

➤ Terceiro Mundo, originalmente países que não se alinhavam com nenhum dos blocos.

Em 1955, durante uma reunião entre países não alinhados realizada em Bandung, Indonésia, a expressão Terceiro Mundo foi utilizada para diferenciar esses países dos dois blocos que se enfrentavam naquele momento. No entanto, logo a expressão passou a designar os países pobres e subdesenvolvidos.

Em muitos desses países, as condições sociais favoreciam o aparecimento de movimentos de esquerda, que muitas vezes eram duramente reprimidos. Assim, muitos desses movimentos se tornavam guerrilhas, buscando modificar a situação social.

Isso ocorreu na China, em um movimento que, liderado por Mao Tsé-Tung (1893-1976), tornou-se vitorioso em 1949, implantando o regime comunista no país.

## Vietnã

O mesmo se deu no Vietnã. Chamado de Indochina pela França, esse território que era composto pelo próprio Vietnã, Laos e Camboja foi ocupado pelos japoneses na sua política expansionista na Ásia. De início, os vietnamitas acreditaram que o Japão libertaria o Vietnã do domínio francês, porém caíram em uma ditadura ainda pior. Após o fim dessa guerra em que o Japão foi derrotado, a França tentou retomar o controle sobre o país.

Desejosa de independência, a guerrilha comunista voltou-se contra os franceses depois de ter lutado contra os japoneses. Esses novos enfrentamentos duraram quase dez anos, até que o exército francês foi derrotado pela guerrilha em Dien Bien Phu. A derrota forçou o governo francês a aceitar negociações de paz. Seguiram-se os tratados de Genebra, nos quais foi reconhecida a independência do Laos e do Camboja.

Por sua vez, o Vietnã foi dividido em dois países que deveriam se reunificar após as eleições: o norte formou um governo provisório comunista e no sul, com apoio dos franceses e dos norte-americanos, foi instalado um governo pró-ocidente – logo, capitalista. No entanto, as eleições nunca foram realizadas no sul, pois sob o comando do imperador Bao Daí, o Vietnã do Sul logo se tornou uma ditadura, com uma sucessão de golpes de Estado, e uma altíssima corrupção comprometeu qualquer possibilidade de um governo estável.

A situação se deteriorava. Antigos combatentes comunistas, que ficaram no sul para organizar o partido comunista, voltaram à guerrilha para combater o governo, que, por sua vez, sem o apoio francês, pediu ajuda aos Estados Unidos.



Em 1960, foi criada a Frente Nacional de Libertação – conhecida como Vietcong –, que recebia amplo apoio do governo comunista do Vietnã do Norte. Para evitar ataques às linhas de suprimentos, os guerrilheiros criaram uma trilha que passava pelas florestas do Laos e Camboja, indo do norte ao sul. Com esse suporte logístico, o Vietcong conseguiu várias vitórias sobre o governo do Vietnã do Sul, além do que a corrupção e a violência empregadas pelo exército sulista também auxiliavam a campanha comunista.

Face à incompetência do governo do Vietnã do Sul, os Estados Unidos, preocupados com a expansão do comunismo, enviaram conselheiros militares para tentar uma melhoria do nível do exército daquele país. Em 1963, 12 mil conselheiros militares estavam atuando. Nesse mesmo ano, com o apoio do governo norte-americano, um golpe de Estado derrubou o presidente do Vietnã do Sul, tido como corrupto. No entanto, o golpe rendeu mais desestabilização e várias cidades e aldeias passaram ao controle dos comunistas.

Em 1964, controversos relatos sobre ataques de barcos-patrolha norte-vietnamitas contra navios americanos fizeram crescer a escalada do conflito. A resposta dos norte-americanos foi enviar mais militares e mais navios de guerra para a região. Ao mesmo tempo, os americanos começaram uma campanha de bombardeio seletivo e sistemático ao Vietnã do Norte, alegando que isso dissuadiria o Norte de apoiar os vietcongs.

Tropas terrestres foram enviadas para proteger instalações norte-americanas no solo vietnamita e logo essas tropas se viram envolvidas no conflito, tendo de combater os comunistas. Como o exército sulista era incapaz de conter o avanço da guerrilha de esquerda, cada vez mais os Estados Unidos se engajavam na guerra.

A tática da guerrilha comunista era fazer ataques rápidos, de surpresa, empregando poucos homens. Isso normalmente pegava desprevenidas as tropas norte-americanas, pois os manuais ainda falavam de guerras tradicionais. Com ampla cobertura aérea e imenso poder de fogo, os americanos tentavam reagir, porém suas ações geravam enormes perdas civis e grandes prejuízos materiais, tornando a guerra mais impopular ainda.

Em 31 de janeiro de 1968 (dia do *tet*, o ano-novo chinês), após meses de preparo, o Norte e os vietcongs lançaram uma ofensiva militar em todo o Sul. Surpreendidos, americanos e sul-vietnamitas reagiram rechaçando o ataque e retomando cidades que foram ocupadas.

Apesar da vitória militar na Ofensiva do Tet, nos Estados Unidos a opinião pública começou a se posicionar contra o envolvimento americano. Nos noticiários noturnos, as cenas de jovens americanos feridos ou mortos chocavam a população. Também apare-

ciam cenas nas quais soldados americanos matavam civis. No princípio, muitas pessoas pensavam que o exército estava lá para ajudar os sul-vietnamitas, mas depois já não enxergavam esses soldados norte-americanos que interferiam em outros países como os mocinhos, e sim, como tropas de ocupação.

Protestos contra a participação americana na guerra ganharam os Estados Unidos, forçando o governo a negociar acordos de paz. Essas negociações se mostraram difíceis e longas. Quando queria acabar com as negativas dos norte-vietnamitas, o governo dos Estados Unidos ordenavam bombardeios maciços contra a infraestrutura do Vietnã do Norte.

Em 1973, em Paris, foram assinados acordos para a definitiva saída dos norte-americanos do Vietnã, além da convocação de eleições gerais. Em uma última tentativa de manter o Sul capitalista, os Estados Unidos enviaram grande quantidade de equipamentos e forneceu intenso treinamento às tropas sulistas. Tudo em vão: no final de 1974, o Norte lançou uma grande ofensiva, fazendo o exército do Sul entrar em colapso. Em 27 de abril de 1975, as tropas do Norte entraram em Saigon, a capital do Sul.

Cenas dos últimos americanos deixando desordenadamente a embaixada em helicópteros circularam o mundo, mostrando que o poderio militar nada podia contra a vontade de um povo. Nesse aspecto, a Guerra do Vietnã é exemplar na luta de países do Terceiro Mundo contra o domínio das grandes potências.

Mas isso não quer dizer que o planeta deva ser compreendido como um grande conflito entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, e sim que as condições de organização da economia capitalista levaram muitas regiões à pobreza pelo fato de terem as suas riquezas drenadas em direção aos países desenvolvidos.

## Desenvolvimento e subdesenvolvimento

Os países do chamado Terceiro Mundo têm algumas características em comum. Na sua maior parte, foram área de dominação colonial. No caso da América Latina, apesar de a maioria das nações ter conseguido sua independência no início do século XIX, a região ainda permaneceu como área de exploração econômica mesmo depois do processo de libertação.

Esse foi o caso do Brasil. Obtivemos a nossa independência em 1822, porém durante muito tempo ainda seguimos o modelo econômico implantado por Portugal. Éramos exportadores de matéria-prima e importadores de produtos manufaturados, em um modelo que retardou o desenvolvimento econômico e social da nossa nação, pois atendia somente aos interesses de um pequeno grupo – justamente aquele ligado ao setor agrário-exportador.

A maior parte da população ficou à margem de tal modelo, o que ocasionou problemas estruturais de difícil solução e ainda presentes. O sistema educacional, o sistema de saúde, os empregos e o acesso aos recursos do Estado serviram apenas a uma pequena parcela da população. Por isso ainda encontramos, para muitas pessoas, condições sociais aquém do mínimo necessário.

Mas não só o Brasil sofreu com esse modelo, que foi seguido na maior parte dos países da América Latina, retardando o desenvolvimento da região. Dessa forma, podemos compreender como países com histórias diferentes têm tanto em comum.

Por sua vez, Ásia e África viram a independência da maioria dos seus países ocorrer já na segunda metade do século XX. No caso da África, por exemplo, 22 países alcançaram a independência entre 1961 e 1980. Muitos passaram por processos de libertação traumáticos, como Angola (que vimos anteriormente) e Moçambique. Nessas ex-colônias, os problemas estruturais se agravaram tanto com as lutas em torno do poder e, em muitos casos, com as ditaduras que se instalaram.

Com uma população sem preparo, com a infraestrutura destruída e necessitando de ajuda exterior, muitos países não conseguiram alcançar o desejado sonho de se tornarem autossuficientes, tendo, muitas vezes, que pedir ajuda às suas ex-metrópoles.

Dessa forma, mesmo após todo o processo de descolonização, os países mais pobres continuaram dependentes dos países desenvolvidos. O mundo continuou dividido entre ricos e pobres – estes, constituindo a maioria: alguns cálculos indicam que os países desenvolvidos detêm 80% da riqueza mundial e no entanto a sua população é de 15%. Em muitos desses países, a renda *per capita* supera 20 mil dólares anuais, enquanto no Terceiro Mundo alguns países não conseguem nem mil dólares por ano.

Sem possibilidade de uma poupança interna, os países subdesenvolvidos são obrigados a tomar dinheiro emprestado e logo ficam presos a um círculo vicioso, pois para pagarem as dívidas precisam tomar mais dinheiro emprestado. Com dívidas e pagando juros altos, pouco sobra para investimentos sociais e econômicos. Dessa forma, mantém-se a estrutura de exploração econômica que já dura mais de 500 anos.

Tal dependência econômica acaba refletindo no mercado interno dos países do Terceiro Mundo, que, voltados para o mercado do Primeiro Mundo, veem-se obrigados a se concentrar nos produtos desejados por esse mercado externo. Dessa forma, a economia fica dependente de um produto principal. Isso ocorreu durante muito tempo com o Brasil, que era o maior exportador mundial de café, sendo os outros setores da economia relegados para segundo plano, impedindo um melhor desenvolvimento do país, concentrando riquezas em algumas regiões e nas mãos dos proprietários das grandes plantações.

Hoje, encontramos esse mesmo modelo na África, onde muitos países exportam matérias-primas em troca de produtos industrializados, e com isso suas economias são

prejudicadas, pois eles não conseguem desenvolver outros setores. A lógica é perversa porque matérias-primas têm pouco valor agregado<sup>1</sup>: baixo custo para a extração, baixo custo da mão-de-obra e também de transporte. Os produtos industrializados conseguem alto valor agregado porque necessitam de tecnologia para serem processados, encarecendo o seu processo, o transporte e a venda.

Além dessa dependência na relação exportação-importação, por falta de tecnologias e de parque industrial, esses países são campo fértil para a instalação de empresas multinacionais, aumentando ainda mais a dependência. As empresas multinacionais são quase *apátridas* porque se instalam onde as condições lhes são mais propícias, seu vínculo não é tanto com a pátria e mais com as vantagens que podem ter neste ou naquele país. Desenvolvem tecnologias em lugares diferentes para baratear custos e pagar menos impostos, a mais baixa carga tributária possível, fazendo um intenso circuito de capitais, tecnologia, altos cargos, aproveitando a mão de obra barata de países do Terceiro Mundo.

## Sociedade global

No século XX, especificamente na sua segunda metade, essa alta circulação de capitais e tecnologias provocou a criação de um mercado global: o planeta se tornou um grande negócio. E todas as regiões do globo foram tocadas por esse mercado.

Podemos dizer que a exploração global se iniciou com as grandes navegações dos séculos XV e XVI, quando exploradores europeus conheceram as terras além-mar e iniciaram a sua colonização. Porém, muitas regiões ficaram fora da exploração mercantil daquele período. No século XIX, com o imperialismo, a expansão europeia alcançou todos os cantos do globo e assim podemos dizer que nesse momento se iniciou a globalização, isto é, a transformação do planeta em um único mercado.

Com o capitalismo industrial, grandes indústrias foram buscar matérias-primas nos países dominados, provocando uma imensa transferência de recursos e riquezas. Nos seus países de origem, elas geraram empregos e riquezas, porém nas colônias ocorreu o contrário. As duas grandes guerras (1914-1918, 1939-1945) mostraram a dependência dos países industrializados em relação às áreas coloniais ou países periféricos, muitos dos quais foram alvo de disputas entre as partes beligerantes – foi o caso da região do Golfo Pérsico, local de grande produção de petróleo.

Nesse aspecto, manter áreas com grande potencial de matéria-prima sob domínio se tornou uma política dos países do Primeiro Mundo: não se podia permitir que uma área fugisse do controle, como vimos acima na Guerra do Vietnã. De certo modo,

<sup>1</sup> Valor agregado é acrescentado ao produto, que passa a valer mais porque foram incorporadas tecnologias e mão de obra especializada.

o mesmo se passou com a Guerra do Golfo (1991) e Guerra do Iraque (2002). Os Estados Unidos não aceitaram que o petróleo produzido no Oriente Médio escapasse do controle das empresas norte-americanas.

Com a descolonização da Ásia e da África no pós-guerra e as mudanças políticas nas antigas metrópoles, a exploração direta perdeu espaço para uma pretensa troca mais igualitária. No entanto, os países industrializados incentivam os países subdesenvolvidos a adotarem o modelo de mercado e também o modelo linguístico do antigo colonizador.

Outra prática também perversa para os países periféricos é a exportação de cérebros: muitos estudantes recebem bolsa para fazerem cursos de pós-graduação nos países desenvolvidos. Ali, os melhores são recrutados e acabam trabalhando para universidades e empresas desses países, ampliando ainda mais a distância entre o Primeiro e o Terceiro Mundo.

## Tecnologia e dominação

Dessa forma, os países do Primeiro Mundo continuam desenvolvendo altas tecnologias, agregando valores, enquanto os do Terceiro Mundo são apenas consumidores desse valioso mercado. Sabemos, por exemplo, que existem cientistas brasileiros trabalhando na Nasa. Podemos até nos sentir orgulhosos, afinal compatriotas trabalham em um dos locais mais avançados do planeta, mas isso significa que eles desenvolvem tecnologia nos Estados Unidos. Poderíamos pensar em repatriá-los, oferecendo bons empregos. O problema é que, com suas altíssimas qualificações, não temos nenhum laboratório ou empresa que possa empregá-los. A questão é, então, desenvolver essas condições no nosso país.

O mesmo se passa com outros países. Paquistão, Índia, China, África – enfim, países e regiões menos desenvolvidas – enviam estudantes para os grandes centros, procurando desenvolver a ciência em seus países, mas muitos acabam recrutados nesses grandes centros e não retornam. Essa transferência de cérebros, riquezas e dinheiro favorece a manutenção da hegemonia dos países industrializados, que impõem os seus padrões tecnológicos.

Isso aconteceu com a internet. Promovido pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, o início da rede mundial de computadores foi puramente militar. Preocupados com um possível bombardeio nuclear que destruiria os principais computadores do país, cientistas e militares desenvolveram uma rede de computadores. Essa rede recebeu o nome de Advanced Research Projects Agency Network (Rede da Agência de Pesquisa e Projetos Avançados) ou simplesmente Arpanet, a partir do nome da Advanced Research Projects Agency (Arpa), a empresa que a desenvolveu. No caso de um

ataque, a comunicação não seria imobilizada, pois os dados fundamentais para uma reação estariam distribuídos na rede.

No final dos anos 1970, essa rede servia às universidades norte-americanas e foi se expandindo aos poucos. Muitos estudantes buscaram expandir a rede para fora do ambiente universitário e criaram uma rede de comunicação interna – internet – quer dizer, uma rede que não era aberta como as redes de televisão. Nos anos 1990, ela se popularizou e a forma de comunicação por IP (Internet Protocol) está se tornando a principal forma de troca de dados e informações.

Mesmo com a sua expansão para todo o mundo, as principais tecnologias desenvolvidas em torno da internet ainda são de posse dos Estados Unidos, até mesmo a linguagem – que é, na sua maior parte, em inglês. Por outro lado, há um verdadeiro desenvolvimento autônomo da rede. A criação de comunidades virtuais, *chats*, *blogs*, jogos em rede, redefiniram o uso da internet.

Desse modo, se a tecnologia ainda é de posse dos países desenvolvidos, os usuários da rede a democratizaram. Pode-se dizer que há uma espécie de luta de classes na Internet: de um lado, países tentando controlar o uso, o acesso e a circulação de informações; de outro, os usuários dando usos diversos para a rede.

E assim chegamos ao outro extremo da globalização: a globalização de contestação ao sistema global. Podemos encontrar esse movimento já nos anos 1960, quando grupos questionavam a sociedade ocidental. Na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina, surgiram movimentos que colocavam em cheque a forma de organização das sociedades. Alguns pesquisadores os chamaram de *movimentos de contracultura*. O mundo do trabalho, do individualismo capitalista, das imposições sexuais e raciais, do militarismo e da bipolaridade foi questionado.

Em cada país, o movimento teve ares específicos. Nos Estados Unidos, ficou marcado pelos *hippies*, os jovens que pregavam uma vida alternativa e mais natural. Na Europa, o movimento foi mais político, questionando as formas de organização política e econômica, sem porém se atrelar ao comunismo soviético. No Brasil, o movimento de contestação também foi político, principalmente porque se vivia uma ditadura militar.

Como resultado, o panorama social e cultural do Ocidente foi completamente modificado. Hoje, refletimos sobre a nossa sexualidade, a vida privada, nossas relações com a comunidade. O modo como nos vestimos, usufruímos o lazer e até mesmo como trabalhamos é resultado das lutas por maior liberdade e igualdade que ocorreram nos anos 1960. E a internet serve como um complemento e um veículo para a continuidade dessa luta.

Podemos concluir que a globalização afetou todo o planeta e trouxe muitas consequências ruins para os países subdesenvolvidos, mas ela também trouxe uma cons-

ciência planetária. Hoje, compreendemos melhor que o planeta é único e, se queremos sobreviver, devemos promover um desenvolvimento mais igualitário e mais limpo. A imposição de um mercado global permitiu às pessoas adquirirem a vontade de alterar o quadro que se apresenta. Há muita coisa a fazer, mas já estamos nos primeiros passos.

## Texto complementar

O texto a seguir fala sobre a revolução sexual e a mudança nos gostos femininos e masculinos a partir dos anos 1960. A mudança estética está ligada às modificações das orientações sexuais.

### Tudo muda a partir dos anos 1960

(VIGARELLO, 2002, p. 231-233, tradução nossa)

Tudo muda a partir dos anos 1960: impossível pensar como antigamente o horizonte do masculino e do feminino. “Cidadania, conquista dos saberes, controle da procriação, estatuto da mulher casada, liberdade sexual: tantas brechas nas fortalezas masculinas, tanta mudanças nas relações entre os sexos”. Um segundo feminismo se impôs, além da igualdade abstrata, privilegiando a problemática do sujeito, “prazer pessoal”, realização de si.

Não que tenha desaparecido toda dominação masculina, é certo [...], mas uma igualdade de fato se impôs, uma inexorável autonomia feminina cujas consequências modificaram os comportamentos coletivos. Uma “era de imprevisibilidade” teria começado com uma “mulher ativa”.

Uma transformação na estética das formas acompanha, do mesmo modo, uma transformação na antropologia dos gêneros. A beleza pôde ser revista, renovando formas e contornos. Os exemplos se acumulam: de velhos modelos do masculino se tornam, nos anos 1960, novos modelos do feminino exaltando uma recusa de todo “apartheid vestuário”: *blue jeans* é unissex, blusas e camisetas, túnicas e camisas polo “queimando as representações existentes na divisão social e sexual da vestimenta”. “Amazonas do terceiro milênio” evocadas por *Le Monde* em 2003 ou esta “moda mista” que evoca a revista *Elle*, também no mesmo momento. O tema da androginia

choveu após os anos 1960 até a “encarnação do masculino-feminino chique” por Inés de La Fressange<sup>1</sup> nos anos 1980. As descrições do corpo feminino fizeram desaparecer as formas demasiadamente “sexuais” no último terço do século: acentuar a supressão dos quadris, cultivar a discricção do tórax e, sobretudo, o que é mais original, mostrar uma evidente densidade muscular. A imagem de Jane Fonda, por exemplo, na capa da *Paris Match*, em 12 de novembro de 1982: linhas afuniladas, bíceps tensionado, exposto, sorriso quase congelado. Ou a descrição de *Nouveau F.*, em 1983: coxas longas e ombros largos, ela avança com a cabeça descoberta a passos largos sobre a areia escaldante com o rosto impassível da conquistadora.

Um raciocínio paralelo poderia ser aplicado sobre o masculino, cujo número de signos são emprestados do feminino: o perfil, por exemplo, “dos Beatles em *blue jeans* e longos cabelos em companhia de garotas em *blue jeans* e cabelos semilongos”. Tanto que as velhas imagens da dureza autoritária se esvanecem completamente no último terço do século XX. As marcas dos torsos em batalha se fundem. O corpo masculino se afila, suaviza-se: as formas fluidas de Keanu Reeves hoje em *Matrix* [...], sua pele lisa, seu rosto gracioso, seus combates coreografados não são em nada distantes daqueles do seu companheiro Laurence Fishburne, compostos ainda pela sobriedade do corte de cabelo, os óculos marcantes, a túnica acabada e justa. Ao que junta-se uma mobilidade partilhada, saltitante, extensível, tanto leve quanto ritmada, equivalência física da extrema disposição de si. Jamais um agitação também investido de estética que, neste ponto, tenta significar uma “liberdade”.

O erro seria, portanto, concluir na direção de uma beleza “unissex”, contemporânea da nova igualdade dos gênero. A “feminização” do músculo, a “masculinização” da magreza não seriam, evidentemente, reduzir os dois modelos ao idêntico. A igualdade existiria mais em uma “livre alteridade”, essa “diferença dos sexos recomposta sem parar, mas não desaparecendo de modo algum”. Disparidade tão aberta por toda parte que não existe mais uma masculinidade universal, “mas múltiplas masculinidades, como existe múltiplas feminilidades”. A mudança contemporânea nas aparências e nos corpos não é mais procurar qualquer semelhança entre os sexos, ela é mais uma procura profunda das relações que cada sexo tem com a beleza.

---

<sup>1</sup> Modelo francesa de grande sucesso nos anos 1980.





---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Gabarito

1. C
2. B
3. Foi a divisão do mundo em duas áreas de influência: uma dos Estados Unidos e, portanto, capitalista; outra da União Soviética, logo, comunista.

## Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 2003.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARAÚJO, Ulisses F. **Conto de Escola**: a vergonha como um regulador moral. São Paulo: Unicamp/Moderna, 1999.

BÁRCENA, F.; MÉLICH, J. **La Educación como Acontecimiento Ético**. Barcelona: Paidós, 2000.

BIAGGIO, Ângela M. Brasil. **Lawrence Kohlberg**: ética e educação moral. São Paulo: Moderna, 2002.

BOFF, Leonardo. **Ética e Moral**: a busca dos fundamentos. Petrópolis: Vozes, 2003.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Era do Vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. São Paulo: Manole, 2005.

VIGARELLO, Georges. **Histoire de la Beauté**. Paris: Seuil, 2002.

\_\_\_\_\_. **Histoire de la Beauté**. Paris: Seuil, 2004.


\_\_\_\_\_. **História da Beleza**. São Paulo: Ediouro, 2006.











# Ética e Responsabilidade Social

**IESDE**  
Inteligência  
Educativa

[www.iesde.com.br](http://www.iesde.com.br)

Fundação Biblioteca Nacional  
ISBN 978-85-387-3605-9



9 788538 736059